



guavira letras

Revista Eletrônica do Programa de
Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Número 8 - março a junho/2009 - V
ISSN 1980 1858

Revista Guavira – Letras. Edição de número 08
Estudos de línguas indígenas faladas no Brasil: uma perspectiva dos estudos da pós-graduação

Revista Guavira-Letras: “*Estudos de línguas indígenas faladas no Brasil: uma perspectiva dos estudos da pós-graduação*”, Mestrado em Letras, Campus de Três Lagoas, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Vol. 01, n. 08 (2005- Três Lagoas). FERREIRA, R. V. (Org.).
Semestral (Mar/Jun 2008) – Versão On-line.
ISBN: 1980-1858
1. Linguística 2. Línguas Indígenas 3. Fonologia 4. Morfossintaxe 5. Etnolinguística 6. Pesquisa I. Título: Guavira-Letras: “*Estudos de línguas indígenas*”.
(Versão On-Line: www.cptl.ufms.br/guavira)

FERREIRA, Rogério Vicente (Org.). **Revista Guavira-Letras: Estudos de línguas indígenas**. Vol. 01, n. 08. Mar./Jul. 2009.

Comissão Editorial:

João Luis Pereira Ourique (UFMS)
Rogério Vicente Ferreira (UFMS)
Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)

Conselho Científico:

Antônio Rodrigues Belon (UFMS)
Celina A. G. S. Nascimento (UFMS)
Claudete Cameschi de Souza (UFMS)
Edgar C. Nolasco dos Santos (UFMS)
João Luis Pereira Ourique (UFMS)
José Batista de Sales (UFMS)
Kelcilene Grácia-Rodrigues (UFMS)
Marlene Durigan (UFMS)
Rauer Ribeiro Rodrigues (UFMS)
Rogério Vicente Ferreira (UFMS)
Rosana C. Zanelatto dos Santos (UFMS)
Vânia Maria Lescano Guerra (UFMS)
Vitória R. Spanghero Ferreira (UFMS)
Wagner Corsino Enedino (UFMS)

Corpo Editorial:

Angel Humberto Corbera Mori (UNICAMP)
Eneida Maria de Souza (UFMG)
João Luís Cardoso Tápias Ceccantini (UNESP/Assis)
José Luiz Fiorin (USP)
Paulo S. Nolasco dos Santos (UFGD)
Maria do Rosário Valencise Gregolin (UNESP/Araraquara)
Maria José Faria Coracini (UNICAMP)
Márcia Teixeira Nogueira (UFCE)
Maria Beatriz Nascimento Decat (UFMG)
Mônica Veloso Borges (UFG)
Rita Maria Silva Marnoto (Universidade de Coimbra - Portugal)
Roberto Leiser Baronas (UNEMAT)
Sheila Dias Maciel (UFMT)
Sílvia Inês Coneglian Carrilho de Vasconcelos (UEM)
Silvane Aparecida de Freitas Martins (UEMS)
Vera Lúcia de Oliveira (Lecce – Itália)
Vera Teixeira de Aguiar (PUC/Porto Alegre)

SUMÁRIO

1 - UM PANORAMA SOBRE A MORFOLOGIA DO PYKOBJÊ - Rosane de Sá Amado (USP).....	1
2 - ELIMINAÇÃO DE SEGMENTOS FONOLÓGICOS NA LÍNGUA SUYÁ - Ludoviko dos Santos (UEL)	18
3 - CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHOS ACADÊMICOS: O LÉXICO DAS LÍNGUAS BRASILEIRAS - Vitória Regina Spanghero Ferreira (UFMS).....	29
4 - PERSPECTIVA TEMPORAL NO DISCURSO KAINGANG – ALGUMAS PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO - Solange Aparecida GONÇALVES (IEL/Unicamp-PG)	39
5 - A ORDEM NO SINTAGMA NOMINAL EM KA’APOR - Mário Alexandre Garcia Lopes (UFMG-PG).....	53
6- CISÃO NA MARCAÇÃO DE CASO NA LÍNGUA MAXAKALÍ E SUA RELAÇÃO COM ASPECTO - Carlo Sandro de Oliveira Campos (UFMG-PG).....	64
7 - ESTUDANDO EM “TERMOS” A LÍNGUA INDÍGENA PYKOBJÊ GAVIÃO - Rosane de Sá Amado (USP) e Talita Rodrigues da Silva (USP/IC).....	82
8 - MODO E ASPECTO NA LÍNGUA KAINGANG - Leriana de Almeida (UEL-PG).....	94
9- O ACENTO RÍTMICO NA LÍNGUA TAUREPANG (FAMÍLIA KARÍB) - Katia Nepomuceno Pessoa (IEL/UNICAMP-PG).....	114
10 - MORFEMAS TAM E A INTERFACE SINTÁTICO/DISCURSIVA EM LÍNGUAS AFRICANAS – UMA PROPRIEDADE ATESTADA TAMBÉM EM LÍNGUAS INDÍGENAS? - Márcia Santos Duarte de Oliveira (USP).....	127
11- KINIKINAU: UMA LÍNGUA À BEIRA DA EXTINÇÃO - Ilda de Souza.....	149

APRESENTAÇÃO

A partir da edição de número 07, a Revista Guavira-Letras passa a ser organizada com base em temáticas relacionadas com as duas áreas de concentração existentes no Mestrado em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas: Estudos Lingüísticos e Estudos Literários.

Para tanto e visando organizar as edições e também o envio de textos, a publicação adotará e divulgará na sua página – www.cptl.ufms.br/guavira - os critérios e a temática a serem adotadas em cada publicação. Cabe salientar ainda que o primeiro semestre será destinado às temáticas que enfatizem a área de concentração dos Estudos Lingüísticos, enquanto que o segundo semestre se voltará para os Estudos Literários.

Agradecendo o empenho de todos os pesquisadores integrantes do Mestrado e Doutorado em Letras e/ou Linguística que desenvolvem um trabalho coerente com as exigências de um curso de pós-graduação de qualidade e com inegável importância para o desenvolvimento científico, é que a edição de número 08, com a temática voltada para os estudos de línguas indígenas. Com o nome *Línguas faladas no Brasil: uma perspectiva dos estudos da pós-graduação*, este número congrega artigos de pesquisadores de várias partes do Brasil, visando articular um debate profícuo e de relevância para a pesquisa em lingüística, mas especificamente as línguas indígenas.

Rogério Vicente Ferreira (Org.)

UM PANORAMA SOBRE A MORFOLOGIA DO PYKOBJÊ

Rosane de Sá AMADO¹

Resumo: Este artigo se propõe a traçar um panorama sobre a morfologia da língua Pykobjê-Timbira, mais especificamente sobre as classes de palavras dessa língua. O estudo fez parte do projeto de doutorado desta pesquisadora, que visou à análise morfofonológica da língua Pykobjê, e continua em andamento na orientação de alunos de iniciação científica e de mestrado, que têm por objetivo uma descrição e análise mais aprofundada da morfossintaxe dessa língua indígena.

Palavras-chave: Línguas indígenas. Morfologia. Classes de palavras.

Abstract: *This paper aims to draw an overview on the morphology of Pykobjê-Timbira language, more specifically the word classes of this language. This study was part of this researcher's PhD project, whose objective was a morphophonological analysis of Pykobjê language and still in progress in the direction of students of scientific initiation and masters projects, that aim further description and analysis of the morphosyntax of this indigenous language.*

Keywords: *Indigenous languages. Morphology. Word classes.*

1. Introdução

Neste trabalho propomos descrever e a analisar brevemente as classes de palavras no Pykobjê, língua indígena da família Jê setentrional, tronco Macro-jê. O Pykobjê faz parte do complexo Timbira, assim como o Apaniekrá-Canela, o Ramkokamekrá-Canela, o Krinkati, o Parkatejê-Gavião, o Krahô e o Apinajé, cujos falantes habitam o sul do Pará, o norte do Tocantins e o sul do Maranhão. Tal estudo fez parte de meu projeto de doutorado, cujo enfoque foi uma análise morfofonológica dessa língua. Atualmente a pesquisa com a língua Pykobjê envolve alunos de iniciação científica e de mestrado na Universidade de São Paulo sob minha orientação.

Para iniciar o estudo das classes de palavras no Pykobjê, é necessário discutirmos alguns conceitos, tais como *morfema* e *palavra*, *morfologia flexional* e *morfologia derivacional*.

Do ponto de vista do falante Pykobjê², uma sentença como a seguinte contém quatro palavras:

¹ Docente do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo.

² Tal procedimento de investigação foi feito em pesquisa de campo junto aos informantes Pykobjê por esta pesquisadora.

1. ej - te aʔjẽ kor
 1 POSP ‘carne’ ‘comer’ ‘eu comi carne’

Contudo se lhe apresentarmos uma sequência como ‘kor, ko’ – o verbo transitivo ‘comer’ expresso na formas longa e breve³ – ele dirá que nesta sequência não estão representadas duas palavras, mas sim duas *formas* diferentes de uma mesma palavra. Ao mesmo tempo, podemos pedir para o falante informar carne de que animal ele comeu e ele poderá dizer: prətejẽ ‘carne de gado’, tʃəʔtʃəkjẽ ‘carne de galinha’, kru:jẽ ‘carne de porco’ etc., que serão analisadas como *palavras* diferentes. Baseando-se nelas, podemos pedir ao falante que segmente essas palavras - prəte ‘boi, vaca’, tʃəʔtʃək ‘galinha’, kru: ‘porco’ - e continue com tal procedimento em aʔjẽ, resultando em aʔ cuja sequência de sons ele dirá que nada representa na língua, mas que poderá ser encontrada em outras palavras como aʔtʃu ‘fruta’ e aʔhu ‘folha’. Podemos pedir também para que responda à pergunta “Você comeu ontem?” e ele responderá, sem mencionar o que comeu: jəpən ‘eu comi’ – o verbo ‘comer’ intransitivo – e analisará tal frase como contendo apenas uma palavra. Contrastando a noção de 1ª pessoa expressa na primeira frase como uma palavra distinta – ej – com a da segunda que, para o falante, não se distingue do verbo – j-əpən – podemos perceber uma mudança no conceito da palavra que pode expressar a noção de 1ª pessoa. A partir desses dados, como analisarmos o que é *palavra* e o que é *forma* ou *morfema* numa língua como o Pykobjê?

Os antigos filósofos greco-romanos já distribuíam as palavras em duas classes distintas. Aristóteles classificava-as como *categoremáticas* – relativas à *nomenclatura* – e *sincategoremáticas* – relativas à *estrutura*. Retomando tal classificação, a Linguística atual buscou redefinir tais conceitos.

Nida (1949) define os morfemas como *unidades mínimas significativas*, classificando-os em *formas livres* e *formas presas*; os primeiros têm valor independente, já os últimos têm valor dependente. Assim, uma forma como aʔ- de aʔjẽ e de aʔtʃu pode ser analisada como *forma potencialmente livre*.

Martinet (1978) institui o termo *monema* para todas as unidades mínimas significativas, subdividindo-as em monemas do léxico ou *lexemas* e monemas gramaticais ou *morfemas*.

Pottier (1968) define morfema como a unidade mínima de significação, não decomponível sincronicamente. A exemplo de Martinet, ele distribui os morfemas em duas classes: morfemas

³ Cf. Amado (2005).

lexicais ou lexemas – que integram *classes abertas* – e morfemas gramaticais ou *gramemas* – que integram *classes fechadas*.

Assim, analisando os pontos de vista desses linguistas, podemos perceber que, a par da discussão quanto à forma ou à função das palavras, eles apresentam a distinção de duas categorias fundamentais de unidades mínimas significativas: as que portam *significado lexical* e as que portam *significado gramatical*.

As correntes teóricas têm buscado também critérios que delimitem a palavra, partindo para as áreas da Fonologia e da Semântica. Contudo, um dos critérios fonológicos, que estabelece que toda palavra deve portar um acento principal, não se aplica à maioria das línguas, nem ao Pykobjê, que apresenta uma sequência como ej-te, que, embora represente duas palavras gramaticais distintas – 1ª pessoa do singular e uma posposição –, delimita uma palavra fonológica, cujo acento recai na posposição: ej'te.

O critério semântico também não nos auxilia muito, visto que uma palavra pode portar mais de um significado; é o caso dos chamados *portemanteaux*, como no Pykobjê a palavra wir que tanto pode conter a idéia de negação quanto de tempo futuro (cf. AMADO, 2003).

Utilizando critérios sintáticos, podemos chegar a uma definição mais apropriada, sendo aplicada a qualquer língua do mundo: *palavra é a unidade mínima que pode ocorrer livremente*, ou seja, pode ser usada como resposta mínima a uma pergunta e ser usada em posições sintáticas diferentes.

Entretanto, nenhum desses critérios é suficiente para resolver o problema dos clíticos. Anderson (1985) afirma que eles são um meio-termo entre palavras independentes e constituintes simples de palavras complexas morfologicamente e isso porque, fonologicamente, eles não são uma palavra. Além disso, como as posições em que os clíticos ocorrem são limitadas, é difícil distinguir um clítico de um afixo. Segundo Spencer (1991), os clíticos, como os afixos, não podem existir independentemente, sendo considerados morfemas presos. O caso das marcas de 1ª pessoa do Pykobjê vistas anteriormente – ej- e j- – podem ser consideradas clíticos, já que possuem caráter gramatical, mas não são encontradas livremente: ou estão “presas” a uma posposição ou a um verbo, ou, como será visto adiante, a um nome, como marca de posse, ou seja, eles encabeçam o sintagma verbal ou nominal, distinguindo-se, dessa forma, dos afixos, já que estes devem estar sempre ligados à raiz ou ao radical, a exemplo do que ocorre em Apaniekrá (cf. ALVES, 2002).

Voltando ao problema de conceituação entre *palavra* e *forma* nos exemplos do Pykobjê, outras questões ainda ficam pendentes como o porquê do falante não distinguir duas palavras em ko, kor, mas conseguir diferenciá-las em kru:jẽ em frases como:

- | | | | | |
|----|---------|------------------|---------|-------------------------------|
| 2. | ej - te | kru:jẽ | kor | |
| | 1 POSP | ‘carne de porco’ | ‘comer’ | ‘eu comi carne de porco’ |
| | | | | |
| 3. | wa ha | kru:jẽ | ko | |
| | 1 FUT | ‘carne de porco’ | ‘comer’ | ‘eu vou comer carne de porco’ |

Um dos princípios básicos da morfologia é a decomposição da palavra. Tradicionalmente, a morfologia divide-se em: 1) derivacional – que produz novos itens lexicais e 2) flexional – que traz novas marcas gramaticais à palavra. Jensen (1990, p.6) ainda considera um terceiro aspecto: a composição. Esta também produz novos itens lexicais, só que a partir da combinação de dois ou mais radicais. Segundo o autor, o que diferencia flexão de derivação e composição é a relevância sintática. Enquanto as formas flexionais de uma palavra contêm propriedades relacionais ou de concordância, as formas derivadas ou compostas são palavras sintaticamente simples com suas propriedades semânticas relacionadas. Contudo, essa distinção não é muito clara, já que os processos gramaticais – como alternância de fonemas, afixação etc. – podem envolver tanto a flexão quanto a derivação; além disso, as categorias gramaticais também podem apresentar diferenças nas línguas. Para tanto, Anderson (1985, p.177) exemplifica com o diminutivo e o aumentativo que, em Fula, são flexionais, e no Alemão, são derivacionais. Bybee (1985, p.81) afirma que o critério mais objetivo para diferenciar flexão de derivação é o da *obligatoriedade*, segundo o qual uma categoria morfológica é flexional se obrigatoriamente ela acompanha o elemento radical quando ele ocorre em uma sentença finita. Seguindo esse critério, por um lado, podemos substituir kru:jẽ ‘carne de porco’ por prøtejẽ ‘carne de gado’ em qualquer uma das sentenças sem prejuízo da estrutura sintática, o que definiria tais construções como *palavras derivadas* ou *compostas*; por outro lado, não se pode substituir kor por ko pois as formas verbais estão ligadas sintaticamente com outros constituintes da sentença, como, por exemplo, a posposição te que só ocorre em sentenças transitivas no tempo passado e a partícula ha que marca o tempo futuro, além das próprias marcas de pessoa, distintas em relação ao tempo passado ou não-passado, o que definiria tais formas verbais de *formas flexionais*.

Quanto às classes de palavras analisadas neste estudo, é importante ressaltar que se referem tanto às classes abertas quanto às classes fechadas, seguindo a divisão proposta por Schachter (1985):

a) Classes abertas: nomes, verbos, adjetivos, advérbios – palavras que apresentam significado lexical;

b) Classes fechadas: pronomes, posposições, partículas, classificadores – palavras que apresentam significado gramatical.

Para distinguir essas classes no Pykobjê, faremos um breve esboço acerca de suas principais características morfosintáticas e semânticas, tomando como exemplos de análise os trabalhos de Dourado (2001) sobre o Panará – língua Jê setentrional – e de Ferreira (2003) sobre o Parkatejê – língua Timbira.

2. Classes de palavras

2.1. Nomes

Do ponto de vista sintático, os nomes ocupam as posições estruturais de argumentos nucleares, ocorrendo como sujeito, objeto de verbos e objeto de posposições, como vemos nos exemplos abaixo:

- | | | | | |
|----|---------------|------------------|-------------------------|-------------------------|
| 4. | kujkwa | ^ŋ gõr | | |
| | NPR | | ‘dormir (não-passado)’ | ‘Kujkwa está dormindo’ |
| 5. | a: - te | kokuj | koran | |
| | 2 POSP | ‘macaco’ | ‘matar (pass)’ | ‘você matou o macaco’ |
| 6. | ki ha j - | õtjõ | - mǝ əm ^ŋ gõ | |
| | 3 FUT 1 | ‘pai’ | POSP ‘pagar’ | ‘ele vai pagar meu pai’ |

Morfologicamente, os nomes podem receber os sufixos derivacionais -re e -te, que designam o diminutivo e o aumentativo, respectivamente. É interessante notar que muitos nomes já possuem esses sufixos incorporados, principalmente, o diminutivo no caso dos insetos, o que pode indicar que as noções de diminutivo e aumentativo possam ser termos de classe. A partícula *mẽ* indica plural, sendo, contudo, exclusiva para os nomes que possuam o traço semântico [+humano]. Quanto ao gênero, este é referido pela junção dos nomes indicando ‘homem/masculino - homre - e ‘mulher/feminino’ - kahǝj. Exemplos:

- | | | |
|----|----------|-----------------|
| 7. | rop | ropre |
| | ‘onça’ | ‘gato’ |
| 8. | rõ: | rõ:te |
| | ‘babaçu’ | ‘coco da praia’ |
| 9. | hõmre | mẽ hõmre |
| | ‘homem’ | ‘muitos homens’ |

- | | | |
|-----|-----------------|----------------------|
| 10. | prəte
'gado' | prətekahǽj
'vaca' |
|-----|-----------------|----------------------|

Além dessas características morfológicas, os nomes em Pykobjê podem ser formados por composição a partir de sequências de raízes simples ou de outras categorias do léxico como os termos de classe. Exemplos seguem abaixo:

- | | | |
|-----|---------------------------------------------------|-----------------------------------------|
| 11. | ku + tək
'água' 'preto' | kutək
'café' |
| 12. | ej + par + k ^h ə
1 'pé' 'invólucro' | ejpark ^h ə
'meu sapato' |
| 13. | aʔ + kit + jǽ + kru:
GEN 'mato' POSS 'porco' | aʔkitjǽkru:
'porco-do-mato, caitetu' |

Do ponto de vista semântico, os nomes distinguem-se em duas classes: os alienavelmente possuíveis como objetos da cultura material, animais, plantas; e os inalienavelmente possuídos como partes do corpo ou conceitos intrínsecos ao ser (alma, sombra, e secreções como suor, pus, fezes etc.), termos de parentesco e certos objetos da cultura material. Essas relações de posse também se distinguem morfossintaticamente, aspecto analisado mais profundamente em Amado (2008).

2.2. Verbos

Os verbos no Pykobjê ocupam o núcleo do predicado, dividindo-se em transitivos e intransitivos. Essa classificação é relevante para o sistema pronominal. Os intransitivos ainda se subdividem em ativos e estativos. Estes últimos confundem-se com a noção de adjetivos, possuindo uma carga predicativa. Exemplos:

- | | | |
|-----|--------------------------------------------------------|------------------------------------|
| 14. | ko - te tun pro
3 POSP 'tatu' 'pegar (vivo)' | 'ele pegou um tatu (vivo)' |
| 15. | Ø tǽ
3 'dormir' | 'ele está vindo' |
| 16. | eʔ - ko
3 'estar molhado' | 'ele está molhado' (ele se molhou) |

⁴ Nome inalienável, que nunca ocorre sem o pronome possessivo.

Do ponto de vista morfológico, grande parte dos verbos ativos, tanto transitivos quanto intransitivos, apresentam duas formas, uma longa e uma breve. Exemplos:

17. ej - te kopət **korēn**
 1 POSP ‘guariba’ ‘matar’ ‘eu matei o guariba’
18. wa ha kopət **kora**
 1 FUT ‘guariba’ ‘matar’ ‘eu vou matar o guariba’

A categoria de tempo é definida no Pykobjê a partir do passado: sua forma é a não-marcada; aparentemente, futuro e presente diferem entre si apenas quanto à presença de uma partícula indicadora de futuro. Há, entretanto, uma partícula *portemanteau* que rompe com essa unidade, já que expressa tanto negação quanto tempo futuro (cf. AMADO, 2003). A distinção entre passado e não-passado também é feita pelo uso dos pronomes pessoais e pela presença da posposição *te* nas orações transitivas no tempo passado, como se observa nos exemplos 14 e 17.

As categorias de aspecto ocorrem no Pykobjê sob a forma de partículas; algumas delas serão vistas em 2.7.

O sistema de marcação pessoal nos verbos é designado pelos pronomes; há uma distinção entre os pronomes usados para o tempo passado e para os tempos não-passado, como veremos em 2.5.1.

2.3. Adjetivos

Os adjetivos fazem parte de uma classe de palavras situada entre os nomes e os verbos; em Pykobjê, consideram-se alguns verbos intransitivos como tendo função predicativa o que, em línguas neolatinas como o Português, costuma ser denominado de particípio. Contudo, há também adjetivos que funcionam como qualificativos, quantificadores ou modificadores dos nomes, como cores, noções de dimensão etc. Esses, a exemplo dos nomes, podem portar os sufixos *-re*, de diminutivo, e *-te*, de aumentativo, além de alguns termos de classe. Exemplos:

19. hōmre **prire**
 ‘homem’ ‘baixo’ ‘o homem é baixo’
20. ka:pukre- tʃu **tʃen**

- ‘uiti’ ‘fruto’ ‘doce’ ‘a fruta do uiti é doce’
21. **k^hrēre** **enkot**
 ‘periquito’ ‘verde’ ‘periquito verde’

2.4. Advérbios

Os advérbios abrangem uma classe de palavras ainda não muito definida no Pykobjê; eles são aqui identificados como modificadores de categorias que não envolvam nomes, como, por exemplo, tempo, intensidade, modo etc. Exemplos:

22. **awka?te** wa ha **tʃəre** ampra:
 ‘amanhã’ 1 FUT ‘tarde’ ‘acordar’ ‘amanhã eu vou acordar tarde’
23. wa a:pə **kate**
 1 ‘comer’ ‘muito’ ‘eu estou comendo muito’
24. ne: j - òt **pes** no:re
 NEG 1 ‘dormir’ ‘bem’ NEG ‘eu não dormi bem’

É interessante notar que o advérbio *pes* deriva um verbo intransitivo estativo – *empes* – ‘estar bem’, que pode tornar-se transitivo com a junção da partícula *to* e passar a significar ‘fazer bem feito’ ou ‘consertar’.

2.5. Pronomes

O Pykobjê apresenta uma série de palavras pró-formas, ou seja, elementos que são usados para substituir sintagmas nominais, como os pronomes pessoais, e que podem também modificar o nome, como os possessivos, demonstrativos – *enta* ‘este(a)’ – e indefinidos – *jom* ‘algum’. Determos-emos, a seguir, na sub-classe dos pronomes pessoais, que envolvem processos morfossintáticos relevantes no Pykobjê.

2.5.1. Pronomes pessoais

O Pykobjê possui um quadro de pronomes pessoais dividido em três grupos: os pronomes enfáticos, os pronomes com forma livre (independentes) e os pronomes com forma presa (dependentes).

	Enfáticos	Independentes	Dependentes
1ª sg	pa	wa	ej-
2ª sg	ka	ka	a-
3ª sg	ta	ki / Ø	e?- / Ø / ko-
1ª pl incl	mẽ pa	wa mẽ	mẽ ej-
1ª pl excl	mẽ pa	ko mẽ	mẽ ej-
2ª pl	mẽ ka	ka mẽ	mẽ a-
3ª pl	mẽ ta	ki mẽ / mẽ Ø	mẽ e?- / mẽ Ø / mẽ ko-

Os enfáticos são utilizados como forma de citação, como resposta simples a uma pergunta e também em situação de foco, como nos exemplos abaixo:

25. **pa** ej - te ku jakjin
 1 1 ERG 'água' 'buscar' 'eu é que busquei água'
26. tem jôm - te prutte kin ? **ta**
 INT 'algum' ERG 'jenipapo' 'ralar' 3 'quem ralou jenipapo? ele'

Como veremos na seção 2.7., a partícula **mẽ** marca o plural tanto de nomes quanto de pronomes. Exemplos:

27. **ko mẽ** krẽ
 1excl PL 'sentar' 'nós estamos sentados'
28. **mẽ a:** - pempra:
 PL 2 'acordar' 'vocês acordaram'
29. **ki** ha **mẽ** rop korən
 3 FUT PL 'onça' 'matar' 'eles vão matar onça'

Quanto à sua função, os pronomes independentes são usados como sujeitos dos verbos ativos, tanto transitivos quanto intransitivos, quando expressos nos tempos não-passado (presente ou futuro).

A marca de 3ª pessoa, contudo, apresenta duas formas: *ki* para verbos no tempo futuro e \emptyset para verbos no tempo presente. Exemplos:

30. **ki** ha k^hwir ki
3 FUT ‘mandioca’ ‘ralar’ ‘ele ralará mandioca’
31. \emptyset riʔmə k^hwir ki
3 DUR ‘mandioca’ ‘ralar’ ‘ele ainda está ralando mandioca’

Em algumas ocasiões são também usados em conjunto com os pronomes dependentes, realçando o sujeito da ação, a exemplo dos pronomes enfáticos, como vemos no exemplo abaixo:

32. **wa** ej - te to k^heru: kakro
1 1 ERG CAUS ‘inhame’ ‘quente’ ‘eu esquentei inhame’ (e não outra pessoa)

Como sujeitos de verbos ativos no tempo passado, são usados os pronomes dependentes.

Com verbos transitivos, os pronomes obrigatoriamente ligam-se à posposição *te* que marca o caso ergativo⁵, como vemos nos exemplos abaixo:

33. **ej** - te rop popo
1 ERG ‘onça’ ‘ver’ ‘eu vi uma onça’
34. **a:** - te rop popo
2 ERG ‘onça’ ‘ver’ ‘você viu uma onça’
35. **ko** - te rop popo
3 ERG ‘onça’ ‘ver’ ‘ele viu uma onça’

Já como sujeitos de verbos intransitivos, os pronomes ligam-se diretamente aos verbos:

36. **ej** - pemter
1 ‘sonhar’ ‘eu sonhei’
37. **a:** - pemter
2 ‘sonhar’ ‘você sonhou’
38. **eʔ** - pemter
3 ‘sonhar’ ‘ele sonhou’
39. \emptyset mōr
3 ‘andar’ ‘ele andou’

⁵ Para aprofundamento na questão da ergatividade cindida, cf. Alves (2002) sobre o Apãniekrá.

Observamos nesses exemplos uma mudança quanto à forma da 3ª pessoa: ko- para verbos transitivos e eʔ- para verbos intransitivos. Dentre esses últimos há alguns que prescindem do pronome de 3ª pessoa, sendo este, portanto, Ø.

Esses mesmos pronomes são usados como sujeitos de verbos estativos intransitivos, no tempo não-passado. Exemplos:

- | | | | |
|-----|-----------------|--|---------------------------|
| 40. | ej - kro | | |
| | 1 'cheirar mal' | | 'eu estou cheirando mal' |
| 41. | a: - kro | | |
| | 2 'cheirar mal' | | 'você está cheirando mal' |
| 42. | eʔ - kro | | |
| | 3 'cheirar mal' | | 'ele está cheirando mal' |

Esses pronomes também aparecem redundantemente com alguns verbos ativos nos tempos não-passado junto com os pronomes independentes, como vemos no exemplo abaixo:

- | | | | |
|-----|------------------------|--|-----------------|
| 43. | ka ha a: - kato | | |
| | 2 FUT 2 'sair' | | 'você vai sair' |

Eles também são usados para expressar o objeto direto, ligando-se diretamente aos verbos transitivos ou como objeto indireto, ligando-se a uma posposição. A 3ª pessoa, nesse caso, é marcada por três formas diferentes: eʔ- ou Ø para objetos diretos e ko- para objetos indiretos. Seguem exemplos abaixo:

- | | | | |
|-----|-------------------------------------|--|--------------------------------------|
| 44. | kahãj - te eʔ - huk | | |
| | 'mulher' ERG 3 'pintar' | | 'a mulher pintou ele (o corpo dele)' |
| 45. | ej - te ko - mə komtʃi: kwir | | |
| | 1 ERG 3 DAT 'bacuri' 'pegar' | | 'eu peguei bacuri para ele' |

Estas formas dependentes também são utilizadas em relações genitivas, como possessivos, ligando-se ao núcleo possuído, se este for um nome inalienável, como partes do corpo, relações de parentesco etc. A exemplo dos verbos ativos intransitivos, alguns nomes também não aceitam a forma de 3ª pessoa, sendo esta, portanto, Ø.

- | | | | |
|-----|-------------------------------|--|----------------|
| 46. | ej - k ^h rã | | |
| | 1 'cabeça' | | 'minha cabeça' |
| 47. | a: - pot | | |
| | 2 'pescoço' | | 'teu pescoço' |
| 48. | eʔ - pejõje | | |

- 12 -

Alves (2002) sobre o Apãniekrá, Araújo (1989) e Ferreira (2003) sobre o Parkatejê, Reis Silva e Salanova (2003) sobre o Mëbêngôkre – têm tratado essa posposição e seus correlatos em cada língua como uma marca de ergatividade cindida ocorrendo junto ao sujeito do verbo transitivo no tempo passado. Exemplos das outras categorias seguem abaixo:

51. enta - **kəm** wa ha tʃwa
‘este’ LOC 1 FUT ‘banhar’ ‘hoje eu vou banhar’
52. ka pji - **kəm** ʔgõr
2 ‘chão’ LOC ‘dormir’ ‘você está dormindo no chão’
53. eʔnoʔnə a: - **te** ej - **to** a: - jõt
‘ontem’ 2 ERG 1 COMP 2 ‘dormir’ ‘ontem você dormiu comigo’
54. ej -tõs - **te** ej - **mə** h - õk^hretʃi jõ^hrə
1 ‘irmã’ ERG 1 DAT 3 ‘colar’ ‘dar’ ‘minha irmã me deu seu colar’

2.7. Partículas

A classe das partículas em Pykobjê agrega um conjunto de palavras invariáveis que ocupam posições relativamente fixas nas sentenças e se distinguem dos clíticos por serem acentuados, e dos afixos por não serem formas presas, embora em alguns casos possam se ligar a algum nome ou pronome. Elas exercem diversas funções gramaticais como negação, interrogação, aspecto, tempo, modo, direção, instrumento, mudança de valência verbal (de intransitivo para transitivo), topicalização etc. Alguns exemplos seguem abaixo:

55. **ne:** jom - te tʃun korẽn **no:re**
NEG ‘algum’ POSP ‘urubu’ ‘matar’ NEG ‘ninguém matou o urubu’
56. ki **wir** komtʃi: kwa
3 NEG/FUT ‘bacuri’ ‘pegar’ (coletar) ‘ele não vai pegar bacuri’
57. **tem** ka **kormə** tʃwa
INT 2 PR ‘banhar’ ‘você vai banhar agora?’
58. wa **riʔmə** j - artʃa
1 DUR 1 ‘correr’ ‘eu ainda estou correndo’
59. j - õtʃõ **mə** ʔgõr
1 ‘pai’ TOP ‘dormir’ ‘é meu pai que está dormindo’
60. wa ha j - əpin **to** prə

61. 1 FUT 1 ‘pescar’ DIR ‘caminho’ ‘estou indo pescar’ (a caminho)
ej - te j - òkra to tun pro
62. 1 POSP 1 ‘mão’ INSTR ‘tatu’ ‘pegar’ ‘eu peguei o tatu com as mãos’
ej - te ka^hgã to jõt
63. 1 POSP ‘cobra’ CAUS ‘dormir’ ‘eu sonhei com cobra’
to tʃwa
CAUS ‘banhar’ ‘vá tomar banho!’

É necessário fazer observações quanto a algumas das partículas exemplificadas. As partículas indicadoras de direção, instrumento e mudança de valência são homônimas – to. Poderíamos imaginar que é uma única partícula com múltiplas funções, todavia, os exemplos abaixo corroboram a hipótese de serem realmente partículas diferentes:

64. ej - te ku to ej - kom
1 POSP ‘água’ CAUS 1 ‘beber’ ‘eu bebi água’
65. ej - te to ku to ej - kom
1 POSP INSTR ‘água’ CAUS 1 ‘beber’ ‘eu bebi água’ (com algo, um copo ou um canudo, por exemplo)

Quanto ao causativo é interessante observar que ele também forma o que podemos chamar de modo imperativo, conforme observamos no exemplo 63. Sua posição costuma ser após o objeto, como vemos no exemplo abaixo, que é a resposta a uma pergunta do tipo ‘você bebeu o quê?’:

66. ej - te ej - kom ku to
1 ERG 1 ‘beber’ ‘água’ CAUS ‘eu bebi água’

Contudo essa partícula também pode ocorrer precedendo o objeto com o uso de alguns verbos:

67. ej - te to ej - k^hre jahər
1 POSP CAUS 1 ‘casa’ ‘construir’ (levantar) ‘eu construí a minha casa’
68. ej - te to k^hwirpes kahun
1 POSP CAUS ‘mandioca’ ‘cozinhar’ ‘eu cozinhei mandioca’
69. ej - te to ku kakro
1 POSP CAUS ‘água’ ‘esquentar’ ‘eu esquentei água’

Embora a tradução para o Português pudesse induzir a transitividade intrínseca desses verbos,

no Pykobjê a tradução melhor seria algo como ‘eu fiz a água ficar quente’ ou ‘eu fiz a mandioca ficar cozida’ etc. É interessante que essa partícula pode também envolver nomes, como é o caso de k^hre ‘casa, toca, buraco’ no exemplo abaixo:

70. ej - te to k^hre
 1 POSP CAUS ‘buraco’ ‘eu cavei’ (ou ‘eu fiz um buraco’)

2.8. Termos de classe

Os termos de classe em Pykobjê designam nomes genéricos semanticamente baseados em partes de plantas ou do corpo, ou ainda em formas geométricas, a exemplo do que ocorre em Panará (Dourado, 2001), em Apaniekrá (Alves, 2004) e em Parkatejê (Ferreira, 2003). Há também um nominalizador e um possível designativo de traço [+humano]. Esses termos estão restritos a certos campos lexicais e se apresentam como componentes derivacionais da língua. O mesmo pode-se aplicar aos termos que especificam tamanho como o diminutivo e o aumentativo, já vistos anteriormente. Alguns são historicamente derivados de nomes e se apresentam como formas independentes; outros, contudo, são afixos e somente ocorrem ligados a nomes, pronomes ou verbos. Para uma análise mais aprofundada, recomendamos o texto sobre termos de classe do Pykobjê de Silva, presente nesta edição.

3. Considerações finais

Não pretendíamos com este estudo esgotar a questão das classes de palavras no Pykobjê; outras classes, como as conjunções, não foram aqui abordadas uma vez que demandariam uma análise mais aprofundada da morfossintaxe da língua. A intenção, de fato, é despertar o interesse por novas pesquisas que visem à melhor compreensão da gramática desta língua, em correlação com as demais línguas Timbira e com as línguas Jê, considerando-se sempre que os estudos feitos sobre línguas indígenas - infelizmente ainda em número reduzido - contribuem principalmente para o avanço das teorias linguísticas em geral.

Referências bibliográficas

- ALVES, F.C. **O Timbira falado pelos Canela Apaniekrá**. 2004. Tese. (Doutoramento em Linguística)- Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2004.
- _____. Sistematização das diferenças entre as classes de pronomes pessoais do Apaniekrá (Jê). **Revista de Estudos Linguísticos do GEL**. São Paulo, n. 31, 2002. CD-ROM.
- AMADO, R.S. Uma alternativa à hipótese dos prefixos relacionais nas línguas jê: o caso do Pykobjê. In: TELLES, S.; DE PAULA, A. S. (orgs.) **Topicalizando Macro-Jê**. Recife: Néctar, 2008. p. 195-214.
- _____. Descrição das formas verbais longas e breves do Pykobjê: uma contribuição para o estudo dos verbos nas línguas Jê. **Revista do GEL**, Araraquara, v.2, p.83-105, 2005.
- _____. A negação em Pykobyê. In: ENCONTRO DOS ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, V, 2002, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FFLCH/USP, 2003. p.19-26.
- ANDERSON, S.R. Inflectional morphology. In: SHOPEN, T. (ed.) **Language typology and syntactic description: grammatical categories and the lexicon**. v. III. Cambridge: Press Syndicate of the University of Cambridge, 1985. p.150-201.
- ARAÚJO, L. **Aspectos da língua gavião-jê**. 1989. Tese. (Doutoramento em Linguística)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1989.
- BYBEE, J.L. **Morphology: a study of the relation between meaning and form**. Vol. 9. Typological studies in language (TSL). Amsterdam: John Benjamins Publ. Co., 1985.
- DOURADO, L. **Aspectos morfossintáticos da língua Panará (Jê)**. 2001. Tese. (Doutoramento em Linguística)- Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2001.
- FERREIRA, M.N.O. **Estudo morfossintático da língua Parkatejê**. 2003. Tese. (Doutoramento em Linguística)- Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 2003.
- JENSEN, J.T. **Morphology: word structure in generative grammar**. Series IV – Current Issues in Linguistic Theory. Amsterdam: John Benjamins Publ. Co., 1990.
- MARTINET, A. **Elementos de linguística geral**. 8. ed. Trad. de Jorge Moraes Barbosa. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1978.
- NIDA, E. **Morphology: The descriptive analysis of words**. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 1949.
- POTTIER, B. **Linguística Moderna y Filología Hispánica**. Madrid: Editorial Gredos, 1968.
- REIS SILVA, A.; SALANOVA, A.P. **Verbo y ergatividad escindida em Mebêngôkre**. Disponível em: <http://mit.edu/kaitire/www/Docs/ErgMeben.pdf>. Acesso em: 20 de janeiro de 2009.

SCHACHTER, P. Parts-of-speech systems. In: SHOPEN, T. (ed) **Language Typology and Syntactic Description**. Vol.1. Cambridge: Cambridge University Press, 1985. p. 3-61.

SOUZA, S. **O sistema de referência pessoal da língua Krahô**. 1990. Dissertação. (Mestrado em Linguística)- Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1990.

SPENCER, A. **Morphological theory**. Cambridge: Blackwell Publ., 1991.

ELIMINAÇÃO DE SEGMENTOS FONOLÓGICOS NA LÍNGUA SUYÁ

Ludoviko dos Santos¹

Resumo: Há, na língua Suyá (Família Jê), um processo morfofonológico que optei por tratar como um caso de eliminação de segmentos fonológicos por considerar que dessa forma é possível dar um tratamento descritivo unificado para o processo que envolve, principalmente, as classes de nomes e verbos. Há um primeiro momento deste processo que consiste na eliminação de vogal de palavras paroxítonas, tanto para nomes quanto para verbos: I) a forma [ˈtygy] "preto", perde a vogal final quando sufixada ou seguida por uma palavra qualquer, ou seja, [ˈtygy] + [tʃi] = [ˈtyktʃi]; II) a forma [ˈtẽmẽ] "ir", perde a vogal final quando seguida por outra palavra, ou seja, [ˈtẽmẽ] + [mã] "marca de fut." = [...tẽm mã]. No caso de verbos, há a possibilidade de eliminação de uma sílaba inteira: a mesma forma /tẽmẽ/ acima, quando não seguida por nenhum elemento, ocorre como [ˈtẽ]. Ou seja, nomes e verbos passam por estágios de um processo fonológico que pode ser usado para diferenciar essas duas classes.

Palavras-chaves: kaingang, verbos de forma longa/curta, morfossintaxe

Abstract There is in Suya language (Jê family) a morphophonological process that I chose to treat as a case of elimination of phonological segments considering that so it is possible to give unified description for the process involving, primarily, the classes of names and verbs. The first moment of this process is the vowel elimination of second-to-last syllable stress words both for names and verbs: I) the form [ˈtygy] "black", loses the final vowel when suffixed or followed by any word, in other words, [ˈtygy] + [tʃi] = [ˈtyktʃi] II) the form [ˈtẽmẽ] "go", loses the final vowel when followed by another word, in other words, [ˈtẽmẽ] + [mã] "future mark" = [...tẽm mã]. In verbs cases, there is the possibility of a whole syllable be eliminated: the same form /tẽmẽ/ above, when not followed for any element, occurs as [ˈtẽ]. In other words, names and verbs go through a phonological process that can be used to mark the difference between these classes.

Keywords: kaingang, verbs of short/long form, morphosyntax

0. Introdução

Há, na língua Suyá (Família Jê), um processo morfofonológico que optei por tratar como um caso de eliminação de segmentos fonológicos por considerar que dessa forma é possível dar um tratamento descritivo unificado para o processo que envolve, principalmente, as classes de nomes e verbos.

¹ Professor da Universidade Estadual de Londrina

1. Processo mofofonológico

Há um primeiro momento no processo que consiste na eliminação de vogal de palavras paroxítonas, tanto para nomes quanto para verbos: I) a forma 'tygy "preto", perde a vogal final quando sufixada ou seguida por uma palavra qualquer, ou seja, ['tygy] + [tʃi] = ['tyktʃi]; II) a forma 'tēmẽ "ir", perde a vogal final quando seguida por outra palavra, ou seja, ['tēmẽ] + [mã] "marca de fut." = [...tēm mã]. No caso de verbos, há a possibilidade de eliminação de uma sílaba inteira: a mesma forma /tēmẽ/ acima, quando não seguida por nenhum elemento, ocorre como ['tẽ].

Guedes (1993) trata o mesmo processo como reduplicação e o coloca nos seguintes termos:

“Na língua Suyá há um predomínio de palavras monossilábicas sobre outros tipos. Quando a palavra monossilábica termina em consoante, costuma ocorrer o acréscimo de uma vogal eco no final da palavra. Essa vogal eco tem a mesma qualidade fonética da vogal anterior. Quando a palavra aparece na sua forma monossilábica, dá-se o nome de forma breve, curta ou reduzida e quando aparece na forma dissilábica, dá-se o nome de forma longa.”
(GUEDES, 1993, p. 78).

Guedes aponta tal reduplicação tanto para nomes quanto para verbos. Dá, entre outros, os seguintes exemplos de nomes: “/pám/ [pəmə] “pai”; /səx/ [səxə] “pássaro”; /múr/ [mburu] “pescoço” (op. cit. p. 79). Quanto aos verbos, Guedes coloca que “...apresentam uma forma curta ou reduzida e uma longa, As formas reduzidas são sempre formas verbais transitivas. Nestas o objeto ocorre redundantemente, sendo anteposto imediatamente ao verbo o pronome objeto ku-.” (op. cit. p. 131). Para formas curtas de verbo dá alguns exemplos dentre os quais escolhemos os que seguem:

I. xwĩsi oá kukú
fruta – eu – obj. (a) / comer
“eu como fruta”

II. rópra kãṇá pĩ
onça – cobra – matar
“a onça matou a cobra”

Segue expondo que as formas longas “...é que podem ocorrer como verbos transitivos ou não. ... Além disso, as formas longas não ocorrem necessariamente como o último elemento da oração.” (op. cit. p. 132). Salientamos os seguintes exemplos dados pela autora:

III. íre ʁwĩsi kúr kér
 eu – fruta – comer – não
 “eu não como fruta”

IV. jókra mičĩ pĩr mã
 yóko – jacaré – matar – intenção
 “Yoko vai matar o jacaré”

Assim, Guedes trata a eliminação de elementos vocálicos, tanto para nomes quanto para verbos, como reduplicação. Deve-se notar que não há indicações sobre a ausência de consoante final na forma curta do verbo no dado II, assim como não há explicação da presença de consoante final nos verbos de forma longa dos dados III e IV. Por outro lado, Guedes faz uma relação entre as classes de verbos longos e curtos e sua transitividade. Não nos parece que tal relação seja relevante porque tanto verbos de forma longa quanto os de forma curta podem ser transitivos ou intransitivos. Vejam-se os seguintes exemplos de verbos intransitivos de forma curta:

liana ra ʔtẽ
 n. próp. ms ir
 “Liana foi”

ou, ainda, o exemplo:

wa ʔngre “Eu dancei”.

Ou seja, diferentemente do que afirma Guedes, verbos de forma curta podem ser também intransitivos.

Trataremos do mesmo processo descrito por Guedes, fazendo-se um contra-ponto, quando possível, com a exposição desta autora.

2. Processos fonológicos e as formas longas do verbos em Suyá

A eliminação vocálica em suyá é um processo simples e muito abrangente, uma vez que se estende às principais classes de palavras. Podemos reduzir o processo à seguinte regra que se aplica à composição de palavras (sândi interno) e entre palavras (sândi externo): *palavras paroxítonas com sílaba final CV perdem a vogal final quando seguidas de qualquer elemento*. Vejamos alguns exemplos em diferentes classes de palavras:

	ELEMENTOS	E. VOCÁLICA	ASSIMILAÇÃO	RESULTADO
1.	·mberi tʃi bom quantificador	·mber tʃi	·mbet + tʃi	·mbetʃi “muito bom”
2.	ki·kre ʔtũmũ + ra ʔsere casa velho ms queimar	ʔtũm + ra		ki·kre ʔtũm ra ʔsere “A casa velha queimou”
3.	ʔsaga + ʔndo pássaro olho/ponta	ʔsag + ʔndo	ʔsag + ʔndo	sagʔndo “ninho”
4.	kujusʔi ra ʔrowo + ʔpĩ n. próp. ms onça matar	ʔrow + ʔpĩ	ʔrɔp + ʔpĩ	kujusʔi ra ʔrɔp ʔpĩ “Kujusi matou a onça”
5.	kĩ + ʔsere + je aldeia queimar pluralizador	ʔser + je	ʔsed + je	kĩ·sedje “auto-denominação do grupo suyá”
6.	li·ana ra ʔtẽmẽ ʔkere ʔmã n. próp. ms ir negação fut.	ʔtẽm ʔker m ã	ʔked mã	li·ana ra ʔtẽm ʔked m ã “Liana não virá”

Nos dados 1 e 2 temos exemplos do processo envolvendo adjetivos na formação de palavras e entre palavras. Como resultado temos uma ressilabificação do morfema lexical —·mberi—, que passa de duas para uma sílaba e, por assimilação regressiva, a variação do som final do morfema lexical, num primeiro momento, e a assimilação total posteriormente. Em 2 ocorre apenas a eliminação vocálica, uma vez que as nasais não são afetadas pelo ambiente que as segue. Nos dados 3 e 4 o mesmo processo ocorre, em nomes, com as seguintes alterações: em 3, eliminação da vogal e manutenção da som final do morfema lexical, uma vez que o ambiente que o segue é sonoro; em 4, mudança de [w] para [p], porque o ambiente seguinte é surdo, caso contrário [w] torna-se [b]. Os dados 5 e 6 exemplificam o processo ocorrendo com verbos e com palavra negativa. Resumidamente, os sons que sofrem alteração, após a eliminação vocálica, são os seguintes:

[r] [t] quando seguido por som surdo;

[d] quando seguido por som sonoro.

[g] [k] quando seguido por som surdo;

[g] quando seguido por som sonoro.

[w] [p] quando seguido por som surdo;

[b] quando seguido por som sonoro.

Portanto, o processo envolve várias classes de palavras. No entanto, a classe de verbos comporta-se diferentemente das demais. Enquanto nomes, adjetivos e outras classes sofrem apenas o processo de eliminação vocálica, os verbos de forma longa, após a ressilabificação, perdem a consoante final da palavra. Veja-se os exemplos abaixo:

7. ʔhẽn ʔwa ʔrwə
asp 1ps descer
“Eu desci”

8. ʔhẽn ʔwa i- rwək ʔtẽ
asp 1ps 1ps descer ir
“Eu estou descendo”

9. ʔhẽn ʔwa hwĩʔsi ʔre
asp 1ps fruta colher
“Eu colhi fruta”

10. iŋ re hwĩʔsi ʔren mã
1ps erg fruta colher fut.
“Eu colherei fruta”

11. liʔana ra ʔtẽ
n. próp. ms ir
“Liana foi”

Os dados 7 e 8 exemplificam, respectivamente, a ocorrência da forma curta e longa do verbo “descer”, assim como o fazem os exemplos 9/10 e 6/11. Note-se que a forma longa do verbo apenas sofre a eliminação vocálica (dados 8, 10 e 6), enquanto que a forma curta se submete, após a ressilabificação, à eliminação da consoante final (dados 7, 9 e 11).

A observação dos dados acima pode sugerir uma distribuição complementar entre verbos de forma curta que ocorreriam como último elemento da oração e os de forma longa que ocorreriam em orações negativas, no futuro e progressivas (Santos, 1999, p. 68). No entanto, as orações abaixo demonstram que a tendência de as formas longas ocorrerem em ambiente condicionado não se estende à totalidade dos dados de que disponho.

12. piʔreje tẽ ra ʔhrõn ʔmberi
menina sing. ms correr bem

“A menina correu bem”

13. ɲaj·mɔ ra ʰrɔ̃nɔ̃

n. próprio ms correr

“Ngajmo correu”

14. li·ana ka·fe ɲ- ʔ·hwere

n. próprio café rel fazer

“Liana fez café”

15. ma·ku ka·ren ʰwe

exo cigarro fazer

“Vamos fumar!”

16. i- ʔ- ʌ ʰkuru ʰsĩɛ

1ps rel coisa comer pouco

“Eu como pouco”

17. mi·tʃi -n ʰwa ku- ʰku

jacaré top 1ps obj. comer

“Foi jacaré que eu comi”

18. ma·ku a- ʰku mã

exo ? comer fut.

“Vamos comer!”

Em 12, a forma longa do verbo está seguida por um advérbio, ou seja, fora do ambiente característico para tais verbos. Em 13, o mesmo ocorre porque o verbo de forma longa está em ambiente de verbo de forma curta. Os dados 14 e 15 demonstram a ocorrência das formas verbais longa e curta no mesmo ambiente; para atender a distribuição, em 14 o verbo deveria estar em sua forma curta, como ocorre em 15. O dado 16 demonstra, novamente, um verbo de forma longa fora de seu ambiente característico, uma vez que a oração não é negativa, não está no futuro (orações não marcadas estão no passado), e nem está na forma que indica o progressivo. Desse modo, esperar-se-ia a forma curta do verbo (igual à encontrada no dado 17) no lugar da longa. Em 18, temos um verbo de forma curta em oração marcada para o futuro, numa clara violação da ocorrência de verbos de forma curta em tal ambiente. A forma esperada em 18 seria aquela forma verbal exibida no dado 16.

A abordagem de Guedes para tratar a eliminação vocálica tem, ao que me parece, dois problemas.

a) Na reduplicação, tomar a forma curta como básica/fonológica implica em poder reconstituir, a partir dela, a forma final da palavra acrescentando a vogal eco a partir dos traços da vogal da raiz.

Entretanto, tal procedimento não é possível em alguns casos porque a vogal a ser acrescentada não é a mesma da raiz, como se pode constatar pelos exemplos abaixo:

19. ʔɔwo “onça”
20. ʔmberi “bom/bem”
21. ʔsʌgə “pássaro”
22. ʔdʒuni “beija-flor”
23. ʔmdzeni “marido”
24. ʔmburu “pescoço”

Para cada um desses dados, há eliminação da vogal final da palavra, confira:

- 19a. ʔɔpʔtʃi “onça;”
- 20a. ʔmbetʃi “muito bom/bem;”
- 21a. sʌgʔndə “ninho;”
- 22a. dʒunʔtʃi “tipo de beija-flor;”
- 23a. i- ʔmdzen ra ʔmbetʃi
1p.p. marido ms bonito
“Meu marido é bonito”
- 24a. ʔmbud na ʔritʃi
pescoço top comprido
“O pescoço é comprido”

Assim, temos em 19 uma vogal posterior semiaberta na primeira sílaba e uma vogal posterior semi-fechada na segunda sílaba; em 20, vogal anterior semiaberta e vogal anterior fechada; em 21, vogal central semiaberta e vogal central semifechada; em 22, vogal posterior fechada e vogal anterior fechada; em 23, vogal anterior semifechada e vogal anterior fechada e, finalmente, em 24, vogal posterior fechada e vogal posterior fechada. Desse modo, percebe-se que os traços vocálicos das vogais ditas reduplicadas não são os mesmos da vogal da sílaba acentuada (a variação das vogais pode ser apenas dos traços semifechado/semiaberto até os traços anterior/posterior), o que torna a tarefa de predizer a ocorrência da vogal eco bastante difícil. Ou seja, se tomarmos as formas curtas das palavras (ʔɔp, ʔmbet, ʔsʌk e ʔdʒun), tratando-as como básicas, não seria possível determinar qual a vogal a ser acrescentada pelo processo de reduplicação.

b) por outro lado, a dificuldade de previsão da vogal dita reduplicada dos nomes não ocorre para a classe de verbos. Isto é, a vogal da sílaba átona final da palavra tem, com raras exceções, os mesmos traços da vogal da sílaba acentuada, o que pode ter sido o ponto de partida para que Guedes tratasse a vogal final de palavras paroxítonas como reduplicação para ambas as classes. Isso nos coloca um problema: devemos tratar a vogal final de verbos como reduplicação e a de nomes por outro processo? Parece-me que não seria adequado tratar a vogal final de verbos e nomes por processos diferentes porque: b1) nomes e verbos têm em comum um processo morfofonológico que afeta a vogal final da palavra; b2) no entanto, verbos não estão submetidos apenas ao processo que afeta a última vogal da palavra paroxítona, mas também a um processo de eliminação consonântica; b3) assim, se insistir-se em tratar a vogal final de verbos como reduplicação, seria necessário lançar mão de outro processo que explicasse o acréscimo de uma consoante na forma curta do verbo. Desse modo, teríamos:

25. ·hwe (forma curta) — ·hwe r e (forma longa) “fazer”

Ou seja, seria necessário explicar o acréscimo da vogal através de um processo (a reduplicação) e o acréscimo da consoante (que com a vogal acrescentada formará sílaba) através de outro processo, uma vez que não é possível predizê-la.

Enfim, o tratamento da vogal de sílaba final tipo CV de palavras paroxítonas como reduplicação levanta mais problemas do que os resolve. Assim, considero que tal processo deve ser tratado como eliminação vocálica e o processo que afeta a consoante final de verbos deve ser tratado como eliminação consonântica. Há consequências desse tratamento: I) a forma básica considerada será a longa; II) o processo de eliminação afetará a palavra em estágios: no caso de verbos, a eliminação se estende por dois estágios, ou seja, primeiro a eliminação vocálica e depois a eliminação consonântica; nas demais palavras, a eliminação ocorre apenas no seu primeiro estágio, isto é, somente a eliminação da vogal. O quadro abaixo resume a atuação do processo:

Forma Básica	Estágio – 1 Eliminação Vocálica	Ressilabificação	Estágio – 2 Eliminação Consonântica
Verbos	X	X	X
Outras Palavras	X	X	

Portanto, teremos:

Forma Básica	Estágio – 1	Estágio – 2
	Eliminação Vocálica	Eliminação Consonântica
ˈtēmẽ	ˈtēm	ˈtẽ
ˈtɔwɔ	ˈtɔw	

O tratamento de tal fenômeno por meio de apenas um processo, a eliminação de segmentos vocálicos/consonânticos, não é o único móvel que me levou a utilizá-lo em detrimento do mesmo processo tratado como reduplicação. Há, pelo menos, um motivo mais que parece corroborar o acerto desse tratamento.

O segundo estágio da eliminação, que atinge somente verbos, parece ocorrer pela necessidade de acomodação fonológica. Confira-se os dados abaixo:

26. i- ˈtēm mã

1p.s. ir fut.

“Eu irei.”

27. ɲum na mɛɲgere mã ˈtẽ -n mã

int. top. festa posp. ir top.? fut.

“Quem irá à festa?”

28. ˈhwaj tɔ -n kuˈkwəj ˈtik ta ˈnɔ

jirau posp. top. macaco morto ms deitar

“É no jirau que o macaco morto está deitado”

29. kuˈkwəj ta ˈti -n ˈnɔ

macaco ms morto top. deitar

“O macaco morto está deitado”

Ou seja, em 26, podemos observar a forma longa do verbo, que predomina em orações com marca de futuro. No entanto, em 27, numa oração marcada para o futuro, ocorre a forma curta do verbo, porém, com o acréscimo de morfema que marca tópico. Novamente, em 28, temos a raiz verbal de verbo de forma longa submetida apenas ao primeiro estágio de eliminação ˈtik. Entretanto, em 29, o mesmo verbo é afetado pelo ciclo completo da eliminação para que possa receber o morfema de tópico constituindo-se, desse modo, uma palavra fonológica. Isto é, há uma proibição fonológica para sequência de duas consoantes em final de sílaba na língua suyá, consequentemente, há eliminação da consoante final da forma longa do verbo para que se possa acomodar o morfema {-n}. O significado gramatical deste morfema não está claro para mim. Provavelmente, trata-se de um morfema *cumulativo*, uma vez que, aparentemente, acumula as funções de marcação de tópico e de aspecto, conforme sugerem os dados abaixo:

30. tu're ra 'huru mã 'tẽ

pai ms roça posp. ir

“O pai foi para a roça”

31. 'huru mã ʎn tu're ra 'tẽ

roça posp top pai ms ir

“Para a roça é que o pai foi”

32. 'ludo ra 'ŋgo rɔ 're

n. próp. ms rio posp cruzar

“O Ludo cruzou o rio (há muito tempo)”

33. 'ludo -n 'ŋgo rɔ 're

n. próp. top?/asp? rio posp cruzar

“O Ludo cruzou o rio (imediatamente após o momento da fala)”

34. 'ludo ra 'ŋgo rɔ 're -n 'tẽ

n. próp. ms rio posp cruzar asp? Ir

“O Ludo está cruzando o rio (no mesmo momento em que se está falando)”

Em 30 e 31 o morfema {-n} está claramente relacionado à marcação de um elemento da oração deslocado de sua posição canônica. Há, portanto, razoável certeza de que marca a topicalização do elemento deslocado. Por outro lado, nos dados 32, 33 e 34, o morfema {-n} parece estar ligado à marcação de tempo/aspecto. Em 32, a oração está no passado, que se caracteriza por ser, na língua, o elemento não marcado. Em 33 e 34, a mesma manifestação fonológica do morfema parece marcar o fato com relação ao momento do diálogo. Enfim, qualquer que seja o estatuto desse morfema, ao que se quer chamar a atenção é que a forma curta do verbo pode ter, como uma de suas características, a acomodação da palavra fonológica.

É interessante notar-se que o mesmo não ocorre para nomes, que não perdem a consoante final para acomodação de morfemas em palavras fonológicas. O dado abaixo exemplifica:

35. rɔp na mbrijaritka'nde ra ku- pĩ

onça top caçador ms obj. matar

“Foi a onça que o caçador matou”

A variante {na} é utilizada quando a palavra precedente termina por consoante. Ora, seria possível esperar que, assim como os verbos, os nomes perdessem a consoante final para receber a

² Algumas palavras resistem, por motivo que não consegui determinar, à eliminação vocálica, como é o caso da palavra que corresponde a “roça”. Parece-me ser este mais um motivo para considerarmos a forma longa como básica/fonológica.

³ Cabe lembrar que a forma longa do verbo “cruzar” é □□□□□□□.

variante {-n}, que ocorre depois de palavras terminadas por vogais. No entanto, isso não ocorre para os nomes, apenas para os verbos.

Considerações Finais

Assim, considerando-se que a eliminação se dá em dois estágios que atingem diferentemente nomes e verbos, acrescido do fato que o segundo estágio de eliminação consonântica, que atinge verbos, estar ligado a um processo de acomodação fonológica que não parece ocorrer para nomes, é possível sugerir que o processo de eliminação seja utilizado como critério auxiliar para distinguir nomes de verbos na língua suyá. Isto é, nomes são afetados pelo primeiro estágio da eliminação; verbos são afetados pelo primeiro e segundo estágios da eliminação.

ABREVIATURAS UTILIZADAS

? = dúvida ou indefinição da função do elemento

1PP = primeira pessoa, posse

1PS = primeira pessoa do singular

ASP = aspecto

EXO = exortativo

FUT = futuro

INT = palavra interrogativa

MS = marcador de sujeito

N. PRÓP. = nome próprio

OBJ. = objeto

POSP = posposição

REL = relacional

SING = singularizador

TOP = tópico

Referências Bibliográficas

GUEDES, Marymarcia. **Suyá: a língua da gente. “Um estudo fonológico e gramatical”**. Tese de Doutorado. UNICAMP. São Paulo, 1993.

SANTOS, Ludoviko dos. **Aspectos do Sistema de Marcação de Caso da Língua Suyá**. Revista Signum/Programa de Pós-Graduação em Letras. Universidade Estadual de Londrina, 1999.

SANTOS, Ludoviko dos. **Descrição de Aspectos Morfossintáticos da Língua Suyá, Família Jê**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Florianópolis-SC, 1979

SANTOS, Ludoviko dos. **Verbos de Forma Larga y de Forma Corta en Suyá**. Atas do VI Simposio Internacional de Comunicación Social. Vol. II, páginas 512 a 518. Santiago de Cuba, 1999.

CONSIDERAÇÕES SOBRE TRABALHOS ACADÊMICOS: O LÉXICO DAS LÍNGUAS BRASILEIRAS

Vitória Regina Spanghero FERREIRA¹

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo analisar algumas características das obras lexicográficas sobre as línguas indígenas brasileiras, apresentadas em forma de dissertações e teses. Geralmente, trata-se de dicionários bilíngües: língua indígena - língua portuguesa. Com relação à estruturação dos dicionários, analisamos os seguintes aspectos: macro e microestrutura, sistemas de remissivas e questões relacionadas à tradução. Para tanto, como suporte teórico utilizamos autores como Nida (1964), Zgusta (1971), Welker (2004), entre outros. Esses dicionários, tal como se apresentam, são registros de línguas indígenas que, em alguns casos, correm o risco de desaparecer, devido ao seu baixo número de falantes. Verificamos, entre outros aspectos, uma sistematicidade lingüística presente nos verbetes. As poucas variantes encontradas decorrem, em parte, da sua finalidade. Se a proposta é a de ensinar a língua portuguesa ao indígena e a língua indígena aos falantes do português, ou a de preservar a língua indígena, o dicionário apresenta verbetes menos elaborados, com menos explicações sobre as palavras. Se a intenção do autor for a de descrever a língua, o que ocorre na maioria dos casos, ele será confeccionado com a preocupação de apresentar o máximo de informação ao leitor. Tais obras apresentam características bastante semelhantes, as quais apontaremos no decorrer do nosso trabalho.

Palavras-chave: Lexicografia; Dicionários bilíngües; Línguas indígenas.

Abstract: *This study aims to analyze some features of lexicography works about Brazilian Indian languages, presented in shape of dissertations and theses. It is generally bilingual dictionaries: Indian language-Portuguese language. In relation to the structure of the dictionaries, we analyzed the following aspects: macro and microstructure, remissive systems and questions related to the translation. We utilized as theoretical support authors like Nida (1964), Zgusta (1971), Welker (2004) and others. These dictionaries, as they are presented are records of Indian languages that, in some cases, take the risk of disappearing, due to the number of speakers. We verified, among other aspects, a linguistic systematic present in the entry. The few variants found, result in part from its purpose. If the proposal is to teach the Indian people the Portuguese language and to teach the Portuguese speakers the Indian language, or to preserve the Indian language, the dictionary present entries less elaborated, with less explanation about the words. If the author intention is to describe the language, what occur in the most of the cases, it will be elaborated with the worry of presenting the maximum of information to the reader. Such works present features much similar, which we will point out in the development of our work.*

Keywords: *Lexicography; Bilingual Dictionaries; Indigenous Languages*

¹ Professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - vspanghero@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho trata de algumas características das obras lexicográficas existentes sobre as línguas indígenas brasileiras, confeccionadas em forma de dissertações e teses. Ele faz parte de uma pesquisa maior de análise e descrição dos dicionários indígenas (LI-LP) publicados no Brasil (Ferreira, 2007). Para nossa análise utilizamos os seguintes autores: Nida (1964), Zgusta (1971), Landau (1989), Dapena (2002) e Welker (2004).

Vários dicionários bilíngües de línguas indígenas brasileiras têm sido publicados. No entanto, não há trabalhos que reúnam um estudo sobre suas características. O trabalho de análise desses dicionários carece de tradição no Brasil. Encontramos um artigo de Netto (1993), no qual o autor faz um rápido levantamento dos dicionários de línguas indígenas publicados no Brasil, a partir do aparecimento da Enciclopédia Bororo, em 1962, a qual considera um verdadeiro marco na lexicografia dessas línguas. Outra obra, mais recente, de Nunes (2006), analisa um conjunto de dicionários produzidos ou utilizados no Brasil do século XVI ao XIX, mas não trata especificamente só dos dicionários indígenas. Recentemente, encontramos o trabalho de Ferreira (2007), sobre as obras lexicográficas produzidas no Brasil, cujo objetivo foi, a partir de um conjunto limitado de obras, analisar as características dos dicionários de línguas indígenas publicados no país. Acreditamos, assim, que estudar o léxico das línguas brasileiras, confeccionar dicionários de tais línguas, bem como realizar um estudo dessas obras lexicográficas, contribui para o seu conhecimento científico.

Recentemente, no Brasil, estão sendo produzidos dicionários em LI-LP em forma de dissertações e teses, com fins acadêmicos. Neste trabalho foram analisados dicionários com tais características: Weiss (1998), Silva (2003), Alves (2004) e Ferreira (2005). Para fins comparativos, utilizamos, ainda, o trabalho de Aikhenvald (2001).

2. Classificação de didiconários

Para a análise dos dicionários seguimos as seguintes classificações: a) variedade, perspectiva e apresentação. Segundo Landau (1989), os dicionários podem ser classificados por muitos critérios. Porém, não há um padrão sobre a taxonomia de dicionários. Eles podem ser diferenciados por três categorias: variedade, perspectiva e apresentação. A *variedade* refere-se ao tamanho e ao escopo do dicionário: trata-se de cobrir ou não todo o léxico. Quando se trata de um dicionário que abrange todo o léxico de uma língua é impossível estabelecer a variedade, pois não há como saber a extensão

total desse léxico. Porém, quando o léxico é limitado a um trabalho específico, de parte do léxico da língua, como da flora, por exemplo, a variedade pode ser estabelecida. Outro aspecto da variedade é o número de línguas compreendidas: ele pode ser monolíngüe, bilíngüe, trlíngüe ou multlíngüe (mais que duas línguas, às vezes chamado plurilíngüe). Um terceiro aspecto da variedade é a extensão da concentração nos dados lexicais, ou seja, se ele é caracteristicamente enciclopédico.

A *perspectiva* é baseada em como o compilador vê o trabalho e o que aproximadamente ele faz. Primeiro, se o trabalho é diacrônico ou sincrônico. Segundo, como ele é organizado: alfabeticamente, ou por conceitos. A *apresentação* significa como o material de uma dada perspectiva é exposto, em especial, como são as definições. Os dicionários monolíngües tendem a ter definições mais amplas do que os bilíngües. Em segundo lugar, verifica-se qual a forma dos verbos que é empregada, e se são incluídas ilustrações. Os possíveis traços presentes nos dicionários indígenas também são investigados: abreviaturas, prefixos, sufixos, notação, divisão silábica, pronúncia, ilustrações e possíveis informações gramaticais, semânticas e pragmáticas a respeito da palavra. b) tipos de dicionários bilíngües. Com relação aos tipos de dicionários bilíngües verificamos sua direção: unidirecionais (monodirecionais) ou bidirecionais. Há, também, dicionários em que as palavras são traduzidas em duas outras línguas (dicionários trilíngües) ou em mais que duas outras línguas (multilíngües). De acordo com o autor, muitos lexicógrafos têm observado que, em vários casos, é impossível construir um dicionário bilíngüe unidirecional, pois não será satisfatório para o consulente de nenhuma das línguas. Isso se dá porque, de acordo com o autor, frequentemente não há equivalências na língua alvo para as palavras na língua fonte, não somente nas palavras óbvias de fauna e flora, as palavras relativas à fauna e flora, mas também em relação a muitas outras. Muitas delas são específicas (ou culturais), como os termos sociais (de relacionamentos familiares), ou palavras da culinária, da política ou da religião. Assim, tais palavras requerem traduções aproximadas. A perda de equivalência é particularmente forte quando as duas línguas são usadas em culturas que diferem muito em sua bagagem cultural, mas também ocorre, ainda que esse fato nos surpreenda, frequentemente em culturas semelhantes. Tal perda afetará o dicionário bilíngüe. c) diferentes propostas de dicionários e autores. Com relação às propostas e autores dos dicionários verificamos: a intenção do lexicógrafo em compilar o dicionário como uma ajuda na compreensão da língua fonte, em descrever a língua fonte ou como uma ajuda para gerar textos na língua alvo ('Production Dictionary'), ou, ainda, como instrumentos para a comunicação; quem são os autores dos dicionários. Vários dicionários indígenas foram escritos por não-indígenas, porém, algumas vezes com o auxílio de um indígena. Em outros casos, alguns foram elaborados pelos próprios membros do grupo, aqueles que já foram alfabetizados em português. d) análise da macro- e

microestrutura e do sistema de remissivas. A macroestrutura compreende a organização das palavras no dicionário, abrangendo: a sua escolha; a escolha do conteúdo: língua padrão, especializada; a ordenação das palavras: alfabética, inversa, por campos semânticos ou conceitos; as relações de significado: polissemia, homonímia, sinonímia, antonímia, monossema, hiperonímia, hiponímia, co-hiponímia e paronímia. A microestrutura é constituída pelos conjuntos de informações que se seguem às palavras, como fatores fonológicos, morfológicos, semânticos e pragmáticos, que consistem de definição do significado da palavra (explicações, perífrases ou equivalentes); tratamento da polissemia, dando os vários significados da palavra; categoria gramatical de cada significado; frase ilustrativa mostrando o significado através do uso do lexema num contexto apropriado; tratamento dos hiperônimos, hipônimos, neologias, empréstimos; variações dialetais da língua; campos semânticos; remissivas de sinonímia, parassinonímia, antonímia e co-hiponímia. As remissivas visam a construir ou reconstruir o perfil semântico da unidade lexical e situá-la na rede de significação. Os sinônimos e os parassinônimos remetem o usuário a outras palavras com significado igual ou quase igual, e os antônimos apontam os opostos, enquanto os hiperônimos, hipônimos e co-hipônimos mostram a super- e supraordenação. Todos estes aspectos foram privilegiados em nossa análise.

3. Características dos dicionários LP-LI

Os seguintes dicionários foram analisados: Ferreira, Vitória Regina Spanghero. “Estudo lexical da língua matis-subsídios para um dicionário bilíngue”. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005. Weiss, Helga E. “Para um dicionário da língua kayabí”. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998. Alves, Poliana Maria. “O Léxico do Tuparí”. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2004. Silva, Gino. F. “Construindo um Dicionário Parakanã-Português”. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal do Pará. Belém, 2004.

Para fins comparativos, colocamos na tabela abaixo exemplos de verbetes de cinco dicionários. Incluímos, ainda, o Dicionário Tariana, de Aikhenvald (2001). Embora não seja publicado em forma de dissertação ou tese, também possui objetivos acadêmicos. Além disso, colabora com nossa análise comparativa, pois se distingue dos demais na forma como os verbetes são apresentados, dividido por tópicos.

LÍNGUA	EXEMPLOS
Kayabi	-afã s.B. 1) ponta. U''ywa rafã . Ponta da flecha. 2) lábio superior, focinho. Cf.: -si, -juru . [34]
Matis	atxu s. Guariba. Lat. <i>Alouatt seniculus</i> . Nome doméstico, utilizado somente como vocativo. Cf. du.
Parakanã	amakyg N Classe II a. <i>Ílio</i> (osso da bacia). Hahyete Tereza ramakya . O Ílio da Tereza dói muito. Veja: kyg, ywykyg, poikyg
Tupari	ane''to s.2. ombro. o''kio ane''to-t ta''ra . O ombro do homem é largo.→ (o''kio, ta''ra)
Tariana	dic. semântico: “Natureza” dic. alfabético: dé:píte ke:ri "lua" D dé:píte kéri "lua" de:píte ke:ri diyamika "eclipse da lua".

Tabela 01: exemplos de entradas

Podemos verificar, de acordo com as amostras da tabela acima, que os cinco dicionários seguem praticamente o mesmo padrão para as entradas. Todos, com exceção do dicionário tariana, fornecem a palavra na língua fonte, a classe gramatical, a tradução em português e uma ou mais frases exemplificando o uso da palavra. Os dicionários kayabi, parakanã, tupari e matis fazem remissivas a outras palavras da língua. Já o dicionário tariana não dá a classe gramatical. Este, dividido em semântico e alfabético, apresenta características diferentes dos outros. Na primeira parte, cada entrada acompanha, na maioria das vezes, um número grande de exemplos, se comparado aos outros dicionários. Exemplo: *kholó* "balançar" apresenta cinco frases explicativas (Aikhenvald, 2001, p. 149):

<i>itawhya kholo-ma-ka</i>	"A canoa está balançando demais"
<i>kholo di-eku dia</i>	"(A canoa) ficou balançando"
<i>tiyane uni paru pa:pe uni taraka-ka</i>	"Se tira água da canoa com cuia, se a correnteza está forte e a canoa está balançando"
<i>itawhya koloma-ka</i>	"A canoa está balançando"
<i>ita-whya kholoma-naka</i>	"O meu avião não balança"
<i>ne nhua karakawhya kholo-kade-na</i>	

Algumas palavras não são exemplificadas, como é o caso, por exemplo, das palavras *é:di* “banco” e *di-dúpe* “lixo”. No dicionário alfabético não há informações gramaticais, somente a palavra na língua fonte e a tradução na língua alvo.

Outra característica comum a esses dicionários é que em nenhum deles foi feita a glosa das palavras, o que torna a consulta um pouco mais trabalhosa. Apresentando os exemplos sem a glosa fica mais difícil entender a língua, pois não é apresentado o significado de todas as palavras da frase explicativa. Fazendo a glosa, o compilador permite ao consulente “juntar as partes” para compreender o todo. Isso se aplica também aos afixos, que poderiam vir glosados.

Por outro lado, se pensarmos em um dicionário exaustivo, glosando todas as palavras, a entrada se tornaria bastante “carregada” de informações, o que tornaria a leitura cansativa. Para solucionar, pelo menos em parte este problema, as informações gramaticais adicionais podem ser encontradas nos capítulos sobre a gramática da língua de cada dicionário.

Outra alternativa que facilita a consulta é dividir as palavras em morfemas, através do hífen (-) Nas frases explicativas, os dicionários tupari e tariana apresentam essa característica. Dessa forma, o consulente visualiza as partes que compõem as palavras. Exemplo em tariana: a palavra *nu-keci-pe* “meus parentes” é constituída de três morfemas: o prefixo *nu-* “meu”, a raiz *-keci* “parente” e o sufixo *-pe* “plural” (Aikhenvald, 2001, p. 25). Na tabela abaixo apresentamos os autores, objetivos e direção nos dicionários estudados.

	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Autores	autora/nativos	autora/nativos	autora/nativos	autora/nativos	autora/nativos
Objetivo	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	descrever a língua fonte	instrumento para os índios reaprenderem a sua língua
Direção	unidirecional	unidirecional	unidirecional	unidirecional	bidirecional

Tabela 02

Por meio da tabela 2, verifica-se que os cinco dicionários apresentam características semelhantes. Tiveram a participação, em sua confecção, dos autores e dos falantes nativos e o objetivo da maioria deles foi o de descrever a língua indígena. A finalidade principal do dicionário tariana é outra, embora ele também descreva a língua. Lê-se na apresentação: “A finalidade principal deste dicionário é cumprir com uma solicitação dos próprios índios de poderem estudar e re-aprender a sua língua” (Aikhenvald, 2001, p.3).

A direção, na maioria dos casos, foi da língua fonte para a língua alvo, com exceção do dicionário tariana: provavelmente essa escolha se deu pela própria proposta da autora, que foi a de possibilitar tanto aos Tariana quanto à comunidade em geral o conhecimento da língua. Sendo bidirecional, a consulta desse dicionário se torna mais fácil. Embora seja discutido por alguns

lexicógrafos que um dicionário bidirecional seja mais satisfatório, no caso dos dicionários indígenas, em que o objetivo principal é o de descrever a língua, verificamos que são caracteristicamente unidirecionais². Observamos, a seguir, na próxima tabela, a variedade, perspectiva e apresentação dos dicionários:

Tabela 03

Categorias	Características	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Variedade	tamanho/escopo	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua	totalidade da língua
	n° de línguas	bilíngüe	bilíngüe	bilíngüe	bilíngüe	bilíngüe
	extensão da concentração	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico	não enciclopédico
Perspectiva	diacrônico	-	-	-	-	-
	Sincrônico	+	+	+	+	+
	organização	alfabético	alfabético	alfabético	alfabético	campos semânticos e alfabético
Apresentação	definições	não-amplas	não amplas	não amplas	não amplas	não amplas
	forma dos verbos nas entradas	infinitivo	infinitivo	forma com a vogal temática -a, forma na negativa e a raiz do verbo propriamente dita	infinitivo	infinitivo
	ilustrações	-	-	+	-	+

Por meio da tabela 3, podemos verificar que as características dos dicionários apontados são as mesmas segundo os seguintes critérios: todos cobrem o léxico da língua fonte, são bilíngües, não têm características enciclopédicas, descrevem a língua sincronicamente e não têm definições amplas. A sua organização é por ordem alfabética, com exceção do dicionário tariana: na primeira parte ele é organizado por campos semânticos e na segunda por ordem alfabética. Os verbos estão no infinitivo, com exceção do dicionário tupari. Neste último, nas entradas, são apresentadas três formas: com

² Outros dicionários bilíngües indígenas apresentam as duas direções, como, por exemplo, o "Dicionário Parecis-Português, Português-Parecis", (Rowan & Rowan, 1978).

vogal temática -a, forma na negativa e a raiz do verbo propriamente dita. Somente os dicionários tupari e tariana apresentam ilustrações.

A seguir, apresentamos alguns traços dos dicionários:

Traços	Kayabi	Parakanã	Tupari	Matis	Tariana
Abreviatura	+	+	+	+	+
Prefixo	+	+	+	+	+
Sufixo	+	+	+	+	+
Pronúncia	-	-	-	-	+/-
Silábico	-	-	-	-	-
Ortográfico	+	+	-	-	+
Remissivas	+	+	+	+	-

Tabela 04

Quanto aos traços, todos os dicionários também seguem praticamente o mesmo padrão: possuem abreviaturas, prefixos, sufixos e possuem notação ortográfica, com exceção dos dicionários tupari e matis, cuja notação é fonológica. Não são silábicos (não apontam a divisão de sílabas nas palavras) e não trazem a pronúncia da palavra. Porém, o dicionário tariana traz algumas variações de pronúncia. Como essa língua é falada por representantes de várias gerações, existe uma variação de pronúncia. Assim, as variações que foram anotadas acompanham cada verbete. Exemplo: a palavra "pau, árvore" pronuncia-se como *haiku* pelos mais velhos e como *keku* pelos mais jovens (Aikhenvald, 2001, p. 26).

As remissivas são apresentadas somente nos dicionários kayabi, parakanã, matis e tupari, com a particularidade que, neste último, são indicadas todas as palavras que aparecem nas frases explicativas. A seguir, apresentamos as informações gramaticais e semânticas

Língua	Informações gramaticais	Informações semânticas
Kayabi	+	+
Parakanã	+	+
Tupari	+	+
Matis	+	+
Tariana	+ ³ (dic. semântico)	+ (dic. semântico e alfabético)

Tabela 05

Na tabela 5, verificamos que todos os dicionários trazem as informações gramaticais e semânticas das palavras. O dicionário tariana traz informações gramaticais somente na primeira parte. Como é dividido por campos semânticos, no início de cada campo há um título para cada grupo de entrada que é apresentado (substantivos, adjetivos, verbos), seguido, em alguns casos, de algumas explicações gramaticais, como nos termos de parentesco. Na segunda parte do dicionário alfabético tariana-português e português-tariana não há qualquer tipo de informação gramatical,

³ As informações gramaticais estão presentes no dicionário semântico, mas não no alfabético.

somente a palavra na língua fonte e a sua respectiva tradução em português, e vice-versa. Para obter mais informações das palavras, como a transitividade de um verbo, por exemplo, o consulente deverá consultar a seção das “características gramaticais da língua tariana”, apresentada antes do dicionário semântico, o que dificulta um pouco a consulta, pois não se oferece as informações nas próprias entradas, o que vai requer do consulente buscá-las em outras partes sempre que necessitar.

4. Conclusão

Verificamos que, geralmente, esses dicionários indígenas apresentam características bastante semelhantes e seguem alguns princípios teóricos apontados no decorrer deste trabalho. Como o objetivo desse tipo de dicionário é apresentar o léxico da língua indígena ao leitor, traduzindo uma língua para a outra, ele apresenta uma maior parte do léxico e não apenas alguns campos semânticos, como fauna, por exemplo. Assim, ajuda o falante de outra língua (ou o próprio indígena) a entender a língua indígena. Dessa forma, apresenta o léxico da língua fonte e a tradução na língua alvo. Muitas vezes ele serve para o indígena aprender o português e para o falante do português conhecer uma língua indígena. Na maioria das vezes é unidirecional, porém, em alguns casos, como o dicionário tariana, apresenta as duas direções.

Quanto à macro- e microestruturas, verificamos que os verbetes desses dicionários são bem elaborados. As relações de significado são bem trabalhadas em todos eles, principalmente a homonímia e a polissemia. Há a preocupação em fornecer maiores informações a respeito das palavras. Além da classe gramatical, são fornecidas explicações fonológicas, semânticas e pragmáticas que permitem ao leitor entender melhor o significado da palavra. Além disso, as frases ilustrativas auxiliam no entendimento do funcionamento da palavra nos contextos apropriados. Há indicações, ainda, de neologismos, compostos e empréstimos. Alguns termos científicos são adicionados para palavras da fauna e da flora. O sistema de remissivas nesses dicionários é bem elaborado, permitindo ao leitor conhecer palavras relacionadas, como os sinônimos e antônimos. Ressaltam-se, aqui, as remissivas do dicionário tupari, que indicam cada palavra da frase ilustrativa.

Esses dicionários, tal como se apresentam, fornecem ao leitor informações importantes sobre as línguas neles descritas. São importantes registros de línguas indígenas que, em alguns casos, infelizmente, correm o risco de desaparecer, devido ao seu baixo número de falantes. Há outros que poderiam ter sido citados, porém, nosso objetivo foi fazer uma amostra para verificarmos como está sendo apresentado o léxico das línguas indígenas para o leitor, de acordo com alguns princípios lexicográficos apontados pelos autores supracitados.

Referências Bibliográficas

AIKHENVALD, S.Y. Dicionário Tariana -Português e Português-Tariana. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Antropologia**, Belém, n.1, 5-433, jul. 2001.

ALVES, P. M. **O Léxico do Tupari**. Araraquara, 2004. 286f. Tese (Doutorado em Lingüística) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita.

CATFORD, J. C. **A linguistic theory of translation: an essay in applied linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 1965.

DAPENA, J. P. **Manual de técnica lexicográfica**. Madrid: ARCO/LIBROS, 2002.

FERREIRA, V. R. S. **Estudo lexical da língua matis: subsídios para um dicionário bilíngüe**. Campinas, 2005. 211f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Estudo de trabalhos lexicográficos de línguas indígenas brasileiras**. Brasília, CNPq, 2007. Relatório técnico.

LANDAU, S. I. **Dictionaries: The Art and Craft of Lexicography**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

NETTO, W. F. Lexicografia e Documentação de Línguas Indígenas no Brasil. In: Seminários do Grupo de Estudos Linguísticos do Estado de São Paulo, 22, 1993, Ribeirão Preto. **Anais do XXII Seminários do GEL**. Ribeirão Preto: Universidade Moura Lacerda, 1993.p.297-304.

NIDA, E. A. **Language Structure and Translation**. Stanford: Stanford University Press, 1982.

_____. **Toward a science of translating**. Netherlands: E. J. Brill, 1964.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes Editores/São Paulo: Fapesp/São José do Rio Preto: faperp, 2006.

ROWAN, O & ROWAN, P. **Dicionário Parecis-Português Português-Parecis**. Brasília: SIL, 1978.

SILVA, G. F. **Construindo um Dicionário Parakanã-Português**. Belém, 2003. 120f. Dissertação (Mestrado em Lingüística) - Universidade Federal do Pará.

SVENSEN, B. **Practical Lexicography: Principles and Methods of Dictionary Making**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

WEISS, H. E. **Para um Dicionário da Língua Kayabí**. São Paulo, 1998. 420f. Tese (Doutorado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

WELKER, H. A. **Dicionários. Uma pequena introdução à Lexicografia**. Brasília: Thesaurus, 2004.

ZGUSTA. **Manual of Lexicography**. Paris: Mouton, 1971.

PERSPECTIVA TEMPORAL NO DISCURSO KAINGANG - ALGUMAS PISTAS PARA INVESTIGAÇÃO

Solange Aparecida GONÇALVES¹

Resumo: Neste trabalho apresento alguns trechos de narrativas em língua Kaingang (família Jê, Tronco Macro-Jê) que exibem marcas temporais de Futuro em contextos traduzidos em Português como sendo eventos localizados em um tempo Passado (algumas poucas vezes traduzidos também no Presente). A presença desses marcadores, como se poderá notar nos exemplos arrolados, coloca o evento em uma referência temporal cronologicamente subsequente aos eventos anteriores, deslocando o Momento de Referência da narrativa e demonstrando uma perspectiva temporal diferente do falante Kaingang em determinados contextos.

Palavras-chaves: Kaingang – Tempo Futuro – Marcas Temporais.

Abstract: *In this paper, I present some passages of narratives in Kaingang language (Ge family, Macro-Ge stock) that exhibit temporal marks of Future in contexts usually translated to Portuguese as events located in a past time (some times, also translated to the Present Tense). The presence of those marks, as one can notice in the inventoried examples, situates the event chronologically in a temporal reference subsequent to the previous events, transposing the narrative's Reference Moment and demonstrating different temporal perspectives of the Kaingang speaker in certain contexts.*

Keywords: Kaingang – Future Tense – Temporal Marks.

1. Introdução

Este texto é um pequeno recorte de minhas pesquisas em andamento e que fazem parte de meu projeto de Doutorado (IEL/Unicamp) que pretende descrever o funcionamento das categorias Tempo, Aspecto e Modo na língua Kaingang Sul (Jê) a partir da observação de seu emprego em contextos discursivos, ou seja, em textos orais e escritos. As complexidades semânticas nesta língua se apóiam sobretudo na sintaxe e, nesta, a expressão das categorias Tempo, Aspecto e Modo é altamente relevante para o entendimento dos sentidos pretendidos pelos falantes, sendo por meio delas, por exemplo, que em boa parte das expressões lingüísticas em Kaingang se pode saber se um evento realizou-se efetivamente ou não, se realizou-se por completo ou apenas parcialmente, se foi reiterado ou se trata-se de uma prática costumeira, se frustrou uma expectativa, etc.

Neste trabalho busco algumas pistas, em uma breve discussão, para tentar compreender a perspectiva temporal de falantes Kaingang em determinados contextos discursivos. Em várias situações de fala, apesar de os falantes empregarem, em Kaingang, o morfema ‘j’ final no verbo ou

¹ (IEL/Unicamp, bolsista CNPq)

no aspecto como indicação de Futuro, as traduções do período correspondente, para o português, usualmente não empregam o Tempo Futuro.

O Kaingang (família Jê, tronco Macro-Jê – cf. Rodrigues, 1999) é uma língua indígena falada no Brasil Meridional por uma população de cerca de 30 mil pessoas distribuídas em aproximadamente 30 distintas áreas indígenas entre os Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul². Pode-se notar pela extensão na distribuição geográfica desse povo que parece claro não ser possível falar da língua Kaingang como um idioma invariável falado nessas muitas áreas indígenas.

Wiesemann³ (1971 e 2002), utilizando critérios estritamente geográficos, afirma que as comunidades Kaingang desenvolveram cinco dialetos. D’Angelis (2008) discorda desta classificação, apontando que “embora didática, não é segura ou razoável em muitos aspectos”. Em seu trabalho pôde verificar que, apesar de em certas regiões haver distinção dialetal, também foi possível encontrar muitos pontos em comum, por exemplo, entre áreas como Nonoai e Votouro que “se situam em lados opostos do Rio Passo Fundo, rio que, para Wiesemann, seria o ‘divisor’ entre os dialetos Sudoeste (ao qual pertenceria Nonoai) e Sudeste (ao qual pertenceria Votouro)”. Alternativamente – e tratando, em seu trabalho, da Fonologia do Kaingang – D’Angelis emprega uma distinção em macro-dialetos: Kaingang PR, Kaingang SP e Kaingang Sul (i.e, SC e RS).

Neste texto acompanho, ao considerar a língua Kaingang do Sul, esta distinção proposta por D’Angelis.

Para a discussão que para aqui pretendo trazer, estarei utilizando dados recolhidos por mim junto a comunidades Kaingang do Rio Grande do Sul em abril e julho de 2008 e que são provenientes de gravações de narrativas e falas espontâneas transcritas e traduzidas ainda em campo com o auxílio de uma professora Kaingang (MN). Além deles, outros exemplos oriundos de outras fontes e de outros autores (alguns de textos escritos originalmente na língua, como textos do Vãfy⁴) poderão ser utilizados e estarão indicados no próprio corpo do trabalho.

² Informações sobre as áreas Kaingang podem ser encontradas em www.portalkaingang.org.

³ Pesquisadora missionária do SIL (Summer Institute of Linguistics) que sistematizou a língua Kaingang nos anos 60 com base em uma pesquisa conduzida inicialmente sobre o dialeto Kaingang falado em Rio das Cobras (PR). Para maiores detalhes da distribuição dialetal dos Kaingang apresentada por Wiesemann pode-se consultar seu trabalho de 2002, p. 8 (vide bibliografia referida).

⁴ Iniciado em 2001, o Vãfy é um programa de formação de professores Kaingang na modalidade Magistério Específico Indígena de 2º Grau, coordenado pela Funai - Passo Fundo, Unijui, Universidade de Passo Fundo e Associação de Professores Bilingües Kaingang Guarani. Alguns trechos aqui utilizados são de 2002 e se originam de gravações dos professores em suas respectivas áreas com outros falantes.

2. Algumas considerações teóricas

Talvez não fosse necessário, mas é bom lembrar que está se tratando, aqui, de Tempo lingüístico. Segundo Bertinetto (1986, p. 23) há grande diferença entre tempo físico e Tempo lingüístico. O tempo físico reporta-se ao mundo externo, sendo medido variavelmente por critérios subjetivos e objetivos. O Tempo lingüístico, por sua vez, é por ele assim definido:

si intende invece il sistema di relazioni temporali che possono essere veicolate dai signi linguistici. Queste hanno il proprio fulcro nell'atto di parola, ossia nell'attualità del processo di enunciazione: quando emettiamo un messaggio, noi fissiamo anche (esplicitamente o implicitamente) un punto di ancoraggio rispetto al quale possiamo calcolare un prima o un dopo (1986, p. 23).⁵

Lyons (1979, p. 320-321) aponta que a categoria Tempo diz respeito às relações temporais na medida em que estas são expressas por contrastes gramaticais sistemáticos e que é possível caracterizações de diversos modos nas línguas. “Tempo localiza a situação no ‘tempo’, usualmente com referência ao momento presente (mas também com outras situações) e é considerado uma ‘categoria dêitica’, enquanto Aspecto não é uma categoria dêitica”.⁶

Para pensar nas construções temporais em narrativas Kaingang recorro à noção de Momento de Referência (MR). Neste caminho estarei utilizando a proposta que Reichenbach (1947) estabelece para os três momentos estruturais na descrição dos tempos. O autor sugeriu um modelo para estruturação dos Tempos Verbais para o Inglês (pressupondo que poderia ser extensivo a outras línguas) assumindo que os Tempos verbais exprimem o tempo em relação ao momento do ato de fala de um enunciado e a um terceiro momento conhecido como Momento de Referência. Dessa forma distingue:

- i) o *momento da fala* (MF);
- ii) o *momento do evento* (ME): assim chamado o momento (ou instante, intervalo) no qual se desenrola (desenrolou ou desenrolará) o evento em questão localizado a partir do MF;
- iii) o *momento de referência* (MR): através do qual o falante transmite ao ouvinte a sua perspectiva temporal.

⁵ “... se entende um sistema de relações temporais que podem ser veiculadas pelo signo lingüístico. Estes têm sua própria ênfase no ato de fala que se encontra no processo de enunciação: quando nós emitimos uma mensagem nós fazemos também (expresso ou implicitamente) um ponto de ancoragem em comparação ao qual se pode calcular um anterior ou um posterior” (Bertinetto (1986, p. 23), tradução minha).

⁶ Vide também Lyons (1979, p. 120), Dahl (1985, p. 25), dentre outros.

Há várias possibilidades de ordenação destes três pontos propostos por Reichenbach (1947, p. 297)⁷ - alguns deles representados abaixo:

a. Presente	MF, MR, ME
b. Perfeito/Imperfeito	MR, ME —MF
c. Futuro Simples	MF — MR, ME
d. Futuro Posterior	MF — MR —ME

A representação para o Presente indica coincidência dos três momentos, enquanto no Passado o Momento da Fala é posterior ao Momento de Referência que coincide com o Momento do Evento e, no Futuro Simples, o Momento da Fala é anterior ao Momento de Referência que coincide com o Momento do Evento. Já a representação do que o autor trata como sendo o Futuro Posterior mostra a não coincidência dos três momentos.

Pode-se argumentar em uma primeira aproximação que a escolha pela utilização da proposta de Reichenbach pode não contemplar a atividade discursiva (como sugere Fiorin (2005, p.250 - nota 12) ao afirmar que “os estudos de Reichenbach estão ancorados em uma teoria lógica e não em uma teoria da enunciação”). Entretanto, penso em uma argumentação presente em Ilari (2001, p.15)⁸:

... é necessário recorrer à noção de momento de referência para compreender certas determinações temporais que a sentença sofre no co-texto, em particular no co-texto narrativo: é que, à falta de indicações mais específicas, dadas por exemplo pelos adjuntos de tempo, o co-texto anterior fixa geralmente o momento de referência da oração seguinte...

Não significa, entretanto, que essa escolha não tenha implicações (como em todos os processos onde é necessário escolher uma alternativa) ou que esteja isenta de problemas. Mas, se uma opção é considerar a sentença como um texto, como um recorte discursivo, pode-se considerar o texto como uma unidade empírica com começo, meio e fim que será tomada como unidade de análise, como apontado em Guimarães (2002).

Ainda uma outra observação metodológica se faz necessária, pois apesar da utilização de contextos discursivos orais e escritos; em princípio (pelo menos neste momento), não estarei tratando diretamente de questões de Discurso ou de Análise de Discurso, mas mais propriamente de sintaxe nestes contextos. Obviamente estarão presentes elementos de ordem da Análise de Discurso, mas serão auxiliares na exposição do tema aqui proposto.

⁷ Reichenbach (1947, p. 296, 297) aponta que há, para o inglês, treze possíveis combinações destes três momentos que, entretanto, podem ser restritas a nove formas.

⁸ Note-se, entretanto, que também em Ilari (2001, p. 13 a 19) há uma discussão dos prós e contras à utilização da proposta de Reichenbach e que o leitor poderá acompanhar em seu trabalho sobre a expressão de Tempo em Português.

3. Um pouco sobre a expressão temporal de Futuro na língua

Antes de expor as exemplificações para a discussão da questão a ser verificada neste trabalho, julgo conveniente abrir um parêntese para apresentar algumas breves considerações sobre a expressão temporal de Futuro na língua Kaingang. Tal exposição tem por objetivo clarear um pouco o entendimento dos exemplos que serão apresentados na seção seguinte.

Em Kaingang há um conjunto de verbos que podem receber marca morfológica {-j}, de Futuro, que só inclui raízes que terminam em vogal:

- (1) *Kar ãgóro ti ker, ěg tỹ ãgóro to **koj** jé.*⁹
 todos verduras 3p (?) 1pl ms verdura em v.comer (fut) para

"As verduras né, **para comermos** com as verduras".

- (2) .. *ũ tỹ karnẽ ko tĩ, pi mókã katu **raráj** mũ.*¹⁰ (Vãfy, 2002)
 alguém ms carne v. comer asp ms arma de fogo contra v.lutar (fut) asp

"...quem comer carne não **lutará** contra as armas".

Respectivamente em (1) e (2) os verbos *ko* - 'comer' e *rará* - 'brigar' recebem a marcação de Futuro.

Outros verbos são acompanhados das partículas de Futuro - *kej*, *ke*, *jé*.¹¹ Para efeito de ilustração, apresento apenas o exemplo (3) abaixo:

- (3) *Kỹ ã tỹ ver nén ã gỹjỹ **kej** mũ, kỹ inh mré ver tag ra*
 Então 2p ms ainda coisa p.ind. v. ganhar m. fut. asp então 1p junto/com ainda isto para

kãra sa ã mỹ ã ven jé¹², ke ta mũ. (Vãfy, 2002)
 v. entrar (1p)+ms 2p ms p. ind. v.mostrar para dizer ms asp

"Então você ganhará alguma coisa ainda, por isso entre comigo para cá para eu mostrar algo para você".

A expressão de Tempo Futuro pode ser realizada também através de adjunto adverbial, como *vajkỹ* 'amanhã':

⁹ Os exemplos em Kaingang estarão em itálico e a transcrição é ortográfica. As abreviações encontram-se em anexo ao final do texto.

¹⁰ As partículas aspectuais, apesar de suas distinções funcionais (algumas exercendo também outras funções sintáticas na oração), não serão discutidas neste trabalho e então, estarei indicando os marcadores de Aspecto genericamente como (asp). Da mesma forma, os marcadores de sujeito estarão indicados genericamente como (ms).

¹¹ É preciso ressaltar que ainda não possuo informações suficientes para apontar o motivo de escolha na utilização de uma e não de outra partícula nas construções. Parece haver, no entanto, uma correlação ou preferência na utilização do marcador *kej* quando há utilização de adjuntos adverbiais; entretanto isso precisa ser melhor esclarecido. D'Angelis observa também que há dúvida se *jé* é realmente "marca temporal de futuro" ou apenas conjunção de finalidade, o que resulta nas traduções que conhecemos com 'ar' de futuro (comunicação pessoal).

¹² Aqui, *jé* é conjunção: 'para' (como também no exemplo (1)).

- (3) *Ken je hamã Fongue ti... “vajkỹ ãg tỹ. ãri ãg tỹ ag mré kej mũ,*
 por isso assim Fongue 3p amanhã 1ppl ms hoje 1ppl ms 3pl junto/com m.de fut. asp

kuty tá kuty tag kã...
 noite lá noite esta/isto em

(Văfy, 2002)

"Por isso o Fongue, "... **amanhã** nós ... hoje nós 'lidaremos' com eles, à noite, nesta noite..."

Encontram-se ainda na língua Kaingang exemplos interessantes de tempo Futuro expresso pela marcação morfológica no Aspecto, como se pode verificar em (4) e (5):

- (4) ...ũn rará sór pi karnẽ ko **tĩj**... (Văfy, 2002)
 p. ind. v. brigar querer ms carne v.comer asp(fut)

"...quem quer brigar não comerá carne..."

Em (4) o Aspecto *tĩ* recebe a marca morfológica apontando que o evento 'comer' ocorrerá em um momento futuro e possivelmente também sugere uma situação que ocorre habitualmente, ou seja, para 'brigar, lutar', normalmente não se deve comer carne ou não se come carne...

É bom observar nesse dado que o importante parece ser realmente a relação entre Momento de Referência e Momento do Evento: há uma relação cronológica entre o momento do "querer brigar" (que ainda não é o momento da briga, mas antes dele) e o momento de "comer ou deixar de comer carne"; havendo o desejo de brigar, ou seja, tendo sentido e assumido o estado de "querer brigar" (que veio antes), o Kaingang deixará de comer carne (depois disso, e concomitante com a continuidade do desejo), até que chegue o momento da luta propriamente. Então, o Momento do Evento é aquele em que "não comerá carne", momento este que é posterior ao Momento de Referência (a referência, ou momento de referência é aquele momento em que se definiu o desejo de brigar). Em razão disso, da não coincidência entre MR e ME, estando esse último situado depois do primeiro, o falante emprega o Tempo Futuro, independente, então, do Momento da Fala que, nesse caso, não coincide nem com MR nem com ME. Em outras palavras, há uma situação em que nenhum dos momentos coincide. Neste caso: **MF > ME > MR** (ou seja: o MF é posterior ao ME, que está lá no passado, mas o ME é posterior ao MR e, do ponto de vista do MR é que o falante emprega marca de Futuro). As várias combinações possíveis entre MF, MR e ME permitem que outras variáveis sejam consideradas pelo falante na escolha do uso da categoria temporal. Isso é que torna possível que um evento (ou seja, um ME) anterior ao MF possa ser expresso no Futuro, desde que o MR da expressão linguística seja algo cronologicamente anterior àquele ME.

- (5) ...vajkỹ nove hora ki vãjã ta ki **nỹtĩj**. (Văfy, 2002)
 ... amanhã nove hora em 'comida' ms em asp(fut)
 "...amanhã às nove horas as comidas estarão aqui".

Da mesma forma, o exemplo (5), mostra que ‘as comidas (tradução de *vājān* que significa literalmente ‘mistura’) *estarão* (aqui)’ - um evento que ocorrerá, portanto, posterior a esse Momento da Fala, através da utilização da marcação de Futuro no Aspecto *nýtĩ* (plural de *tĩ*).

A indicação de Futuro ocorrendo com diferentes marcações morfológicas é uma questão a ser melhor investigada; entretanto, um dado de D’Angelis (2008)¹³ parece indicar a hipótese que os diferentes usos correspondem a diferentes enfoques para os quais o falante escolhe chamar a atenção. Por exemplo, em (6) abaixo, o foco está no evento - ‘ter aula’; contrastando com (7) em que o enfoque está no sujeito - ‘nós não teremos aula’, como se pode notar pelas traduções.

(6) *Saudo kã ěg pi aura kej mũ.* (D’Angelis, 2008)
sábado dentro de 1ppl ms aula m.fut asp

“Sábado não terá aula (para nós)”.

(7) *Samano kã ěg pi aura nýtĩ mũ.* (D’Angelis, 2008)
sábado dentro de 1ppl ms aula asp(fut) asp

“Sábado não teremos aula”.

Algumas passagens das narrativas por mim gravadas parecem também apontar esse caminho, mas ainda é cedo para conclusões mais definitivas neste sentido. Passemos, então, a seguir, para a exposição da proposição deste trabalho.

3.1 Que perspectiva temporal?

Nesta seção apresento trechos de narrativas Kaingang procurando evidenciar a perspectiva temporal do falante e buscando nessa discussão preliminar, algumas hipóteses que possam explicar a ocorrência de um Futuro em alguns contextos nos quais os eventos narrados situam-se cronologicamente em um momento anterior ao MF e que são traduzidos em Português em um Tempo não-futuro.

Observe-se, por exemplo, as seguintes passagens que narram ‘histórias’ que a Dona “V” ouvia em sua infância:

1. *Kejān krīpénufā tỹ ag prũ ã vyn ja nỹ gé ham, ěn,*
um dia kripénufā ms 3pl esposa p. ind. v.carregar asp asp também assim p. dem.

ẽn tó tỹ tĩ gé vẽ vẽ ham, hara tỹ ser¹⁴ sa ki kagtĩg tĩ gé.
p.dem. v. contar ms asp também modo assim mas ms assim (1p)+ms em não saber asp também

"Um dia o *krīpénufā* também roubou a mulher deles (dos índios Kaingang), isso ele contava também, mas eu já não lembro mais também".

¹³ Comunicação pessoal.

¹⁴ *Ser* pode ser traduzido como ‘então’ ou ‘assim’ como se notará nas glosas.

2. *Hỹ kỹ ti tỹ, ti tỹ ser tag tó kar ser*
 por isso 3p ms 3p ms assim p.dem. v.contar depois então

inh mỹ ăn tój mũ gé, ke inh nĩm.
 1p ms p.dem. **v.contar (fut)** asp também v.dizer 1p asp

"Por isso ele depois de contar esse, ele (o pai dela) contava aquele também".

3. *Ăn hã tỹ ẽg mỹ gufã tó kamã tĩ ja jẽ gé.*
 p.dem igual ms 1ppl ms índio antigo v.contar (fazer) sempre asp asp para também

"Aquele (gufã) é que contava bastante histórias para nós também".

4. *Kỹ tỹ ser tahăn kãkã fag ge jăn ki ti génh ne tỹ*
 então ms assim (tirar e colocar) em 3p (uma espécie de vasilha) ms para
ser fôr nĩ nĩ ser.
 então cheio aspr assim

"Então ele tirando e colocando (o mel), o génh dele enchia".

5. *Kỹ ne tỹ ser fĩ mỹ: mũn ha Prũvérá, kej mũ ser,*
 então ms para assim 3pf ms mover agora Prũvérá¹⁵ **m.fut.** asp assim

ă génh tu ra kej mũ ser, jetóg ham.
 2p (uma espécie de vasilha) em direção para **m.fut.** asp então 'diz que' assim

"Então ele dizia para ela: "vamos Prũvérá, carregue o teu génh", ele dizia".

6. *Kỹ fĩ ne tỹ¹⁶ ser ti nón tu kỹ tĩj mũ ser ham.*
 então 3pf ms com assim 3p atrás em direção então **v.ir (fut)** asp então assim.

"Então ela andava carregando atrás dele".

7. *Kỹ ẽg tỹ ser ti mỹ 'e ke nỹ tĩj, ke inh nĩm.*
 então 1ppl ms assim 3p para (e)' v. dizer mp **asp(fut)** v.dizer 1p asp

"Nós ficávamos respondendo para ele com (e)'".

Há diversas 'falas' e diversas pessoas (sujeitos) que 'falam' nessa narrativa destes eventos já ocorridos. Dona "V" inicia citando um *krĩpénufã* em (1), que pode ser traduzido aproximadamente como um 'caipora'. Entretanto, ela diz que não se lembra (mais especificamente) dessa 'história' que 'ele' - o pai dela - contava para ela em sua infância (sobre esse *krĩpénufã*).

¹⁵ É o nome da esposa do *gufã*.

¹⁶ *Tỹ* (quando não é *ms*) pode ser glosado como 'por', 'para', 'com'.

Mas ela se lembrava do(s) evento(s) ‘em que ele contava histórias’ para ela e para os outros filhos quando eles eram pequenos. Isso se evidencia quando em (2) ela utiliza o pronome de 3ª pessoa masculino - *ti* ‘ele’, referindo-se ao pai: ‘Por isso ele depois de contar esse, ele contava aquele também’; apontando outras histórias que o pai contava. O interessante, no período, é a utilização do verbo *tó* - ‘contar’ em uma referência futura - *tój* na segunda sentença. Note-se que há um abandono da referência temporal da narrativa que localiza o evento ocorrido em um momento Passado (eram histórias contadas na sua infância), para uma perspectiva temporal de ocorrência dos próprios eventos. Ou seja, o ‘depois’ aponta que havia uma ‘certa ordem cronológica’ das histórias que o pai contava: ele contava ‘essa’ na 1ª sentença (no caso aqui a do *krîpénufã*); e, então, ele ‘contaria’ (passava a contar) outras (não dá para saber se eram no mesmo momento ou se em diferentes circunstâncias, só o que parece é que existe um ‘anterior e um posterior’). O último evento (‘contar outras histórias’) é que ocorre subsequente, ou seja, em um Momento de Referência posterior ao ‘da história contada anteriormente’. Para expressar esse MR, *Dona "V"* utiliza em Kaingang um Tempo Futuro, que não é um Tempo da narrativa, mas da ocorrência deste evento. Aqui se tem dois Momentos de Referência: um em relação ao Momento da Fala, que estabelece o Tempo da narrativa e, outro, em relação ao momento da ocorrência dos próprios eventos.

Ilari (2001, p.26) observa que:

A interpretação dos tempos verbais em que MR e ME diferem está condicionada à possibilidade de estabelecer o MR mediante recursos lingüísticos ou extra-lingüísticos. Normalmente, não há necessidade de uma identificação exata MR: basta uma relação cronológica a outro evento, relatado no mesmo período gramatical ou em períodos gramaticais contíguos de um mesmo texto.

Este autor se refere a isto como “derivação contextual do MR” (*op. cit.*, p. 26), mostrando exemplos que em contextos tipicamente narrativos, o MR de cada sentença considerada tem que ser buscado no ME da sentença imediatamente anterior.

Há, assim, a possibilidade de utilizar na localização cronológica de eventos as informações fornecidas no interior do mesmo texto. Parece ser este um caminho para se buscar compreender a perspectiva temporal quando há a utilização de Futuro em alguns contextos narrativos Kaingang.

Então, voltemos para a exemplificação.

Na seqüência, em (3) a senhora se lembra de um *gufã* - um índio antigo - e, retoma a narrativa: - ‘Aquele (*gufã*) é que contava bastante histórias para nós também’. Aqui ela volta ao Tempo da narrativa - utiliza o verbo *tó* ‘contar’ e as outras informações estão dadas pelos aspectuais

tĩ e *ja* que informam respectivamente que o evento ocorria habitualmente e que se encerrou em um momento passado.¹⁷

Então em (4) inicia-se uma história que já tinha sido parcialmente narrada, em outro momento, sobre a ‘coleta do mel’. Nesta história o velho índio (o *gufã*) contava sobre como eles (os antigos) coletavam o mel e ela retoma esse fato nesta sequência: ‘ele tirava o mel e colocava o mel em uma espécie de vasilha - o *génh*.’ Aqui a representação de Passado: MR, ME –MF se aplica perfeitamente.

Entretanto, em (5) a perspectiva temporal centra-se novamente nos eventos. A presença da marca de Futuro *kej* localiza os eventos no qual ele ‘dizia para ela’ (para a sua esposa *Prũvérá*) e o evento no qual ela carregaria o *génh* (cheio de mel) em um momento posterior ao evento da retirada e da colocação do mel na vasilha.

Da mesma forma em (6): ‘Então ela andava carregando atrás dele’ também há a presença do verbo *tĩ* no Futuro - *tĩj* - que parece sugerir essa mesma perspectiva temporal do evento que se sucede às etapas anteriores: tirar o mel e colocar no *génh* são anteriores e, então, ela ‘iria’ (em um momento posterior, depois...) atrás dele carregando essa vasilha.

E, em (7) há um fechamento deste trecho narrado: ‘Nós ficávamos respondendo para ele com (*e*)’, no qual também aparece o aspectual *tĩ*¹⁸ com marcação morfológica de futuro - *tĩj*. Neste caso, *tĩ* aponta uma perspectiva habitual, costumeira dessa ação e o futuro parece referir-se, novamente, à questão da posterioridade desse evento em questão, no qual eles (ela e os irmãos) respondiam ao pai “quando estavam deitados e ouvindo as histórias” com (*e*)’ (mais ou menos uma exclamação) depois de cada narrativa, mostrando ao pai que estavam acompanhando o que ele estava contando. Essa explicação pode encontrar eco ao lembrarmos que no discurso indígena a tomada de turno se dá quando o enunciador acaba sua fala ou quando ele permite isso; normalmente não há interrupção quando alguém está com a palavra; portanto, a resposta das crianças ocorreria em um momento posterior ao pai acabar de contar a história.

Uma outra exemplificação interessante pode ser observada na sequência abaixo na qual as mulheres *K* e *V* contam memórias de suas vidas. Elas estavam falando sobre o local onde vivem atualmente e como era a vida delas antes (‘antigamente’):

¹⁷ Não é meu intuito, neste momento, uma discussão sobre a questão aspectual/temporal. Trago essa informação apenas para que o leitor possa entender o sentido da tradução feita.

¹⁸ Aqui *tĩ* é Aspecto e não verbo como na sentença (6). Em Kaingang os marcadores de Aspecto são derivados de verbos plenos, que são dessemantizados ou têm seu conteúdo semântico reduzido a um conceito abstrato, para cumprir aquela função.

8. *Kỹ inh panh ta genho nĩg ham, ...*
então 1p pai ms engenho asp assim

“Então meu pai tinha engenho...”

isa kinhra sĩ ta tĩg, isa gĩr kẽ Nevó fĩ tỹ
(1p)+ms v. saber pequeno ms asp (1p)+ms criança dentro Nevó 3pf ms

lembro um pouquinho - quando era criança, a Nevó

kỹnỹ krej katig ĩn ti ham.
cana v. cortar/ceifar v. vir p. dem. 3p assim

veio buscar cana”.

9. *Isa kẽkẽ jẽ kỹ fĩ inh mỹ kufẽr*
(1p+ms) dentro, dentro mp então 3pf 1p para v. descascar

“Eu estava dentro¹⁹, ela descascou e me deu,

kỹ fĩ ĩn he tỹ isa kinhra tĩg,
então 3pf p. dem. v. dizer com/por (1p)+ms v. saber asp

lembro um pouquinho disso,

jo inh pi ser kar isa katĩg fĩ ĩn he tỹ isa kinhra tĩg
mas 1p ms assim todo (1p)+ms v. vir 3pf p. dem. v. dizer com/por (1p)+ms v. saber asp

jo inh pi ser kar isa katĩg ĩn kkaró nĩg nĩ gé.²⁰
mas 1p ms assim todo (1p)+ms v. vir p. dem. v. saber asp asp também

mas não lembro quando eu voltei dali”.

10. *Kỹ ser genho ta ser, kusã ki ser inh panh ta*
então assim engenho ms assim de manhã cedo assim 1p pai ms

genho ĩn to ser monh vĩn tĩj,
engenho p. dem. em direção assim boi v. colocar asp(fut)

“Então o engenho, de manhã, meu pai colocava os boi no engenho,

ha isa kinhra sĩ tỹ tĩg.
agora (1p+ms) v. saber pequeno com/por asp

lembro um pouquinho”.

Como se pode notar, o tempo da narrativa é anterior ao Momento da Fala, ou seja, o ME coincide com o MR e são anteriores ao MF. São as lembranças passadas apontadas em (8) e (9): i) o

¹⁹ ‘do canavial’.

²⁰ Há uma repetição na fala nestas duas últimas sentenças, entretanto foram traduzidas pela professora Kaingang (MN) sem mostrar isso.

pai tinha engenho; ii) a prima (a *Nevó*) veio buscar cana no canavial do pai; iii) a prima descascou a cana e deu para ela (narradora/enunciadora); lembranças essas das quais ela, atualmente, tem uma breve recordação, ela lembra um pouco.

Pode-se também traduzir o período (9) como o reproduzido (mais literalmente) em (9.1) abaixo:

(9.1) “Eu estava dentro (do canavial), ela descascou (a cana) e me deu, lembro (eu digo) um pouquinho disso, ... mas eu não lembro tudo (eu digo) quando eu vim, mas eu não lembro (não sei) quando eu voltei (vim) dali”.

Esta tradução ajuda a chamar a atenção para duas questões, a saber: a) a presença do verbo *he* que, segundo Wieseemann (2002, p. 24) significa ‘dizer (da citação)’ mostrando o Momento da Fala do enunciador - “eu digo, neste momento; eu estou contando o que eu lembro atualmente destes eventos passados”; e b) que há um deslocamento espaço/temporal no final do período, pois ao dizer: “quando eu vim dali” ela não está se referindo ao instante da ‘saída’ do canavial, mas fazendo referência à sua saída, da mudança de sua casa localizada geograficamente um pouco mais abaixo em relação ao local em que atualmente sua nova casa se encontra. É a este momento, quando ela se ‘mudou’ para um terreno mais acima é ao qual ela está se referindo e que ela diz não se lembrar (neste momento da fala) quando aquele fato ocorreu (a *Dona* “V” tinha mencionado anteriormente o local onde a casa ficava quando eles se mudaram para aquela região).

Mas também em (10) há outra quebra da ordem na narrativa: primeiramente ela retoma o tema de (8) - “o engenho”; e, apresenta, então, a informação nova: - “de manhã o pai colocava os bois no engenho”. Entretanto, esta última informação é expressa com a utilização do aspecto no futuro - *itj*. Como se pode pensar sobre isso? Ao que parece, está se tomando por base uma perspectiva temporal de um Momento de Referência relativo ao evento veiculado: o evento ‘colocar os bois no engenho’ seria realizado de manhã, ou em outras palavras, os bois seriam colocados sempre em um momento posterior - “de manhã cedo”, baseando-se em algum momento anterior (que não está expresso). Por fim, ainda chamo atenção para uma última localização temporal nesta passagem (10) com a presença de *ha* ‘agora’, que expressa uma referência de Tempo Presente: “neste momento/agora (quando eu estou falando) eu lembro um pouquinho dessas coisas (para eu contar)”.

4. Considerações Finais

A perspectiva temporal do falante Kaingang em alguns contextos discursivos parece exibir um forte componente semântico-pragmático; entretanto, as hipóteses aqui aventadas ainda deixam várias questões a serem respondidas. Podem-se enumerar pelo menos três, dentre estas questões:

1. quando há uma seqüência de eventos em contextos tipicamente narrativos, o MR de cada sentença considerada, como sugere Ilari (2001), pode ser buscado no ME da sentença imediatamente anterior ou no contexto anterior do próprio texto (como é o caso da primeira exemplificação); entretanto, na segunda narrativa exemplificada neste trabalho, a informação temporal não traz expressa o momento do evento ou dos eventos anteriores que permitam uma maior compreensão da referência a fatos sucessivos expressos no Futuro. Como identificar, então, essas situações?

2. apesar de sugerir diferentes enfoques do falante ao utilizar as diversas marcações para expressão de Futuro (que pode ocorrer junto ao verbo, no aspecto ou com a utilização dos marcadores *kej*, *jé*, *ke*), isto ainda não está adequadamente esclarecido e será preciso compreender esse uso;

3. uma outra questão importante a ser respondida diz respeito às relações dos marcadores tempo-aspectuais e modais presentes nessas narrativas e que são significativos, além de outros elementos extra-lingüísticos, para o entendimento na composição final da perspectiva temporal desses discursos. Isso significa que uma análise mais completa e mais complexa se faz necessária.

Como se pode notar, há ainda muito a ser verificado, mas alguns caminhos parecem ter sido abertos. Espero que esse texto possa instigar a outras investigações que contribuam para os estudos das línguas indígenas, da língua Kaingang e das línguas Jê.

Abreviações Utilizadas

asp = Aspecto

aspr = Aspecto reduplicado

fem = marcação de feminino

mf = Marca de Futuro

mp = Marcador Posicional

ms = Marca de Sujeito²¹

p.dem. = pronome demonstrativo

p. ind = pronome indefinido

v. = Verbo

1p = 1ª pessoa singular

2p = 2ª pessoa singular

3p = 3ª pessoa masculino singular

²¹ .São várias as marcas de sujeito e estarei utilizando a mesma nomenclatura. Ao longo dos exemplos, o leitor encontrará, com essa função, partículas como: 'ne', 'vỹ', 'ta', 'tóg', 'tỹ' (essas, em orações afirmativas) e 'pi' (em orações negativas).

3pf = 3ª pessoa feminino singular

1ppl = 1ª pessoa plural

3ppl = 3ª pessoa masculino plural

3pfpl = 3ª pessoa feminino plural

(1p)+ms = 1ª pessoa singular com marcação de Sujeito²²

(3p)+ms = 3ª pessoa masculino singular com marcação de Sujeito

Referências Bibliográficas

ERTINETTO, Pier Marco Bertinetto, P. M. **Tempo, aspetto e azione nel verbo italiano. Il sistema dell'indicativo**. Florença: Accademia della Crusca, 1986.

DAHL, Östen. (1985). **Tense and aspect systems**. Oxford: Blackwell.

D'ANGELIS, Wilmar R.. **Pensar o Proto-Jê Meridional e revisitar o Proto-Jê, numa abordagem pragueana - Relatório Acadêmico de Pós-Doutorado**. Brasília: UnB. Inédito, 2008.

FIORIN, José Luiz. **As astúcias da enunciação - as categorias de pessoa, espaço e tempo**. 2ª edição. São Pulo, SP: Editora Ática, 2005, pp 318.

GUIMARÃES, Eduardo. (1987). **Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do Português**. 2ª edição. Campinas, SP: Pontes, 2002.

ILARI, Rodolfo. **A expressão do Tempo em Português**. 2ª edição, São Paulo, SP: Editora Contexto, 2001 (Repensando a língua portuguesa), pp 85.

LYONS, John. **Introdução à Lingüística Teórica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Cap. 3 (Categorias Gramaticais), 1979, p. 285 - 350.

REICHENBACH, Hans. **Elements of Symbolic Logic**. Londres: MacMillan. 1947.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Macro-Jê. In DIXON, R. M. W., AIKHENVALD, A. Y. (orgs.). **The Amazonian Languages**. Cambridge: Cambridge University Press. 1999, p. 164 a 206.

WIESEMANN, Ursula. **Dicionário Kaingáng-Português, Português-Kaingáng**. Rio de Janeiro: Summer Institute of Linguistics (SIL). 1971, reeditado em 1981.

_____. **Dicionário Kaingáng-Português, Dicionário Bilíngüe**. Curitiba: Editora Evangélica Esperança. 2002, p. 156-157.

²² O parêntese é necessário, porque o pronome não ocorre ali, é apenas pressuposto.

A ORDEM NO SINTAGMA NOMINAL EM KA'APOR

Mário Alexandre Garcia Lopes¹

Resumo: *Esse artigo tem por objetivo propor a ordem interna do sintagma nominal na língua Ka'apor. Mais especificamente, analiso a relação de ordem entre o nome, que se constitui o núcleo do sintagma, e os adjetivos, os pronomes demonstrativos, os numerais, as partículas quantificadoras - [.ta] e [.upa] - e a partícula indicadora de papel temático [.ke].*

Palavras-chave: *língua Ka'apor, sintagma nominal, ordem.*

Abstract: *This article aims at investigating the order of the nominal phrase in Ka'apor language. I specifically analyse the relationship between the noun that it is nucleus of the nominal phrase and adjectives, demonstrative pronouns, numerals, the particle of quantifiers – [.ta] and [.upa], and the particle of theta role [.ke].*

Keywords: *Ka'apor language, nominal phrase, order.*

Nesse artigo, tenho por objetivo analisar a ordem dentro do sintagma nominal na língua Ka'apor. Busco determinar a posição do nome, que se constitui como núcleo do sintagma, em relação aos demais constituintes do sintagma nominal, tais como: os adjetivos, os pronomes demonstrativos, os numerais, as partículas quantificadoras - [.ta] e [.upa] – e a partícula [.ke] que codifica papel temático [AFETADO]. Minha hipótese é que o sintagma nominal em Ka'apor se estrutura com a seguinte ordem:

(1) [[[numerais + pronome demonstrativo + Nome + adjetivo + quantificador1 [.ta] + [.ke] + quantificador 2 [.upa]/numerais]]]

Para verificar se a ordenação proposta em (1) está mesmo correta ou não, divido esse artigo da seguinte maneira: na seção 1, descrevo o tronco lingüístico que a língua Ka'apor está inserida e a localização geográfica da etnia; na seção 2, apresento a ordem do adjetivo; na seção 3, analiso a ordem do pronome demonstrativo; na seção 4, descrevo a ordem dos números; na seção 5, trato da ordem dos quantificadores [.ta] e [.upa]; na seção 6, analiso a ordem da partícula [.ke]; e por fim, na seção 7, proponho a ordem do sintagma nominal em Ka'apor.

¹ Doutor em lingüística pela UFMG

1. Etnia Ka'apor: língua e demografia

Sobre a filiação da língua Ka'apor, ela está inserida no tronco lingüístico Tupí. Neste tronco, o Ka'apor pertence ao ramo VIII da família Tupí-Guaraní, compartilhando traços fonológicos e gramaticais com as línguas Takunhapé, Wayampí, Wayampípukú, Emérillon, Jo'é, Anambé, Awré, Awrá e Guajá.

Atualmente, os Ka'apor vivem no Estado do Maranhão, abrangendo também a divisa do Estado do Maranhão com o Pará. Mais especificamente, a primeira reserva Ka'apor, a *Xié Pyhun Renda*, encontrada na divisa dos Estados do Pará com Maranhão, localiza-se a 200 Km da cidade de Paragominas, no Pará.

Hoje, estima-se que haja aproximadamente 1.000 Ka'apor distribuídos em doze aldeias, cujas denominações são:

- | | | | |
|-----|-------------------------------------------------------------------|----------------------|--------------------------|
| (1) | <i>fiε</i>
curió
“Lugar do Curió Preto” | <i>pʰun</i>
preto | <i>r-ena</i>
CT-lugar |
| (2) | <i>parakuɨ</i>
paracuí
“Lugar do Paracuí” | | <i>r-ena</i>
CT-lugar |
| (3) | <i>pakurɨ ʔi</i>
bacuri-árvore
“Lugar do bacurizeiro” | | <i>r-ena</i>
CT-lugar |
| (4) | <i>urutawɨ</i>
coruja
“Lugar da Coruja” | | <i>r-ena</i>
CT-lugar |
| (5) | <i>ʃi^mbɔ</i>
ximbo
“Lugar do ximbó” ² | | <i>r-ena</i>
CT-lugar |
| (6) | <i>waʃiŋi</i>
uaxingui
“Lugar do uaxingui” ³ | | <i>r-ena</i>
CT-lugar |

² Ximbó é um tipo de cipó utilizado na pescaria. Quando o ximbó é colocado dentro da água do igarapé, libera-se um veneno que provoca a morte dos peixes.

³ Uaxingui é uma árvore da qual se extrai a casca para fazer vitamina.

- (7) *arasa-tĩ* *r-ena*
arasa-plantação CT-lugar
“Lugar da plantação de arasa”⁴
- (8) *p#kĩ?a-?ĩ* *r-ena*
piquí-árvore CT-lugar
“Lugar da árvore do Piquí”
- (9) *kumaru-?ĩ* *r-ena*
cumaru-árvore CT-lugar
“Lugar da árvore Cumaru”⁵
- (10) *jatahuti* *r-ena*
babaçu CT-lugar
“Lugar do Babaçu”⁶
- (11) *turi-ra?ĩr*
Turi-DIMIN
“Turi pequeno [= cabeceira do rio Turi]”
- (12) *ʃĩʃĩnu*
sítio novo
“Sítio Novo”

Observando os nomes das aldeias, nota-se que cada nome descreve uma característica do ambiente onde se localiza a aldeia. Apenas os nomes *turi-ra?ĩr* “Cabeceira do rio Turi” e *ʃĩʃĩnu* “Sítio Novo” não vêm acompanhados da palavra *rena* “lugar”. Essa diferença entre os nomes das aldeias se deve ao fato de as aldeias Sítio Novo e Turi estarem localizadas nas margens do rio Gurupi e cabeceira do rio Turi, enquanto as demais aldeias estão no interior da selva maranhense.

Na próxima seção, inicio a análise do sintagma nominal em Ka’apor.

2. Ordem Nome-Adjetivo

Quando o constituinte for um adjetivo, observam-se duas características, a saber:

- (i) os adjetivos sempre seguem o nome;

⁴ Arasa refere-se a um matinho que nasce nas águas.

Com relação à pronúncia da palavra *arasaty*, registram-se as formas [arasati] variando com [arasa’ʈi]. A primeira é considerada pelos falantes Ka’apor como a pronúncia de prestígio e a segunda como a estigmatizada. A explicação para essa estigmatização é o fato da africada alvéolo-palatal não-vozeada [ʈ] ser influência do português brasileiro, uma vez que o fone [ʈ] não ocorre no Ka’apor.

⁵ Cumaru é uma árvore de onde se extrai remédio para dores de ouvido e garganta.

⁶ Babaçu faz referência ao coco.

(ii) os adjetivos nunca acionam os prefixos relacionais de contigüidade {r- ∞ Ø-} e não-contigüidade {i- ∞ h-}⁷.

Com relação à característica (i), se os adjetivos vierem antepostos ao nome, os sintagmas produzidos serão agramaticais, pois violam a ordem linear preferida na língua Ka'apor, como demonstram os exemplos em (b) a seguir:

(13a) *dʒawa* *p#ã*
cachorro vermelho
“Cachorro vermelho”

(13b) **p#ã* *dʒawa*
vermelho cachorro
“Cachorro vermelho”

(14a) *tamũĩ* *panem*
velho infeliz
“Velho infeliz”

(14b) **panem* *tamũĩ*
infeliz velho
“Velho infeliz”

(15a) *juru* *p#un*
boca preto
“Boca preta”

(15b) **p#un* *juru*
preto boca
“Boca preta”

Também é interessante observar que os adjetivos formam com o nome um só constituinte, de modo que nada pode quebrar a forte adjacência que há entre eles. Se isso ocorrer, o resultado será um sintagma nominal agramatical, conforme mostram os exemplos a seguir:

⁷ Segundo Rodrigues (1996), a classe lexical dos nomes, posposições e verbos estativos recebem os prefixos relacionais {r- ∞ Ø-} e {i- ∞ h-}, cuja função primordial é denotar se o complemento está imediatamente contíguo ou não ao núcleo que o seleciona na sintaxe. Assim sendo, quando a relação é de contigüidade, usa-se o prefixo {r- ∞ Ø-}, conforme indicam as expressões de (1) a (3) a seguir:

(1)	<i>tajĩ</i> <i>Ø-putĩr</i>	(2)	<i>kaʔa</i> <i>ɽ-upi</i>	(3)	<i>nɛ</i> <i>ɽ-eʔõ</i>
	ipê CT-flor		mato CT-pelo		tu CT-ter cansaço
	“A flor do ipê”		“Pelo mato”		“Tu tens cansaço”

Se o complemento for omitido e, por essa razão, não estiver imediatamente contíguo ao núcleo, o prefixo usado é o de não contigüidade {i- ∞ h-}:

(4)	<i>h-ãʔm</i>	(5)	<i>ĩ-pe</i>	(6)	<i>tamũĩ</i> <i>h-uri</i>
	NCT-carço		NCT-para		velho NCT-estar alegre
	“O carço [do cacau]”		“Para (o menino)”		“O velho ficou alegre”

(16a) *dʒawa* **kɛ* *pɰã*
 cachorro AFET vermelho
 “Cachorro vermelho”

(16b) *dʒawa* **ta* *pɰã*
 cachorro Q1 vermelho
 “Cachorro vermelho”

(16c) *dʒawa* **upa* *pɰã*
 cachorro Q2 vermelho
 “Cachorro vermelho”

Com relação à característica (ii), se o adjetivo ocorrer com o prefixo relacional de contigüidade {r- ∞ Ø-} ou não-contigüidade {i- ∞ h- ∞ Ø-}, teremos a formação de um predicado estativo, isto é, o adjetivo assume a função de um verbo, conforme mostra o dado abaixo:

(17a) *dʒawar* *pɰan* *ta*
 onça vermelha Q
 “As onças vermelhas”

(17b) *dʒawarta* Ø-*pɰan*
 onça Q CT-vermelha
 “As onças são vermelhas”

Em (17a), a palavra *pɰan* (vermelho) é um adjetivo por não ocorrer com o prefixo relacional.

Já em (17b) *pɰan* é um verbo por conter o prefixo relacional de contigüidade {-Ø}.

Na próxima seção, analiso a ordem do pronome demonstrativo.

3. Ordem pronome demonstrativo-nome

Nos contextos em que o constituinte do sintagma nominal vem realizado por um pronome demonstrativo, a ordem mais produtiva, nos dados apurados até o momento, é aquela em que o demonstrativo, via de regra, antecede o nome, emergindo nessas situações a ordem [PRONOME DEMONSTRATIVO-NOME]. Contudo se a ordem for [NOME-PRONOME DEMONSTRATIVO], o resultado será uma estrutura agramatical, conforme se vê nos dados a seguir:

(18a) *amõ* *mîra*
 outra árvore
 “A outra árvore”

(18b) **mîra* *amõ*
 árvore outra
 “A outra árvore”

(19a) *ame ?ẽ* *sawa ?ẽ*
 aquele homem
 “Aquele homem”

(19b) **sawa ?ẽ* *ame ?ẽ*
 homemaquele
 “Aquele homem”

(20a) *kɔ* *kîsɛ*
 essa faca
 “Essa faca”

(20b) **kîsɛ* *kɔ*
 faca essa
 “Essa faca”

Na próxima seção, analiso a ordem do número no sintagma nominal.

4. Ordem número-nome/nome-número

Nos contextos em que o nome vem acompanhado por números, ocorrem duas possibilidades de ordenação, a saber: (i) o numeral antecede o nome ou (ii) o numeral segue o nome. Assim sendo, notem que os nomes *jahî* “lua” e *uk^wer* “dia” ocorrem antecidos pelos números *mahapîr* “três” e *awa pɔ upa* “dez” nos dados arrolados em (21) e (22) a seguir:

(21) *mahapîr* *jahî*
 três lua
 “Três luas” [= três meses]

(22) *awa* *Ø-pɔ* *upa* *uk^wer*
 gente CT-mão tudo dia
 “Dez dias”

Já em (23) e (24), observa-se o inverso, visto que os nomes *janε* “nós” e *pehẽ* “vós” figuram antes do numeral:

- (23) *janε* *mokõi*
 nós dois
 “Nós dois”

- (24) *japekã* *Ø-kak^{va}r* *kε* *tumεmε*
 espinho CT-feixe AFET quatro
 “Quatro feixes de espinhos”

Em suma, tomando por base os dados mostrados acima, podemos afirmar que há duas possibilidades de ordenação, a saber: [NÚMERO-NOME] e [NOME-NÚMERO]. Na próxima seção, descrevo a ordem dos quantificadores [.ta] e [.upa] no sintagma nominal.

5. Ordem nome-partículas quantificadoras

As partículas quantificadoras [.ta] e [.upa]⁸ distribuem-se de três maneiras, a saber: (i) o quantificador [.ta] vem sempre adjacente ao nome ou ao adjetivo; e (ii) o quantificador [.upa] encontra-se como o elemento à direita mais periférico do sintagma nominal; e (iii) os quantificadores [.ta] e [.upa] podem co-ocorrer, sendo que [.ta] antecede [.upa]. Os contextos (i), (ii) e (iii) podem ser visualizados nos exemplos de (25a) a (26c):

NOME-[.ta]

- (25a) *tamũĩ* *ta*
 velho Q1
 “Os velhos”

NOME-ADJETIVO-[.ta]

- (25b) *tamũĩ* *panem* *ta*
 velho infeliz Q1
 “Os velhos infelizes”

⁸ A partícula [.ta] é utilizada para denotar o sentido de coletividade aos nomes contáveis como, por exemplo:

- | | | |
|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|
| (7) <i>jaĩĩ</i> <i>ta</i>
jabuti Q1
“Jabutis” | (8) <i>karai</i> <i>ta</i>
não-índio Q1
“Não-índios” | (9) <i>tamũĩ</i> <i>ta</i>
velho Q1
“Velhos” |
| (10) <i>taĩn</i> <i>ta</i>
criança Q1
“Crianças” | (11) <i>sawa?ε</i> <i>ta</i>
homem Q1
“Homens” | (12) <i>kũĩã</i> <i>ta</i>
mulher Q1
“Mulheres” |

Porém, a partícula [.ta] não ocorre com nomes de massa como, por exemplo, *ka?a* “mata”, *ĩ* “rio, água”, *aman* “chuva”, etc

NOME-[.upa]

- (26a) *sawaʔε* *upa*
 homem Q2
 “Todo homem”

NOME-[.ta]-[.upa]

- (26b) *sawaʔε* *ta* *upa*
 homem Q1 Q2
 “Todos homens”

NOME-ADJETIVO-[.ta]-[.kε]-[.upa]

- (26c) *sawaʔε* *panem* *ta* *kε* *upa*
 homem infeliz Q1 AFET Q2
 “Todos os homens infelizes”

Assim, posso afirmar que as partículas quantificadoras se manifestam sempre após o complexo formado pelo [NOME-ADJETIVO], sendo que a partícula [.ta] segue esse sintagma e a partícula [.upa] ocorre como último elemento do sintagma, conforme exemplifico na configuração proposta abaixo:

- (27) [[[NOME+ADJETIVO+[.ta]+[.kε]+[.upa]]]

Na próxima seção, analiso a posição da partícula [.kε] no sintagma nominal.

6. Ordem nome-partícula [.kε]

Quando o nome co-ocorre com a partícula indicadora de papel temático [.kε]⁹, esta se posiciona sempre após o nome. Porém, se o nome for acompanhado do adjetivo ou da partícula [.ta],

⁹ A partícula [.kε] em Ka'apor tem a função morfossemântica de marcar papel temático [AFETADO] nos seguintes contextos:

(a) nomes em posição de objeto de verbos transitivos:

- (13) *Sandi* *keruhũ* *ihẽ* *kε* *Ø-maman* *u-nom*
 Sandi grande eu AFET 3-enrolar 3-estar deitado
 “Um grande sandi me enrolou”

- (14) *amõ* *i-mu* *Ø-mahem* *jaxi* *kε*
 outro NCT-irmão 3-achar jabuti AFET
 “outro irmão (dele) achou um jabuti”

(b) nomes em posição de sujeito de verbos monoargumentais e transitivos:

- (15) *ihẽ* *Ø-ũ* *kε* *Ø-puku*
 eu CT-cabelo AFET 3-ter comprimento
 “O meu cabelo é comprido”

o [.kɛ] será posterior a esses dois elementos. Isso significa que temos três possibilidades de ordenação envolvendo a partícula [.kɛ], a saber:

(I) NOME-[.kɛ]

- (28) *kaka kɛ*
cacau AFET
“Cacau”

(II) NOME-ADJETIVO-[.kɛ]

- (29) *sawaʔɛ panem kɛ*
homeminfeliz AFET
“Homem infeliz”

(III) NOME-QUANTIFICADOR1-[.kɪ]

- (30) *urupɛ ta kɛ*
fungo Q1 AFET
“Fungos”

Em síntese, concluo que a partícula [.kɛ] se realiza como o último elemento do sintagma complexo formado por [NOME-ADJETIVO-QUANTIFICADOR1], conforme mostro na representação em (31):

- (16) *sawaʔɛ kɛ Ø-manō ɔ-hɔ ɔ-ʃɔ*
homem AFET 3-morrer 3-ir 3-estar em movimento
“O homem está morrendo”

- (17) *ihẽ kɛ u ʔi a-karāj*
eu AFET farinha eu-torror
“Eu torro farinha”

(c) nomes em posição de sujeito e objeto de verbos transitivos:

- (18) *aʔɛ kɛ i-pi kɛ Ø-tuk ʔa*
ele AFET NCT-pé AFET 3-bater
“Ele bateu no pé dele”

- (19) *aʔɛ ta kɛ u-ʔu ta mɔj kɛ tĩ*
ele Q AFET 3-comer IMPERF cobra AFET REP
“Eles vão comer cobra”

(d) nomes complemento de sintagmas posposicionais:

- (20) *ihẽ kamanai a-panu nɛ kɛ Ø-pɛ*
eu feijão eu-pedir tu ALVO-AFET CT-para
“Eu pedi feijão para você”

- (21) *pɛ h-akehar kɛ r-ɛhɛ Ø-tur*
e NCT-esposa ALVO-AFET CT-em 3-vir
“E (a cabeça arrancada) veio para a sua esposa”

(31) [[NOME+ADJETIVO+[.ta]+[.ke]]

7. Considerações finais

Esse artigo teve por objetivo analisar a ordem interna no sintagma nominal da língua Ka'apor. A partir das combinações possíveis entre o nome, os adjetivos, os pronomes demonstrativos, os numerais, as partículas quantificadoras [.ta] e [.upa] e a partícula de papel temático [.ke], pudemos confirmar a hipótese expressa em (1), isto é, o sintagma nominal se constitui internamente do núcleo nominal que tem constituintes à esquerda, como os pronomes demonstrativos e os numerais, e constituintes à direita como os adjetivos, as partículas quantificadoras [.ta] e [.upa], a partícula [.ke] e os numerais. Assim sendo, podemos afirmar, com certa segurança, que o sintagma nominal apresenta a seguinte ordenação interna:

SINTAGMA NOMINAL						
Numeral	Demonstrativo	Nome	Adjetivo	Quantificador1	Partícula de Afetação	Quantificador2 e Numeral
<i>mokōi</i> “dois” <i>mahapír</i> “três”	<i>amō</i> “outro” <i>ame ʔē</i> “aquele” <i>kɔ</i> “essa”	<i>kurumĩ</i> “menino”	<i>p#ã</i> “vermelho” <i>panem</i> “infeliz”	[.ta]	[.ke]	[.upa] <i>tumeme</i> “quatro”

Quadro 1

Abreviaturas utilizadas

AFET	Papel temático de [AFETADO]
CT	Contigüidade
NCT	Não-contigüidade
*	Agramaticalidade
3	Terceira pessoa do singular e plural

Referências Bibliográficas

- CABRAL, Ana Suelly. Flexão relacional na família Tupí-Guaraní. **Boletim da Abralin**, nº-25, p. 233-262, 2001.
- CABRAL, Ana Suelly & CALDAS, Raimunda Cristina. Reestruturação de antigos contrastes morfossintáticos em Ka'apor. In: RODRIGUES, Aryon (org.). **Estudos da Linguagem – pesquisas em línguas indígenas**, vol. 4, nº 2, p. 87-97, 2006.
- CALDAS, Raimunda Benedita. **Aspecto, modo de ação e modalidade na língua Ka'apor**. Belém: UFPA, 2001. 86p. (Dissertação, Mestrado em Linguística).

_____. & SILVA, Tabita Fernandes. Verbos de atividades mentais em Ka'apor e outras línguas da família Tupi-Guarani. In: CABRAL, Ana Suely & RODRIGUES, Aryon. **Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL**, Tomo I, p.352-357. Belém: UFPA, 2002.

CORRÊA DA SILVA, Beatriz. **Urubú-Ka'apor, da gramática à história: a trajetória de um povo**. Brasília: Unb, 1997. 119p. (Dissertação, Mestrado em Lingüística).

_____. Codificação dos argumentos em Ka'apor. In: CABRAL, Ana Suely & RODRIGUES, Aryon. **Atas do I Encontro Internacional do Grupo de Trabalho sobre Línguas Indígenas da ANPOLL**, Tomo I, p.343-351. Belém: UFPA, 2002.

DUARTE, Fábio & GARCIA, Mário. Ergatividade Cindida, papel temático e causativização na língua Ka'apor. **Revista Estudos da Linguagem**, v.14, nº 2, p.277-315, jun./dez., 2006.

KAKUMASU, James Y. & KAKUMASU, Kiyoto. **Outros textos urubu-kaapor**. Brasília: SIL, 1990. 228 p. (Arquivo Lingüístico do Museu Nacional)

KAKUMASU, James. Urubu-Ka'apór. In: DERBYSHIRE, D. C. & PULLUM, G.K. (orgs.). **Handbook of Amazonian Languages**, Vol. 1, p.326-403. New York: Mouton de Gruyter, 1986.

_____. **Mu'eha: cartilha Urubu-kaapor**. 2ª ed. Belém: SIL, 1989.

LOPES, Mário. **Aspectos gramaticais da língua Ka'apor**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 248p. (Tese, Doutorado em Lingüística).

PAYNE, Thomas. **Describing morphosyntax – guide for field linguists**. Cambridge: University Press, 1997.

RODRIGUES, Aryon. Argumento e Predicado em Tupinambá. In: **Boletim da Associação Brasileira de Lingüística**, nº 19, p.57-70, 1996

CISÃO NA MARCAÇÃO DE CASO NA LÍNGUA MAXAKALÍ E SUA RELAÇÃO COM ASPECTO

Carlo Sandro de Oliveira Campos¹

Resumo: Neste artigo, mostro evidências de que a língua ergativa Maxakalí possui um sistema de Caso tripartido. Nesse sistema, os argumentos (A)/(Sa), (So) e (O) são morfologicamente diferenciados e têm Casos distintos. Sob o ponto de vista tipológico, entretanto, há alguns contextos em que o alinhamento dos argumentos verbais exibe pelo menos duas cisões. Uma cisão em sentenças transitivas e outra em sentenças intransitivas. Nas sentenças intransitivas, a cisão ocorre em construções negativas e se relaciona a concordância. Nas sentenças transitivas, entretanto, postulo que a cisão tenha a função de expressar aspecto na língua. Embora as cisões sejam relacionadas a Caso, postulo que elas são apenas um rótulo tipológico. Sob o ponto de vista da Teoria de Caso, o sistema de Caso da língua Maxakalí permanece tripartido.

Palavras-chave: Maxakalí language, ergativity, aspect

Abstract: *In this paper I show evidences that the ergative language Maxakalí has a tripartite Case system. In that system, the arguments (A)/(Sa), (So) and (O) are morphologically distinct and have different Cases. There are, however, under the typologic view, some contexts in which the verbal arguments alignment shows at least two splits. One split in transitive sentences and the other one in intransitive sentences. In intransitive ones the split occurs in negative constructions and is related with agreement. The split in transitive ones, however, I argue that is a way to express aspect in the language. In this split, external arguments of transitive verbs are not marked with ergative Case. Although they are close related with Case, I argue these splits effect just like a typology label. Under the Case Theory the Case system of Maxakalí remains a tripartite system.*

Keywords: *língua Maxakalí, ergativity, aspect*

1. Introdução

A língua Maxakalí é uma língua brasileira, classificada no tronco Macro-Jê (Rodrigues, 1986, 1999) e na família homônima Maxakalí (Loukotka, 1968). É falada atualmente por cerca de 1300 indivíduos no nordeste de Minas Gerais em três reservas descontínuas, localizadas respectivamente nos municípios de Santa Helena de Minas/Bertópolis, Ladainha e Teófilo Otoni.

Neste artigo, procurarei mostrar evidências de que a língua Maxakalí é uma língua tripartida e que as cisões no sistema de Caso não interferem no sistema de Caso na língua. Conforme mostrarei adiante, uma das cisões em sentenças transitivas expressa aspecto na língua.

¹ Doutorando pela UFMG.

Este artigo está dividido da seguinte forma: na seção 1, mostrarei dados que dão suporte à minha hipótese segundo a qual a língua Maxakalí é uma língua tripartida; na seção 2, trato da cisão que há no sistema de Caso do Maxakalí e o alinhamento oblíquo-duplo que surge na língua do ponto de vista tipológico com tal cisão; na seção 2.1 descrevo a cisão que há em sentenças intransitivas negativas; na seção 2.2 relaciono a cisão que ocorre em sentenças transitivas à expressão de aspecto; na seção 2.3 analiso a cisão em sentenças intransitivas negativas do Maxakalí por meio da Teoria da Otimidade; finalmente, na seção 3, faço as considerações finais.

2. Sistema Tripartido

Sob a perspectiva tipológica, a língua Maxakalí possui sistema de caso ergativo ativo (cf. Campos, 2007, 2008a), pois os argumentos (A) e (Sa) têm formas idênticas e se diferenciam dos argumentos (So) e (O) por meio de um morfema ergativo {-te}:

(1)

Tikmũ'ũn	-te	hãm 'āgtux	hākaxĩy
[tɨjkʷmũʔũũ]	tæʔ	hãĩmãŋ'tuɨj	hãʔkah'tʃĩĩŋ]
Maxakalí	ERG	coisa falar	assim
'Os Maxakalí falam assim....'			

(2)

Tik	-te	hãmgāy	xak
[tɨjkʷ]	'tæʔ	hãĩm'gãĩŋ	tʃakʷ]
homem	ERG	onça	caçar
'O homem caça a onça'			

(3)

Kakxop	-te	kuxxamuk	put
[kak'tʃuɨpʷ]	tæ	kuɨtʃa'bukʷ]	'puɨɨtʃʷ]
Menino	ERG	lambari-ABS	pegar
'O menino pegou um lambari'			

(4)

Nũhũ' kakxop	'ũ-xexka
[nũ'hũʔ	kak'tʃuɨpʷ ʔũtʃej'kaʔ]
este	Menino ABS ele-INTR ser grande/alto
'Este menino é alto'	

(5)

Yōg	kokex	ũ-māy-nāg
[jōŋ	ku'kæj	ũʔmãĩŋ'nãŋ]
GEN	cachorro	ele-ser bonito DIM

‘Meu cachorro é bonito’

Os argumentos (So) e (O), por sua vez, são marcados distintamente, o que caracteriza o sistema de Caso da língua Maxakalí um sistema tripartido (cf. Campos, 2008a). No sistema tripartido, segundo Whaley (1997), os argumentos (A)/(Sa), (So) e (O) são codificados de maneiras distintas, exatamente como ocorre em Maxakalí:

(6) MARCAÇÃO DISTINTA DOS ARGUMENTOS (A), (SO) E (O)

	(A)/(Sa)	
	Kakxop-te	
	(menino ERG)	
(So)		(O)
Kakxop ũ-V		Kakxop øV
(menino ABS)		(menino ABS)

Em (6), os argumentos verbais da língua Maxakalí são marcados de forma distinta:

- Argumentos (A)/(Sa) recebem a posposição {-te}: **kakxop-te**;
- Argumentos (So) são codificados pela marca flexional de pessoa {ũ-}: **kakxop ũ-V**;
- Argumentos (O) são não-marcados: **kakxop**.

A marcação distinta dos argumentos (A)/(Sa), (So) e (O) caracteriza o sistema da língua como tripartido. Sob a ótica tipológica, em tal sistema, argumentos (A)/(Sa) são marcados com caso ergativo, enquanto que os argumentos (So) e (O) são marcados com caso absolutivo.

Em Campos (2008a), mostrei que o Caso absolutivo na língua Maxakalí equivale, no âmbito da teoria gerativa, a Casos estruturais distintos, um caso para (So) e outro para (O). Autores como Legate (2006) e Woolford (2006) mostram que o que tipologicamente se chama de Caso absolutivo equivale, na Teoria de Caso (Chomsky, 1981, 2005; Woolford, 2006), a Casos distintos, nominativo e acusativo.

No âmbito da teoria de Caso, há pelo menos quatro Casos distintos, divididos em Casos estruturais de um lado e Casos não-estruturais de outro, de acordo com o núcleo em que são licenciados:

CASOS ESTRUTURAIS

NOMINATIVO e ACUSATIVO - Licenciados pelos núcleos funcionais T⁰ e V⁰.

CASOS NÃO-ESTRUTURAIS

ERGATIVO e DATIVO - Licenciados por v⁰ em conjunção com papel-θ.

De acordo com Woolford (2006), o Caso nominativo é acionado por concordância numa relação SPEC-núcleo ou numa relação de C-comando. A concordância tem sempre como alvo um argumento nominativo e se associa com núcleos funcionais que licenciam Caso estrutural. Segundo Chomsky (2005), é na categoria T que se encontram os traços ϕ , envolvidos na concordância nominativa.

Em Maxakalí, argumentos (So) recebem Caso nominativo. Evidência para isso é a concordância de pessoa que há entre o prefixo verbal e o argumento (So), sob a presença da marca de pessoa {ũ-}, que só figura junto a verbos intransitivos:

(7)

Concordância		
Xakuxux	ũ-	topaha
[tʃaku'tʃij]	ũː	topa'haː
Urubu _j ABS	ele _j INTR	voar
'o urubu voou'		

(8)

Concordância	
Pekox	ũm-nĩy
[pe'koj]	ũmːnĩj
Céu _j .ABS	ele _j .INTR escurecer
'O céu escureceu'	

Já argumentos (O) não engatilham, em Maxakalí, concordância de pessoa, o que evidencia que seu Caso correspondente é o Caso acusativo, já que o Caso nominativo é acionado apenas por tempo ou concordância de pessoa. O objeto em Maxakalí é capaz apenas de engatilhar concordância de número e apenas sob formas supletivas:

(9)

Ũn	-te	mãm	put
[ũːnː]	'tæː	'mãmː	'puwə]
mulher	ERG	peixe _j ABS-FR	pegar _j FSSING
'A mulher pegou um peixe'			

(10)

Ũn	-te	mãm	paha
[ũːnː]	'tæː	'mãmː	pa'haː]
mulher	ERG	peixe _j ABS-FR	pegar _j FSPL
'A mulher pegou mais de um peixe'			

(11)

Tu	-te	mĩm	xak
[tuuh	'tæ?	'mĩĩm	'tʃakʰ]
Ele-TRANS	ERG	madeira; ABS-FR	cortar; FSSING
'Ele cortou a madeira'			

(12)

Tu	-te	mĩm	mep
[tuuh	'tæ?	'mĩĩm	'bæĩpʰ]
Ele-TRANS	ERG	madeira; ABS-FR	cortar; FSPL
'Ele cortou as madeiras'			

Exceto pelas formas supletivas, o verbo não é capaz de expressar concordância de número:

(13a)

Mõgmõka	-te	ixõg	mã-hã
[mõĩmõ'ka?	'tæ?	i'tʃõĩ	mã'hãʰ]
Gavião	ERG	passarinho ABS	comer-CAUS
'O gavião comeu o passarinho'			

(13b)

Mõgmõka	-te	ixõg	-xop	mã-hã
[mõĩmõ'ka?	tæ?	i'tʃõĩ	'tʃupʰ	mã'hãʰ]
Gavião	ERG	passarinho ABS	QT-PL	comer-CAUS
'O gavião comeu o passarinho'				

(14a)

Xa	-te	gahap	pen-ãhã
[tʃah	'tæ?	ga'haĩpʰ	pæĩn-ã'hãʰ]
Você-TRANS	ERG	garrafa ABS	ver-CAUS
'Você viu a garrafa'			

(14b)

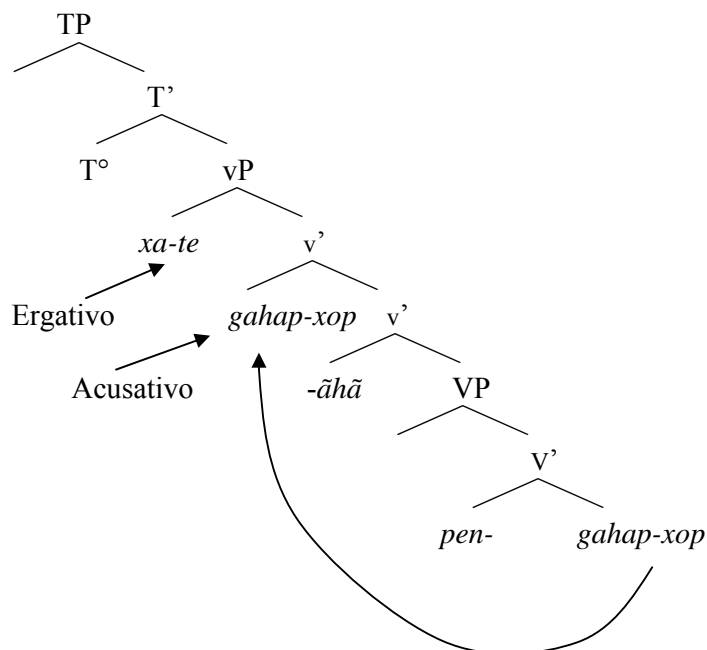
Xa	-te	gahap	-xop	pen-ãhã
[tʃah	'tæ?	ga'haĩpʰ	tʃupʰ	pæĩna'hãʰ]
Você-TRANS	ERG	garrafa ABS	QT-PL	ver-CAUS
'Você viu as garrafas'				

Nas sentenças acima, vê-se que o objeto em Maxakalí engatilha apenas concordância de número e apenas sob formas supletivas.

Portanto, com base nos dados expostos acima, o que tipologicamente se denomina Caso absolutivo equivale estruturalmente, na língua Maxakalí, a Caso nominativo, licenciado para argumentos (So) na relação SPEC-núcleo funcional T^0 e a Caso acusativo, licenciado por v^0 a argumentos (O) em relação de C-comando, Núcleo/complemento, devido à falta de concordância de pessoa que há entre objeto e verbo.

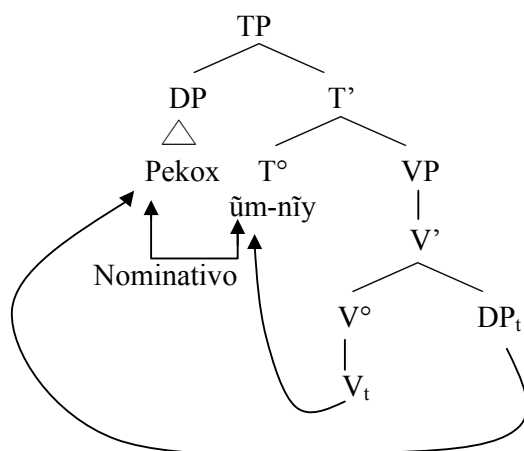
Com relação ao Caso ergativo, sigo a tese de que o sintagma verbal é uma estrutura bipartida, composta de um verbo leve, localizado em v^0 , e de um verbo lexical localizado em V^0 (cf. Hale; Keyser 1993; Woolford, 2006). Sob esta perspectiva, assumo que o Caso ergativo é um Caso inerente, licenciado na língua Maxakalí em SPEC-vP, ao nível da estrutura argumental, em conjunção com papel- θ^2 , especificamente a propriedade semântica [+desencadeador]. Nas sentenças acima, os argumentos (A) possuem tal propriedade. Por meio de representações arbóreas, mostro as posições em que os Casos ergativo, nominativo e acusativo são licenciados na estrutura sintática/argumental:

FIGURA 1
DERIVAÇÃO DE SENTENÇA TRANSITIVA



² Assumo com Cançado (2003) que papéis- θ são compostos por propriedades semânticas independentes.

FIGURA 2
DERIVAÇÃO DE SENTENÇA INTRANSITIVA



Na figura 1, o Caso ergativo é atribuído em SPEC-vP, e o Caso acusativo é licenciado em v^0 após movimento verbal. Na figura 2, após o movimento do verbo para T^0 , o argumento interno se move para SPEC-TP, onde o Caso nominativo é licenciado na relação SPEC/núcleo.

A distinção entre os argumentos (A)/(Sa), (So) e (O) em Maxakalí faz dessa língua uma língua de sistema de Caso tripartido. A tripartição pode ser vista do ponto de vista tipológico – neste caso, os argumentos (A)/(Sa), (So) e (O) são morfologicamente distintos – ou do ponto de vista estrutural, uma vez que os rótulos tipológicos ergativo e absolutivo revelam-se como um Caso inerente, o ergativo, e dois Casos estruturais, o nominativo e o acusativo.

Tal sistema tripartido exhibe, entretanto, algumas cisões do ponto de vista tipológico. Tais cisões mostrarei com detalhes na seção seguinte.

2. Cisão no sistema de caso do Maxakalí

Mostrei, nas seções anteriores, que os argumentos (A) da língua Maxakalí são marcados pelo morfema de Caso ergativo {-te}. Tal morfema pode, entretanto, em certos contextos, ser omitido em sentenças transitivas, como mostro nos exemplos a seguir:

(15)

Koxut	-te	hãmkox	hã	mõxakux
[kuh'tʃiɣɜ	tæʔ	hãɣm'kuj	hã□	mõtʃa'kij]
Tatu	ERG	buraco	em POSP	entrar FSPL
‘Os tatus entraram no buraco’				

(16)

Koxut	hãmkox	hã	mõxakux
[kuh'tʃiɣɜ	hãɣm'kuj	hã□	mõtʃa'kij]
Tatu	buraco	em POSP	entrar FSPL
‘Os tatus entram no buraco’			

(17)

Põgnãg	-te	konã	hã	mõn-ãhã
[põŋ'nãŋ	'tæɫ	ku'nãɫ	'hãɫ	mũnã'hãɫ]
Frango-d'água ³	ERG	água	em POSP	entrar CAUS
‘O frango-d'água entrou na água’				

(18)

Põgnãg	konã	hã	mõn-ãhã
[põŋ'nãŋ	ku'nãɫ	'hãɫ	mũnã'hãɫ]
Frango-d'água	água	em POSP	entrar CAUS
‘O frango-d'água entra na água’			

(19)

Hãmgây	-te	mĩmãti	kopa	pip
[hãɣm'gãĩŋ	tæɫ	mĩmã'tiɫ	ku'paɫ	'piɣpɫ]
Onça	ERG	florestadentro	estar	
‘A onça está na floresta’				

(20)

Hãmgây	mĩmãti	kopa	pip
[hãɣm'gãĩŋ	mĩmã'tiɫ	ku'paɫ	'piɣpɫ]
Onça	florestadentro	estar/ficar	
‘A onça fica na floresta’			

A omissão do morfema ergativo {-te} constitui uma cisão na marcação de Caso da língua Maxakali sob o ponto de vista tipológico. Com essa cisão, o alinhamento dos argumentos no sistema de Caso da língua passa de tripartido para oblíquo-duplo (cf. Bomfoco, 2007), como mostro no quadro abaixo:

(21)

	Sistemas	Marcação de caso
--	----------	------------------

³ Ave aquática encontrada em brejos da família Rallidae.

(a)	Tripartido	A	O	Vt
			S	Vi
(b)	Oblíquo-duplo	A — O	Vt	
			S	Vi

No sistema oblíquo-duplo, como se vê no quadro acima, há identidade de forma entre os argumentos (A)/(Sa) e (O). O argumento (So), por outro lado, é distintamente codificado, como em Maxakalí:

(22)

(A)

Kuxakuk

kuxakuk	konã	hã	mõnãhã
[kuhtʃa'kuk ^ɿ	ku'nãɿ	'hãɿ	mũnã'hãɿ ^ɿ]
Capivara	água	em POSP	entrar CAUS
'A capivara entra na água'			

(23)

(So)

Kuxakuk **ũ-V**

Kuxakuk	ũ-xup	konã-kux	tu
[kuhtʃa'kuk ^ɿ	ũʔ'tʃiɿp ^ɿ	ku'nãɿkuij	tuʔ]
Capivara	ele ficar de quatro	água beira	em POSP
'A capivara está na beira da água'			

(24)

(O)

kuxakuk

Hãmgãy	-te	kuxakuk	mãhã
[hãɣm'gãɣn	'tæʔ	kuhtʃa'kuk	mã'hãʔ]
Onça	ERG	capivara	comer
'A onça comeu a capivara'			

Nas sentenças acima, há identidade entre os argumentos (A) e (O), constituindo um alinhamento característico do sistema oblíquo-duplo. Tal alinhamento expressa aspecto na língua, como irei esclarecer mais adiante.

3.1 Cisão nas sentenças intransitivas negativas

Além da cisão nos transitivos, há também uma cisão nos verbos intransitivos em sentenças negativas. A negação em Maxakalí se expressa por meio de duas partículas de negação: *a...ah* [a aʔ]:

(25)

Āmnīytut	a	xeka	hax	ah
[ãṣm'nĩŋ'tuɣɜ	a	tʃe'kaʔ	haj	aʔ]
Cangambá ⁴	NEG	grande QT	feder	NEG
‘O cangambá não fede muito’				

(26)

Ūhūn	ōhōm	a	mai	ah
[ũ'hũṣ	õ'hõṣm	a	ba'iʔ	aʔ]
Mulher	aquela	NEG	ser bonito	NEG
‘Aquela mulher não é bonita’				

(27)

Ōg	xapup	a	top	ah
[õŋ	tʃa'puɣpʻ	a	toɣp	aʔ]
Teu	porco	NEG	ser gordo	NEG
‘O teu porco não está gordo’				

Nas sentenças acima, não figura o prefixo de pessoa {ũ-}. Tal prefixo precisa ocorrer quando a sentença é positiva:

(28)

Āmnīytut	ũ-hax	xeka
[ãṣm'nĩŋ'tuɣɜ	ũʔ'haj	tʃe'kaʔ]
Cangambá	ele feder	grande QT
‘O cangambá fede muito’		

(29)

Ūhūn	ōhōm	ũ-mai
[ũ'hũṣ	õ'hõṣm	ũʔ'ba'iʔ]
Mulher	aquela	ser bonito
‘Aquela mulher é bonita’		

(30)

Ōg	xapup	ũ-top
[õŋ	tʃa'puɣpʻ	ũʔ'toɣp]
Teu	porco	ser gordo
‘O teu porco está gordo’		

A omissão do prefixo de pessoa nas sentenças intransitivas de (25) a (27) constitui outra cisão na língua, porém em um contexto muito específico, em sentenças intransitivas negativas. Esta cisão e a cisão decorrente da omissão do morfema ergativo em sentenças transitivas têm funções muito diferentes na língua. Enquanto que aquela ocorre em função do próprio mecanismo de negação, a

⁴ *Mephitis mephitis*, mamífero carnívoro da família dos Mefítídeos.

cisão relacionada ao morfema ergativo ocorre para expressar aspecto. Sobre esse assunto tratarei na seção seguinte.

3.2 Cisão como aspecto

Por aspecto pode-se entender, segundo Holt (1943), “as maneiras diversas de conceber o fluxo do próprio processo (verbal⁵)”⁶, ou, de acordo com Comrie (1976), baseado na definição de Holt (1943), “diferentes maneiras de ver a constituição temporal interna de uma situação”⁷. É comum na literatura dividir aspecto em aspecto perfectivo e aspecto imperfectivo. Segundo Comrie (1976), “o aspecto perfectivo indica a visão da situação como um todo, sem a separação das partes separadas que compõem uma situação.” Já o aspecto imperfectivo “relaciona-se à estrutura interna da situação.” (cf. Comrie, 1976).

Em Maxakalí, a omissão do morfema ergativo nas sentenças transitivas tem íntima relação com a expressão de aspecto na língua. As sentenças (16), (17) e (19), repetidas abaixo como (31), (32) e (33) expressam aspecto de completude temporal, ou aspecto perfectivo:

(31)

Koxut	-te	hāmkox	hā	mōxakux
[kuh'tʃiɣɜ]	tæʔ	hāɣm'kuj	hāɫ	mōtʃa'kij]
Tatu	ERG	buraco	em POSP	entrar FSPL
‘Os tatus entraram no buraco’				

(32)

Pōgnāg	-te	konā	hā	mōn-āhā
[pōŋ'nāŋ]		'tæɫ	ku'nāɫ 'hāɫ	mūnā'hāɫ]
Frango-d'água	ERG	água	em POSP	entrar
‘O frango-d'água entrou na água’				

(33)

Hāmḡāy	-te	mīmāti	kopa	pip
[hāɣm'gāɣ]	tæɫ	mīmā'tiɫ	ku'paɫ	'piɣp]
Onça	ERG	florestadentro	estar	
‘A onça está na floresta’				

⁵ Acréscimo meu.

⁶ “Les manières diverses de concevoir l'écoulement du process meme” (Cf. Holt, 1943, apud Comrie, 1976, p. 3).

⁷ “(...) different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation”. (cf. Comrie, 1976, p.3).

Já as sentenças (16), (18), (20), repetidas como (34), (35) e (36), em que o morfema ergativo não está presente, expressam uma espécie de aspecto iterativo ou “capacitativo”, relacionado a generalidade ou a iteração:

(34)

Koxut	hāmkoX	hā	mōxakux
[kuh'tʃiɣɜ]	hāɣm'kuj	hāɫ	mōtʃa'kij]
Tatu	buraco	em POSP	entrar FSPL
‘Os tatus entram no buraco’			

(35)

Pōgnāg	konā	hā	mōn-āhā
[pōŋ'nāŋ]	ku'nāɫ	'hāɫ	mūnā'hāɫ]
Frango-d'água	água	em POSP	entrar
‘O frango-d'água entra na água’			

(36)

Hāmgāy	mīmāti	kopa	pip
[hāɣm'gāɣ]	mīmā'tiɫ	ku'paɫ	'piɣpɫ]
Onça	florestadentro	estar/ficar	
‘A onça fica na floresta’			

Os argumentos *koxut* ‘tatu’, *pōgnāg* ‘frango-d'água’ e *hāmgāy* ‘onça’ expressam um evento que se realiza num contínuo, sem que um ponto temporal seja definido. Nessas sentenças, *os tatus* e o *frango-d'água* não entraram, respectivamente, no buraco e na água num momento determinado, mas têm o hábito ou a capacidade inerente de entrar na água e no buraco. O mesmo vale para a *onça*. Nas sentenças de (31) a (33), por outro lado, não se trata mais de generalidade ou iteração. *Os tatus* e o *frango-d'água* entraram no buraco e na água, e a *onça* ficou na floresta num ponto temporal determinado. Por isso, o morfema ergativo precisa figurar nas sentenças. Segundo Woolford (2008), cisões por aspecto têm a importante função de marcar aspecto sem adicionar nada à sentença. Essa possibilidade de marcação aspectual Woolford (2008) denomina “marcação parasítica” (parasitic marking). Em Maxakalí, a marcação/não-marcação do Caso ergativo é um exemplo de “marcação parasítica”. Uma questão que surge com esse tipo de marcação é, sob o ponto de vista da Teoria de Caso (Chomsky, 1981; 1995), a que Caso corresponde o argumento sem a marcação do morfema ergativo na língua Maxakalí. Para responder a essa questão, mostrarei primeiramente dados do hindi e a análise de Woolford (2008) sobre esses dados.

Em hindi, língua falada na Índia, há também cisão no sistema de Caso condicionado por aspecto. Nessa língua, como no Maxakalí, o Caso ergativo limita-se ao aspecto perfectivo. Em sentenças que expressam aspecto imperfectivo, o Caso ergativo dá lugar ao Caso nominativo:

(37)

a.

Ram-ne gari cala-ta (hai). [Hindi/Urdu]

Ram-ERG car drive-PERFECTIVE be.PRES

‘Ram has driven a/the car’

b.

Ram gari cala-yi (hai)

Ram-NOM car drive-IMPERFECTIVE be.PRES

‘Ram drives/is driving a car’ (Butt and Deo 2005 (6-7), apud Woolford, 2008)

Por meio dos pressupostos da Teoria da Otimalidade, Woolford (2008) analisa a cisão aspectual do hindi como o resultado da restrição de fidelidade IDENT (ergative), que preserva o Caso ergativo no aspecto perfectivo, mas o elimina em outros contextos. Outra restrição, *ERGATIVE, proíbe a ocorrência do Caso ergativo. O ranqueamento das restrições em hindi proposto por Woolford (2008), disposto em (38), garante que o Caso ergativo seja preservado no aspecto perfectivo (39) e eliminado no aspecto imperfectivo (40):

(38) Ranqueamento das restrições em hindi

IDENT PERFECTIVE (ergative) >> *ERGATIVE >> IDENT (ergative)

(39) Argumento externo no aspecto perfectivo em hindi

Input: DP-ergativo	IDENT PERFECTIVE (ergative)	*ERGATIVE	IDENT (ergative)
→ a.DP-ergativo		*	
b.DP-nominativo	*!		*

(40) Argumento externo no aspecto imperfectivo em hindi

Input: DP-ergativo	IDENT PERFECTIVE (ergative)	*ERGATIVE	IDENT (ergative)
a.DP-ergativo		*!	
→ b.DP-nominativo			*

Em (39), o candidato *b* viola duas restrições, sendo que uma delas é fatal, e é eliminado. O candidato *a* viola a restrição *ERGATIVE, mas é escolhido como vencedor. Em (40), o candidato *a* viola fatalmente a restrição *ERGATIVE e é eliminado. O candidato *b* é escolhido vencedor embora fira a restrição IDENT (ergative).

Em hindi, o aspecto verbal é expresso também por meio de desinências, o que permite que o Caso nominativo seja licenciado em T°. Em Maxakalí, por outro lado, o verbo transitivo não traz qualquer desinência referente a tempo, aspecto ou pessoa, o que impossibilita o licenciamento do Caso nominativo como acontece em hindi. Assumo, portanto, que em Maxakalí, diferentemente do hindi, o Caso ergativo é presente na estrutura nos dois aspectos em questão. A diferença é que apenas no aspecto perfectivo o morfema ergativo é expresso morfologicamente. O que garante que os argumentos (A) tenham Caso ergativo na estrutura sintática, morfologicamente expresso ou não, é o fato de o Caso ergativo ser um Caso inerente. Tal Caso é presente na estrutura argumental dos verbos transitivos ao contrário do Caso nominativo, que é licenciado junto a categorias funcionais, na fase CP. A cisão nos verbos transitivos, portanto, figura apenas no nível morfológico. Na estrutura, o Caso ergativo está presente, embora não seja visível morfologicamente. Sob o ponto de vista da Teoria de Caso, o sistema de Caso do Maxakalí permanece tripartido, com três Casos abstratos distintos: ergativo, nominativo e acusativo.

Na próxima seção, tratarei da cisão que ocorre em sentenças intransitivas negativas da língua Maxakalí.

3.3 Cisão em sentenças intransitivas

Mostrei que em Maxakalí há concordância obrigatória em sentenças intransitivas:

Kanenāp	ũ-nũta
[kade'dãŋm	ũʔnũ'taʔ]
Panela	ele-estar enferrujado
'A panela está enferrujada'	

Kônãāg	ũ-pukpex
[kũnã'ãŋ	ũʔpuɬk'pæj]
Água FP	ele-estar quente
'A água está quente'	

Nas sentenças intransitivas negativas, entretanto, o prefixo de concordância não ocorre:

Kanenāp	a	nũta	ah
----------------	----------	-------------	-----------

[kade'dãĩm a nũ'ta? a?]
 Panela NEG estar enferrujado NEG
 'A panela não está enferrujada'

Kõnããg a pukpex ah
 [kũnã'ĩŋ a puuk'pæj a?]
 Água FP NEG estar quente NEG
 'A água não está quente'

Tal fato constitui uma cisão nas sentenças intransitivas do Maxakalí.

Seguindo a análise de Woolford (2008), mostrarei a seguir que é possível explicar a cisão nos intransitivos da língua Maxakalí com apenas duas restrições. A cisão do Maxakalí fenômeno é semelhante à encontrada em Chontal, língua Maia falada na América central.

Woolford (2008) mostra que em Chontal, língua Maia falada na América central, ocorre um fenômeno semelhante. Nessa língua, há duas cisões envolvendo concordância de pessoa em sentenças intransitivas. Sentenças intransitivas envolvem concordância no aspecto imperfectivo, mas quando as sentenças estão no aspecto perfectivo, ou são negativas, independentemente do aspecto, a concordância não pode ocorrer. Como nessa língua é preciso haver correferência entre o argumento e o verbo, no lugar da concordância, são usados clíticos:

(41)

Kĩ t –e [Chontal]
 1st AGR come –impf
 'I come'

(Knowles-Berry 1987 (67), apud Woolford, 2008)

(42)

Mač ʔu t –on
 NEG PT come –1st CL
 'I don't come'

(Knowles-Berry 1987 (68), apud Woolford, 2008)

Segundo Woolford, a restrição de fidelidade que produz as cisões em concordância no Chontal são restrições DEP. Woolford postula duas restrições de fidelidade⁸: DEP perf (AGR) e DEP neg (AGR). Tais restrições proíbem o uso de elementos que não estejam presentes no nível prioritário, que é o nível da estrutura argumental ou a fase vP. Como essas duas restrições são ranqueadas acima das restrições de marcação *CLITIC e *AGREE, elas são ativas. A língua Chontal requer que todos os argumentos sejam correferentes na sintaxe. O que garante a correferência é a restrição XREF, cujo ranqueamento é o mais alto. Essa restrição obriga o uso do clítico quando a

⁸ Restrições de fidelidade exigem que um determinado *output* tenha forma correspondente no *input*.

concordância é bloqueada. No tableau abaixo, mostro a análise de Woolford (2008) da negação em intransitivos:

(43)

Input: neg V DP aspecto imperfectivo	XRef	DEP perf (AGR)	DEP neg (AGR)	*CLITIC	*AGREE
a. neg V DP	*!				
b. neg Agr V DP			*!		*
→ c. neg V-CL DP				*	

Em (43), o candidato *a* é eliminado pela restrição XRef por não ter correferência. O candidato *b* viola a restrição *CLITIC por não trazer clíticos, mas concordância, e, por isso, viola fatalmente a restrição DEP neg (AGR). O candidato *c* viola apenas a restrição *AGREE e é o candidato vencedor.

Uma diferença entre a cisão em intransitivos negativos em Chontal e em Maxakalí é que nesta língua não há clíticos em sentenças intransitivas. A correferência não é, portanto, possível na língua Maxakalí em sentenças negativas. Por essa razão, as restrições XRef e *CLITIC podem ser descartadas na análise do fenômeno em Maxakalí. Em Maxakalí, ao contrário do que ocorre em Chontal, a cisão nas sentenças intransitivas não se relaciona com aspecto. Por essa razão, a restrição DEPperf(AGR) é obsoleta na análise, que empreendo com apenas duas restrições: DEPneg(AGR) e *AGREE. DEPneg(AGR) proíbe elementos que não estejam presentes no nível prioritário, ou fase vP. No caso do Maxakalí, essa restrição proíbe, em sentenças negativas, o prefixo de concordância {ũ-}, que é ausente na estrutura argumental, mas é necessário nas categorias funcionais para licenciar Caso nominativo. Já a restrição *AGREE proíbe concordância de modo geral.

No tableau abaixo mostro como essas duas restrições permitem derivar construções intransitivas negativas sem o prefixo de concordância:

Input: neg DP V neg	DEP neg (Agr)	*AGREE
→ a. neg DP V neg		
b. neg DP Agr V neg	*!	*

O candidato *b* viola duas restrições, sendo que uma delas, DEP neg (Agr), é fatal, pois a restrição proíbe concordância em sentenças negativas. Por essa razão o candidato é eliminado. Já o candidato *a* não viola qualquer restrição e sai como vencedor. Como a concordância é um recurso que não está presente no *input* da sintaxe, ela é bloqueada pela restrição de fidelidade DEP neg (Agr), permitindo que os intransitivos ocorram sem o prefixo de pessoa.

4. Considerações finais

Neste artigo, fiz uma breve descrição do sistema de Caso da língua Maxakalí, classificando-o, tipologicamente, por conta da codificação distinta dos argumentos (A)/(Sa), (So) e (O), como sistema tripartido, com base em Whaley (1997). Tal sistema possui pelo menos duas cisões, uma em sentenças transitivas e outra em sentenças intransitivas. Com base na codificação dos argumentos verbais e nos pressupostos da Teoria de Caso (Chomsky, 1981; 1995), assumi que os argumentos verbais da língua Maxakalí correspondem a abstratos Casos distintos. Mostrei que a cisão envolvendo argumentos (A), em sentenças transitivas, expressa aspecto iterativo ou “capacitativo”. Tal cisão, assim como a cisão em sentenças intransitivas negativas, são rótulos tipológicos e não interferem no sistema de Caso tripartido da língua, entendido aqui sistema de Caso abstrato.

ABREVIATURAS EMPREGADAS NAS GLOSSAS:

ABS – absolutivo
AGR – concordância
CAUS – causativo
CL - clítico
DIM - diminutivo
ERG – ergativo
FP – forma plena
FR – forma reduzida
FSPL – forma supletiva plural
FSSING – forma supletiva singular
GEN - genitivo
INTR – intransitivo
NEG - negação
POSP - posposição
QT - quantificador
TRANS – transitivo

Referências Bibliográficas

BOMFOCO, Marco Antônio. **Ergatividade**: uma síntese tipológico-funcional. In: DUARTE, Fábio Bonfim (org.). Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras. Revista Viva voz, Fale/UFGM, 2007

CAMPOS, Carlo Sandro de Oliveira. **Verbos transitivos, inergativos e inacusativos em Maxakalí**. In: DUARTE, Fábio Bonfim (org.). Cisão de caso, telicidade e posse em línguas indígenas brasileiras. Revista Viva voz, Fale/UFGM, 2007

_____. **Estatuto dos casos absolutivo e ergativo na língua maxakalí**. (ms), 2008a

_____. **Maxakali**: língua ergativa tripartida? Anais do VI Encontro de Línguas e Culturas Macro-jê. Goiânia: UFG, 2008b

CANÇADO, Márcia. **Hierarquia temática**: uma proposta para o PB. Curitiba: Revista Letras, 61, p. 60-62, 2003

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976

CHOMSKY, Noam. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981

_____. **The Minimalist Program**. Cambridge, MA: MIT Press, 1995

_____. **On phases**. Ms. MIT, 2005

HALE, Ken & KEYSER, Jay. **Aspect and the syntax of argument structure**. Cambridge: MIT, (ms), 1993

HOLT, J. **Études d'aspect**. Acta Jutlandica 15.2, 1943 Apud: COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976

LOUKOTKA, Čestmír. **La familia lingüística Masakali**. RIEUNT 2: 21-47, 1931

LEGATE, Julie Anne. **Split absolutive**. University of Delaware, 2006

_____. **Lexical, Inherent Case, and argument structure**. Linguistic Inquiry, 2006

RODRIGUES, Aryon D. **Nasalização e fronteira de palavra em Maxacali**. Anais do V Encontro Nacional de Lingüística. 2. 305-11. Rio de Janeiro: PUC, 1986

_____. **Macro-Jê**. In: DIXON, RMW; AIKHENVALD, Alexandra Y. (Org.). The amazonian languages. Cambridge: Cambridge University Press, 1999

WHALEY, L.J. **Introduction to typology**: The unity and diversity of language. Newbury Park: Sage, 1997

WOOLFORD, Ellen. **Case-Agreement mismatches**. In: BENJAMINS, John. Agreement systems. Cedric Boeckx ed, 2006

_____. **Aspect splits and parasitic marking**. In: BROEKHUIS, Hans; VOGEL, Ralf. Linguistics in Potsdam 00. Potsdam, 2008

ESTUDANDO EM “TERMOS” A LÍNGUA INDÍGENA PYKOBJÊ GAVIÃO

AMADO, Rosane de Sá¹SILVA, Talita Rodrigues da²

Resumo: Este artigo tem a finalidade de apresentar e discutir a pesquisa realizada durante a Iniciação Científica, que se estendeu de outubro de 2007 a novembro de 2008, sob a orientação da Profa. Dra. Rosane de Sá Amado. Ao longo desse estudo, descrevemos e analisamos aspectos recorrentes na formação de palavras da língua indígena pykobjê gavião, tendo vistas, sobretudo, à análise de um aspecto semântico-morfológico específico, os “termos de classe”.

Palavras-chave: Língua Indígena Brasileira; Morfologia Derivacional; Semântica Lexical.

ABSTRACT: *This article has the purpose of showing and discussing the research realized during the Cientific Initiation, that enlarged of October of 2007 to November of 2008, under the care of the teacher and doctor Rosane de Sá Amado. During this study, we described and analysed some regular aspects in the formation of the words of Pykobjê Gavião, an indigenous language, looking for, over all, the analyse of a Morfological and Semantical specific aspect, the “noun incorporation of relatively generic nouns stems”.*

Keywords: *Brazilian Indigenous Language; Derivational Morphology; Lexical Semantic.*

1. Introdução

O Brasil é um país essencialmente plurilíngue. Em seu extenso território são falados, simultaneamente, cerca de 180 idiomas, dentre os quais somente a língua portuguesa é tida como o idioma oficial da nação desde 1757 quando o então ministro português, Marquês de Pombal, apresentou a lei denominada por “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão”, em que ficou proibida por decreto de lei a comunicação em todo o território nacional em idioma que não fosse o português, ou seja, o mesmo falado em Portugal, o país colonizador do Brasil (SILVA, s/d).

Com tal medida, almejava-se unificar ideológica e culturalmente dominado e dominador. Assim, ficou proibido o uso corrente da denominada “Língua Geral”, da qual encontramos atualmente poucos exemplos escritos, que, contudo, nos permitem observar sua aproximação linguística em relação ao Tupi Clássico, o qual fora documentado pelo Padre José de Anchieta em

¹ Docente pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

² Bacharel e Licenciada em Português e Linguística pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; atualmente, cursa Mestrado pelo Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da mesma instituição em que se graduou.

sua obra denominada *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1990). Segundo relato de historiadores seiscentistas, a Língua Geral era tão vulgar pelo Brasil que as crianças a adquiriam como língua mãe em detrimento da língua portuguesa.

Por ser tão corriqueira, apesar do decreto pombalino, a Língua Geral perdurou até a segunda metade do século XVIII como idioma em uso. Sabemos, ainda, não ser raro encontrarmos comunidades indígenas afastadas dos grandes centros urbanos que usam essa língua como única forma de comunicação verbal.

De modo similar, continuaram existindo, simultâneos à língua portuguesa, muitos outros idiomas que são falados pela população nativa pré-cabralina do Brasil, os denominados *índios*. Sobretudo, mantiveram-se a pureza linguística e cultural onde a fiscalização de Pombal não podia chegar, ou seja, nos recônditos do território nacional e entre tribos que, por algum motivo, mantiveram-se à margem do processo de colonização e urbanização. Esse é o caso da língua que estamos estudando, o pykobjê.

O pykobjê é uma língua falada ao sul do estado do Maranhão por uma população denominada de Gavião do Maranhão, a qual é composta por cerca de 540 indivíduos, dividida em três aldeias do município de Amarante, segundo dados do CTI¹ (Centro de Trabalho Indigenista), uma organização não-governamental atuante há mais de duas décadas entre esse povo. As aldeias são: Governador, Rubiácea e Riachinho.

Os Gavião do Maranhão foram contatados pela primeira vez somente no século XVIII (NIMUENDAJÚ, 1946). No entanto, há apenas nove anos foram empreendidos estudos linguísticos nessa língua, com enfoque para os campos da fonologia e da morfologia flexional e derivacional em Sá (1999) e Amado (2004).

2. De que “termos”estaremos tratando?

A concepção de “termos de classe” precisa ser muito bem apreciada antes de partirmos ao estudo desenvolvido, por ser essa teoria o pilar sobre o qual nos orientaremos para o estudo prático sobre a formação de palavras em pykobjê.

Os termos de classe são, segundo Mithun (1984, p. 867), uma forma de incorporação em que os termos incorporados são “*relatively generic N’s stems*”, isto é, raízes nominais relativamente genéricas, ou raízes de baixo escopo (“*narrow scope N’s stems*”). Essas raízes se unem a outros itens lexicais e podem gerar vocábulos semanticamente inusitados. As mesmas raízes incorporadas a

diversos itens lexicais formam palavras pertencentes à mesma classe semântica. Mithun diz, ainda, que o termo de classe mais comum entre as línguas naturais é o que designa a mente (“*mind*”).

Buscamos, assim, termos que designassem aspectos relativamente específicos, como forma, tamanho ou função e que fossem recorrentes em séries de itens lexicais cujo escopo semântico fosse “próximo”.

2.1. Explanando sobre a língua pykobjê em intersecção com a teoria sobre os termos de classe

O pykobjê é uma das oito línguas que fazem parte do Complexo Timbira, segundo Rodrigues (1986). Mais especificamente, o pykobjê é membro da família Jê, tronco linguístico Macro Jê.

Nesse tronco, como estudos revelam, existem línguas em que há termos que designam formas geométricas, partes de corpos ou de animais, isto é, termos de classe. Tais termos ocorrem, por exemplo, em panará, uma língua da família Jê setentrional, segundo Dourado (2001), em apãniekrá-canela, de acordo com Alves (2004) e em parkatejê-gavião, como refere Ferreira (2003), sendo essas duas últimas línguas membros do Complexo Timbira.

Assim, seria perfeitamente natural haver termos de classe na língua pykobjê-gavião, segundo Amado (2004) refere e nós buscamos ratificar ao longo deste estudo.

3. Desvendando os “termos de classe” em Pykobjê

Ao longo de nossa pesquisa encontramos exemplos de incorporação nominal com termos recorrentes, tal qual prevê o conceito de “termos de classe”, apresentado por Mithun e exposto acima.

Desse modo, somos levados a acreditar que estamos lidando com um tipo específico de incorporação nominal dentre os demais descritos e analisados por Mithun (1984). Assim, partimos da hipótese de que o pykobjê seja uma língua em que existem incorporações por meio de termos de classe.

Partindo desse pressuposto, selecionamos raízes nominais com função de termos de classe e as separamos em níveis semânticos e morfológicos. Morfologicamente, dividimos os termos de classe selecionados em prefixais e sufixais.

No entanto, é bom ressaltarmos que sobre o único termo de classe prefixal encontrado, o {a?}, paira a dúvida de estarmos lidando com um prefixo generalizador e não, propriamente, com um termo de classe. Isso porque os vocábulos encontrados podem aparecer dissociados do prefixo {a?},

desde que tenha sido mencionado a que esses vocábulos se relacionam, ou tenha sido apresentada uma situação de posse.

Contudo, deixemos essa contenda aos próximos estudos que, certamente, serão feitos nesse sentido.

3.1. Termo de classe prefixal ou prefixo generalizador?

aʔ	Designa objetos ou seres, em geral, que não são ou não podem ser possuíveis. Como criança (aʔkrəre), em que não se trata de uma criança em especial, mas de “criança” em geral, o mesmo servindo para “menino” e “menina” e os demais exemplos apresentados.
aʔ + rã	Flor (geral + que gerou flor)
aʔ + tʃu	Fruto (geral + que gerou fruto)
aʔ + hə ^h	Semente (geral + termo de classe que designa semente)
aʔ + tʃi	Corda (geral + o que une)
aʔ + kru	Cipó (geral + fino)
aʔ + kru + re	Timbó, raiz envenenada para peixe (geral + fino + pequeno)
aʔ + krit + thu	Folha do cajueiro (geral + caju + árvore)
aʔ + krit + tʃu	Caju (geral + caju + fruto)
aʔ + krit + thə ^h	Castanha de caju (geral + caju + semente, grão)
aʔ + krit + pər	Cajueiro (geral + caju + pé)
aʔ + krit + re + tʃu	Cajuim (geral + caju pequeno + fruto)
aʔ + krəj + re	Crianças (geral + cria, filhote + humano)
aʔ + krə + re + tʃõm + re	Menino (geral + cria, filhote + humano + masculino)
aʔ + krə + re + ka + hǽj	Menina (geral + cria, filhote + humano + feminino)
aʔ + jē ^h	Carne (geral + carne)
aʔ + kə + re	Tiririca
aʔ + tʃə + krəkək	Guizo

3.2. Termos de classe sufixais

São termos que só atuam depois da raiz a qual se afixam. Esses são os denominados termos de classe sufixais.

Dentre os termos sufixais daremos destaque, inicialmente, aos sufixos que designam graus, isto é, aumentativo e diminutivo, respectivamente. Embora esses sufixos possam ser usados na língua apenas como designativos de tamanho, não raros são os vocábulos em que esses termos estão

incorporados à forma nominal de modo a referir uma noção de porte, formando, assim, um item lexical, a princípio, inusitado para um falante não-nativo de pykobjê. Vejamos os exemplos:

re	Diminutivo. Atua na formação de palavras semelhantes, apresentando apenas o grau diminutivo, como vemos abaixo, mas também aparece como parte de substantivos, cuja relação com o primitivo, forma palavras “novas” para falantes do português brasileiro (PB), conforme apresentamos
karə	Veado
karə + re	Veadinho
kɔ ^h tõ	Minhoca, verme
kɔ ^h to + re	Minhoquinha
ra: + re	Tatu pequeno
tom + re	Tatu pequeno da chapada
aʔ + toʔ + re	Lambuzinho
k ^h ẽkrun + re	Curto
mẽk + re	Uretra (“buraquinho” por onde sai a urina)
tʃõtʃõkto + re	Pintinho
entotk ^h + re	Nádegas
ejkritk ^h + re	Buraco nariz (buraquinho)
wajkanre + re	Redemoinho (ventinho)
wakə	Faca
wakə + re	Peixerinha (faca pequena)
aʔ + kru	Cipó
aʔ + kru + re	Timbó, raiz envenenada que serve à pesca (cipó pequeno)
amtʃə	Abelha
amtʃə + re	Marimbondo (que faz casa na árvore) = abelha pequena
k ^h up	Mosca
k ^h up + re	Mosquito (mosca + pequeno)
rop	Onça
rop + re	Gato (onça + pequeno)

te

Sufixo que designa o grau aumentativo do substantivo. Assim como ocorre com o sufixo do grau diminutivo, que vimos acima, este sufixo também pode indicar, simplesmente, uma forma maior de dado objeto ou ser vivo, bem como, uma nova designação. Lembremos que em outros idiomas indígenas, como o Tupi clássico, por exemplo, esse mesmo processo já ocorria. Para o diminutivo, com os sufixos miri, como em mboî-miri, que significa cobrinha (mboîa = cobra) ou o 'i, como em kunhata'i, que significa menina (kunhatã = mulher).

Com o aumentativo, o mesmo caso se mantém, por meio do sufixo (r)usu, como ocorre, por exemplo, com a palavra que designa navio, ygarusu (ygara = canoa), ou seja, canoão. Para maiores detalhes cf. Navarro (2006).

kati: + te	Estrela grande
pihəɾɛ ^h	João-de-barro
pihə + te	João-de-barro grande
kahowkrakra + te	Formigão preto
põ	Chapada
põ + te	Pasto (chapada grande)
kuka + te	Rio (água comprida)
pə ^h ka: + te	Areia
a:kot	Morro
a:kot + te	Montanha (morrão)
k ^h rij + te	Arara (pássaro grande)
mã + te	Ema (ave grande)
pjik + te	Perdiz
hum + te	Galo
ka:po + te	Lumbu grande da mata
kaŋgã	Cobra
kaŋgãha + te	Surucucu
rõ: + te	Coco da praia (coco grande, diferente dos de terra)
amtʃo	Rato
amtʃo + te	Ratazana (rato + grande)
harrə	Saliva
harrə + te	Baba (saliva + em excesso, grande salivação)

Além disso, encontramos outros termos de classes sufixais ligados ao desígnio do Reino Animal (ser humano ou seres animais), que julgamos pertinente apresentar. Vejamos abaixo:

kro	Designa pintas ou manchas em geral, servindo como um adjetivo qualificador de animais, por exemplo.
rop + kro	Onça pintada (onça + pinta)
ejk ^h ə + kro	Pinta (pele + pinta)
ẽku	Designa chifres de animais. Assim, temos:
prate ^h + jẽku	Chifre do boi
jatʃə + jẽku	Chifre do veado
hẽku	Chifre (h- marca de 3ª pessoa)
apə^h	Rabo, cauda de animal
tʃo: + japə ^h	Rabo do cachorro
hapə ^h	Rabo (h- marca de 3ª pessoa)

Há termos de classe sufixais que se relacionam a membros do corpo. Vejamos abaixo:

k^hõn	Elo, o que serve para unir membros do corpo
ejpa: + k ^h õn	Pulso, cotovelo (braço + o que liga)
pər + k ^h õn	Tornozelo (pé + o que liga)
ara	Indica a parte motora superior dos seres animados que andam sobre dois membros (exs.: braço, asa, pena do gavião)
jara	Meu braço
a: + jara	Seu braço
hara	Braço dele
hara	Asa, pena
hək + jara	Asa, pena do gavião

Já no Reino Vegetal, destacamos os seguintes termos sufixais de classe:

põ	Elemento do campo vegetal que indica a chapada
põ	Chapada
põ + hə ^h	Milho – vegetal em forma de grão (vegetal + grão)
põ + tɛ ^h	Pasto, chapadão (campina grande)
hə^h	Designa o fruto que ainda está em forma de grão, isto é, que ainda não se desenvolveu plenamente
aʔ + hə ^h	Semente (geral, sem designação específica + grão)

pratʃẽ + hə ^h	Semente de melancia
hotre + hə ^h	Semente de catolé
aʔkrit + hə ^h	Castanha de caju
kotʃəmre + hə ^h	Semente vermelha (olho-de-cabra)
pamre + hə ^h	Semente preta (do colar)
tfu	Designa o fruto
aʔ + tfu	Fruto
krow + tfu	Fruto do buriti
aʔ krit + tfu	Caju
aʔ krître + tfu	Cajuim
pər	Designa o pé de fruto ou de ser humano
aʔkrit + pər	Cajueiro
ej + pər	Meu pé
awər + pər	Pé de inajá
rõ	Designa a flor
aʔ + rõ	Flor
rõj + rõ	Flor de laranjeira
mak + rõ	Flor de mangueira
ari	Designa a raiz das plantas, porque é um termo que define aquilo que sustenta sem ser visto
pẽ: + jari	Raiz (árvore + o que sustenta e não é visto)
hari	Raiz

Encontramos, também, termos de classe que designam tanto elementos do Reino Vegetal quanto do Reino Animal. Seguem abaixo:

k^hə	Tipo de invólucro: do corpo humano/animal ou da árvore. Pode, também, designar a película que protege a saída do leite materno.
k^hə	Pele, couro, seio
kawaru + k ^h ə	Casco do cavalo (cavalo + invólucro)
prə ^h tə ^h + k ^h ə	Seio da vaca, leite (leite + invólucro)
pẽ: + k ^h ə	Casca da árvore (árvore + invólucro)
krat	Designa o tronco das árvores e o cotovelo dos seres animais, ambas as partes rígidas e de sustentação dos seres

pē: + krat	Tronco (árvore + o que sustenta)
pa + krat	Cotovelo (braço + o que sustenta)
hu	Designa a folha ou o pelo, ou seja, aquele elemento que recobre os seres vivos
aʔ + hu	Folha
pɔp + hu	Folha de bananeira
rɔ̃j + hu	Folha de laranjeira
mak + hu	Folha de mangueira
krow + hu	Folha do buriti
aʔkrit + hu	Folha do cajueiro
rõre + hu	Tucum
awər + hu	Inajá
toʔ + hu	Sobrancelha (olho + pelo)
jari + hu	Barba (o que não é visto + pelo, os índios não têm o hábito de permitir que a barba cresça)
pa + hu	Pêlo do braço (paʔ=braço + hu=pelo)

Também, nos foi possível observar termos de classes que são utilizados apenas para designar objetos inanimados. Vejamos abaixo:

tʃi	Elo, o que serve para unir coisas
aʔ + tʃi	Corda (geral + o que o serve para unir)
hõkre + tʃi + tʃə	Colar
rõre + tʃi	Cinto (de moça)

Há termos que servem para designar tipos de alimentos, como espécies de verduras ou legumes, de acordo com características perceptíveis pelo paladar (ex. seco) ou visualmente (ex. vermelho). Segue abaixo:

krə	Alimento não-pastoso ou úmido, de aspecto farináceo
krə	Seca (época do ano, verão)
k ^h wir	Mandioca brava
k ^h wir + krə	Farinha de mandioca (mandioca + seco)
tʃum	Alimento em forma de massa, que foi amaciado pelo processo de cozimento
hum	Massa (com alternância fonética, cf. AMADO, 2004)

k ^h wirpes + tʃum	Massa de mandioca, macaxeira (mandioca + comestível + massa)
k ^h wirkaho + tʃum	Massa de mandioca brava (mandioca + “brava” + massa)

Por fim, encontramos um termo de classe que está ligado ao campo das relações familiares ou entre povos. Este termo é recorrente em muitas línguas Jê e nos exemplos abaixo apresentamos suas formas variantes para outros falares Jê.

ji / je	Designa não só o povo Jê, como as relações de parentesco existentes, funcionando, assim, mais ou menos como o in-law do idioma inglês. Há a hipótese de que esse termo derive da palavra Jê por alçamento vocálico, pois a alternância entre [i] e [e] é uma das variações mais comuns entre as variantes timbira. Enquanto os grupos pykobjê e krinkati usam a variante [i], os grupos apanjekrá, ramkokamekrá e krahô usam [e] e vice-versa.
me + hi	Povo (a/jê ^h = carne – minha carne)
marant kati + ji	Povo de Amarante
riaʃin kati + ji	Povo de Riachinho
ji	Parente (quando se casa, ‘in-law’)
jõpən + ji	Minha nora (sogro falando)
a:jõpən + ji	Sua nora
hõpən + ji	Nora dele
jõpən. + ji	Cunhada (irmãos do marido falando)
ejpējõ + ji	Meu genro (sogro ou sogra falando)
a:pējõ + ji	Seu genro
eʔpējõ + ji	Genro dele
prejkit + ji	Meu sogro (esposa falando)
prejkis + ji	Minha sogra (esposa falando)
awpre + je	Cunhada (esposa falando)
tøk + je	Cunhado (esposa falando)
pəjkit + je	Meu sogro (marido falando)
ejpən. + je	Minha sogra (marido falando)
ejpən. + je	Cunhada (marido falando)
ejpã + je	Cunhado (marido falando)
ejtʃjehapõnk + ji	Irmã da mãe (do meio)
metikjõp + ji	Cemitério
krejpəkati + ji	Povo Kreje (aldeia Geralda)

4. Considerações Finais

Por meio deste artigo buscamos ampliar as informações acerca da língua pykobjê gavião, que como tantas outras faladas no Brasil, apresenta importantes questões linguísticas que não foram perscrutadas ainda em sua plenitude.

Nesse trabalho científico, tratamos de um assunto específico da morfossemântica derivacional das línguas naturais, a teoria acerca dos “termos de classe”. E almejamos ao longo do mesmo ratificar a hipótese de que o pykobjê seja uma língua em que há termos de classe, bem como ocorre em outras línguas do Complexo Timbira e da Família Jê Setentrional.

No entanto, como nenhuma pesquisa é fechada e definitiva, postou-se a dúvida, a ser esclarecida em estudos posteriores, sobre a classificação real do único prefixo encontrado cuja raiz é recorrente, o {a?}. Seria este, de fato, um termo de classe prefixal ou seria antes um prefixo generalizador?

Dúvidas à parte, observemos o grande intuito dos estudos em língua indígena, que é nos voltarmos às nossas origens linguísticas e socioantropológicas. Pois, ao fazermos isso, estamos contribuindo mais do que às ciências específicas; estamos, na verdade, fomentando a descoberta de uma identidade nacional, descobrindo o “ser” brasileiro.

5. Referências Bibliográficas

ALVES, F. C. **Traços classificatórios dos nomes e verbos em Timbira Apãniekrá**. Comunicação apresentada no Simpósio em Linguística Antropológica no NHII/USP (manuscrito), 2004.

AMADO, R. S. **Aspectos morfofonológicos do Gavião-Pykobjê**. 2004. Tese. (Doutoramento em Semiótica e Linguística Geral)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2004.

ANCHIETA, J. **Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

DOURADO, L. **Aspectos morfosintáticos da língua Panará (Jê)**. 2001. Tese. (Doutoramento em Linguística)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2001.

FERREIRA, M. N. O. **Estudo morfossintático da língua Parkatejê**. 2003. Tese. (Doutoramento em Linguística)-Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2003.

MITHUN, M. The evolution of noun incorporation. **Language**, [S.l.], vol. 60, n° 4. p. 847-94, 1984.

NAVARRO, E. A. **Método moderno de Tupi antigo**. São Paulo: Editora Global, 2006.

NIMUENDAJÚ, C. **The Eastern Timbira**. Berkeley and Los Angeles: University of California Publications in American Archeology and Ethnology, vol. 41, 1946.

RODRIGUES, A. D. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Ed. Loyola, 1986.

SÁ, R. M. **Análise fonológica preliminar do Pykobyê**. 1999. Dissertação. (Mestrado em Semiótica e Linguística Geral)-Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

SILVA, J. P. **Língua e inquisição no Brasil de Pombal**. Rio de Janeiro: EdUEJ, s/d.

¹<http://www.trabalhoindigenista.org.br> (acesso em 10/02/2009)

MODO E ASPECTO NA LÍNGUA KAINGANG

Leriana de ALMEIDA¹

Resumo: A língua kaingang pertence à família linguística Jê, do Tronco Macro-Jê. É falada pelo povo kaingang, o qual é constituído por, aproximadamente, trinta mil pessoas que habitam em trinta e duas Terras Indígenas, distribuídas pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os dados contidos neste trabalho, no entanto, foram coletados junto aos kaingang da Terra Indígena Apucarantina, em Tamarana/PR. O que será discutido, aqui, é resultado de minha dissertação de mestrado “A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang: uma proposta de análise” (ALMEIDA, 2008). Como os dados foram analisados sob ponto de vista morfossintático (considerou-se a marcação de tempo, modo e aspecto feita por meio de unidades gramaticais²), a categoria de tempo não foi estabelecida, apenas as categorias de modo e aspecto, como o leitor poderá conferir a seguir.

Palavras-chaves: kaingang, morfossintaxe, categorias verbais.

Abstract: *The kaingang language is from the Jê family, Macro-Jê stock. It is spoken by, approximately, thirty thousand people who live in thirty two aboriginal lands, which are distributed by the states of São Paulo, Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul. The data contained in this work, however, was collected with the kaingang who live in Apucarantina, in Tamarana/PR. What will be discussed here is the result of my Master's thesis The marking of time, mood and aspect in the kaingang language: an analysis proposal (ALMEIDA, 2008). As the data was analyzed under the morphosyntax perspective (it was considered the marking of tense, mood and aspect made by grammatical units), the category of tense was not set up, only the categories of mood and aspect, as the reader will see below.*

Keywords: *kaingang, morphosyntax, verbal categories.*

1. Considerações iniciais

Este trabalho visa contribuir com: (i) o projeto de uma gramática pedagógica kaingang, que está em andamento na Universidade Estadual de Londrina; (ii) os estudos acerca das categorias de tempo, modo e aspecto na língua kaingang e em outras línguas indígenas; (iii) a comparação entre os dialetos da língua kaingang e entre línguas da família linguística Jê. Em termos mais específicos,

¹ Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Por “unidades gramaticais” entende-se as palavras que não são usadas sozinhas em um enunciado ou que não formam núcleo de partes essenciais da oração como sujeito, predicado, etc. Por “unidades lexicais” entende-se as palavras que funcionam como núcleo ou que podem aparecer sozinhas no enunciado – em português seriam os substantivos, numerais adjetivos, pronomes, verbos, advérbios, interjeições. Estas palavras possuem parte significativa e a elas podem se juntar as unidades gramaticais – em português, as desinências de gênero e número (para os substantivos, numerais adjetivos, pronomes), e modo-tempo e pessoa-número (para os verbos). O primeiro tipo de palavra pode ser estudado no nível morfossintático, e o segundo, no nível lexical e semântico.

objetivou-se demonstrar que: (i) para se fazer uma análise mais segura das três categorias em questão é preciso observar a marcação dessas categorias no nível morfossintático; (ii) os kaingang do Apucarantina fazem a distinção entre os tempos “futuro” e “não-futuro”, que foram interpretados, aqui, como modo *irrealis* e *realis*, respectivamente; (iii) no modo *realis* é feita a maior parte das distinções aspectuais, embora no modo *irrealis* algumas distinções também possam ser verificadas; (iv) o aspecto, nesta variante do kaingang, pode ser estudado dentro da dicotomia principal da categoria de aspecto, a qual é estabelecida entre perfectividade e imperfectividade.

As sentenças simples e complexas, analisadas neste trabalho, foram coletadas de duas maneiras: em um primeiro momento, a coleta foi feita com a participação dos professores índios e não-índios da escola Cacique Luís Pénky Pereira, na Terra Indígena Apucarantina – este processo possibilitou momentos de discussão entre os kaingang sobre o uso de certas estruturas da língua; no segundo momento, por uma questão de tempo, foram elaborados questionários, que foram respondidos somente pelo professor kaingang Pedro Kagre Kág Cândido de Almeida, o qual participou, também, do primeiro tipo de coleta e, portanto, já estava habituado com o trabalho de coleta de dados.

Para a análise das sentenças, o trabalho ancorou-se, principalmente, nos preceitos teóricos e/ou específicos da língua kaingang encontrados nos trabalhos de Wiesemann (1971; 2002), Lyons (1977; 1979), Bhat (1999), Castilho (1967), Comrie (1976) e Palmer (2001).

2. A categoria de aspecto

De acordo com Castilho (1967), a categoria de aspecto pode ser dividida em: *Aktionsart*, uma noção *latu sensu* de aspecto, e *Aspekt*, a visão *strictu sensu* do problema.

Aktionsart indica o modo da ação e tem um número ilimitado de possibilidades, assentando-se no próprio valor semântico do verbo, ou seja, na natureza da ação. Deutschbein (*apud* CASTILHO, 1967) divide os modos da ação em: *Phasenaktionsarten* (momentâneo-pontual, ingressivo, inceptivo, perfectivo-egressivo, imperfectivo), *Mutationsaktionsarten* (incoativo, continuativo, resultativo, iterativo, intensivo), *Intentionaleaktionsarten* (frequentativo, causativo, desiderativo). Alfred Schossig (*apud* CASTILHO, 1967) subclassifica os modos da ação na língua francesa da seguinte forma: durativo, durativo com significação finitiva, durativo-perfectivo, momentâneo, incoativo, distributivo, iterativo/frequentativo, factitivo, ingressivo, terminativo, consuetudinário, gnômico. Como os modos da ação (*aktionsarten*) são ilimitados e, para analisá-los, houvesse a necessidade de se trabalhar com o nível lexical e semântico da linguagem, o que não é o

recorte priorizado neste trabalho, falar-se-á com mais ênfase em aspecto³, tal como é discutido abaixo.

Aspekt, segundo Castilho (1967), é o ponto de vista subjetivo do falante sobre o desenvolvimento da ação. Reporta-se aos graus de realização da ação, sendo bipolar: imperfectivo, quando a ação dura, e perfectivo, quando a ação se completa. O aspecto é expresso por flexões e perífrases, estando, assim, no nível morfológico.

Outro autor de grande importância para os estudos aspectológicos é Comrie (1976), que diz que a categoria de aspecto refere-se às diferentes formas de se observar a constituição temporal interna de uma situação, podendo ser expresso lexical ou gramaticalmente. Embora não haja uma terminologia geral para esta categoria verbal, noções como *perfectividade* e *imperfectividade* são comuns nestes estudos.

A perfectividade, para este autor, é entendida como um olhar externo sobre a situação, sem, necessariamente, se distinguir a estrutura interna da mesma. Já a imperfectividade seria um olhar para a estrutura interna da situação, ou seja, enquanto a perfectividade representa a ação pura e simples, configurando-se como uma visão do acontecimento como um todo único, sem se importar com as fases separadas da situação, a imperfectividade vincula-se à estrutura interna da situação, pondo-se ênfase em alguma parte: seu começo, meio ou fim.

Comrie destaca que as formas imperfectivas não podem ser usadas para se referirem a situações que carecem de estrutura interna, assim como o perfectivo não pode ser descrito como algo que tenha duração curta em oposição ao imperfectivo, que teria duração mais longa. Da mesma forma, o perfectivo não pode ser concebido como uma situação limitada e o imperfectivo, como uma situação ilimitada nem como algo que indica uma situação momentânea ou pontual. Antes, o perfectivo reduziria a situação a um *blob* (cubo): “a blob is a three-dimensional object, and can therefore have internal complexity, although it is nonetheless a single object with clearly circumscribed limits” (COMRIE, 1976, p. 18). O perfectivo indica uma ação completa (“completada” pode ser falso porque este termo daria ênfase ao fim da ação, e o perfectivo não põe ênfase em nenhuma parte ou fase da situação).

Na senda de Comrie, Bhat (1999) define *aspecto* como a categoria que indica a estrutura temporal interna do evento, isto é, a maneira como o evento ocorre no tempo: se em

³ “Um grande embaraço surgiu para o mundo românico quando os franceses traduziram *Aktionsart* por “aspecto”, deixando intraduzido o termo *Aspekt*; a incompreensão então estabelecida quanto ao que se vinha designando por *Aspekt* e *Aktionsart*, baralhando noções que diziam respeito a níveis linguísticos distintos (*Aktionsart*: nível semântico; *Aspekt*: nível morfológico), aprofundou a crise começada pelos esmiuçadores dos *Aktionsarten*. Descobriram-se assim “aspectos” que não eram mais que filigranas de significação encontráveis nos verbos: [“aspecto”] intensivo, diminutivo (...), benefactivo (...). Fácil é ver que uma grande confusão entre aspecto e modo ia-se estabelecendo (...)” (CASTILHO, 1967, p.42-43).

desenvolvimento ou completado, no em seu início, meio ou fim, se repetido várias vezes (iterativo) ou se executado uma única vez (semelfactivo). Tal categoria pode mostrar, ainda, se a ação é momentânea ou durativa, se envolve mudança (ativo) ou não (estativo), se ocorre em uma ocasião específica ou habitualmente, assim por diante. Concordando com Dik (1989, *apud* Bhat, 1999) e Siewierska (1991, *apud* Bhat, 1999), o autor divide esses vários tipos aspectuais em três grupos distintos: (i) perfectivos e imperfectivos, (ii) ingressivos, progressivos, egressivos e resultativos, e (iii) semelfactivos, iterativos, habituais e freqüentativos. O primeiro grupo pode considerar o evento como um todo, vendo-o pelo lado de fora – *from outside* – ou considerar sua constituição interna, observando-o pelo lado interno. O segundo grupo distingue as diferentes fases do evento. Já o terceiro representa as distinções concernentes às quantificações do evento.

Com relação à diferença entre *aspecto* (de natureza gramatical ou flexional e considerado como as várias formas de ver o evento: completo ou não, específico ou habitual, ingressivo, progressivo ou egressivo) e *Aktionsart* (de natureza lexical ou derivacional, considerado como os modos ou tipos da ação: processos vs. estados, eventos momentâneos vs. durativos, télicos (resultativos) vs. não télicos), o autor afirma: “we may regard the former as non-deictic and the latter as deictic (as the latter involve a speaker’s view of the event)” (BHAT, 1999, p.45). O autor considera que é difícil manter a distinção *aspecto* (gramatical) vs. *Aktionsart* (lexical) em estudos *cross-linguistics*, pois certas distinções aspectuais podem ser expressas lexicalmente em determinadas línguas e gramaticalmente em outras.

Para a análise do *corpus* da língua kaingang, entretanto, considere o aspecto como sendo de natureza gramatical e dentro de suas duas distinções principais: perfectividade e imperfectividade. Os eventos perfectivos carecem de marcadores de aspecto (unidades gramaticais que se localizam ao fim da oração) e de variação na forma verbal, como pode ser visto abaixo:

1. ta kutẽ Ø
chuva cair
“Choveu”
2. gĩr vỹ fág kó Ø
menino m.s.⁴ pinhão comer
“O menino comeu o pinhão”

⁴ Com relação à marcação de sujeito, em 1 não há marcador, por isso foi traduzida como ‘choveu’ ao invés de ‘a chuva caiu’; em 2 e 3 há o marcador *vỹ* e em 4, *tỹ*. Podemos notar aí uma diferença de caso: as sentenças com o primeiro tipo de marcador possuem sujeito nominativo; já a com marcador *tỹ*, o sujeito parece ser ergativo, pois não é a porta que bate, mas é a que sofre a ação realizada por *ag*, entretanto, porta não está na posição de objeto e sim de sujeito.

3. ta vỹ gám ké Ø
chuva m.s. parar de chover
“A chuva parou”

4. jãnkã tỹ ag tór, tór ké Ø
porta m.s. p.3p.pl. bater (pl.)
“Bateram (várias vezes) na porta”

Todas as sentenças acima denotam eventos perfectivos, ou seja, o acontecimento é visto como um todo único, e não possuem marcadores como “mũ”, “tĩ”, “nĩ”, que serão vistos mais adiante. Em 4, percebe-se a iteratividade pela repetição da primeira parte do verbo ‘bater’: *tór, tór ké*.

Outros exemplos:

5. kanhgág ag simỹnỹ tĩ mũ kã junjun
kaingang m.pl. semana ir cont. em chegar (pl.)
“Os kaingang chegaram na semana passada”

6. isỹ ãn tá kã kutẽ ra, isóg Manoel tĩg vé
eu casa lá em sair para eu Manoel ir ver
“Quando sai de casa, vi o Manuel passando”

Em 5, temos duas orações: *kanhgág ag junjun* (‘os kaingang chegaram’) e a intercalada *simỹnỹ tĩ mũ kã* (‘na semana que passou’). A primeira é perfectiva, ou seja, vista como um todo; já a segunda, pode ser interpretada como imperfectiva, pois a atenção é voltada para uma das fases da ação expressa pelo verbo *tĩ*: seu fim. Esse verbo é, ainda, acompanhado pelo marcador *mũ*, utilizado quando há imperfectividade.

Em 6, há três orações: *isỹ ãn ta kã kutẽ ra* (‘quando saí de casa’), interpretada como perfectiva; *isóg vé* (‘eu vi’), também perfectiva; e *Manoel tĩg* (‘Manoel que passou’), interpretada como imperfectiva pois, embora não haja marcador de aspecto, ocorre a variação na forma verbal: *tĩ* ~ *tĩg*, o que não aconteceria se fosse perfectiva.

Para marcar eventos imperfectivos, encontram-se, no *corpus*, os seguintes marcadores: *mũ*, *tĩ*, *nĩ*. O primeiro, como pôde ser visto em 5, marca uma das fases do evento, que durou por determinado período de tempo: sua fase final. Entretanto, *mũ* (classificado, aqui, como um continuativo) também pode marcar o começo do evento ou, simplesmente, seu desenrolar, como será visto nos próximos dados. O marcador *tĩ* (classificado como habitual) refere-se à habitualidade do evento, ao passo que *nĩ* (classificado como estativo), parece indicar estatividade. Observe os dados:

7. *isỹ tĩg kar kỹ, inh krĩ tóg kaga mũ*
 p.1p.sg.s. ir depois p.pos.1p.sg cabeça m.s. doer cont.
 “Depois que parti, minha cabeça estava doendo”

8. *kāka vỹ krog he mũ*
 vento m.s. ventar cont.
 “O vento começou a soprar/ estava ventando”

9. *gĩr vỹ fąg ko mũ*
 menino m.s. pinhão comer cont.
 “O menino está comendo pinhão”

A sentença 7 possui dois eventos interpretados como imperfectivos: *isỹ tĩg kar kỹ* (‘Depois que eu parti’), com variação da forma verbal *tĩ ~ tĩg*, marcando o fim do evento; e *inh krĩ tóg kaga mũ* (‘minha cabeça começou a doer’), com o marcador *mũ*, indicando o começo do evento. Da mesma forma ocorre em 8, onde *mũ* indica o início do evento. Já em 9, *mũ* aponta para o desenvolvimento do evento expresso pelo verbo *ko* (‘comer’).

Exemplos com o marcador *tĩ*:

10. *nén mur mũ kar vỹ ter tĩ*
 coisa nascer cont. tudo m.s. morrer hab.
 “Tudo que nasce, morre”

11. *Apucaraninha ki escola tá isóg ag kanhrân tĩ*
 Apucaraninha em escola lá p.1p.sg.s. p.3p.pl. ensinar hab.
 “(Eu) ensino (eles) na escola do Apucaraninha”

12. *hẽ tá rã vỹ jur tĩ*
 onde sol m.s. nascer hab.
 “Onde nasce o sol?”

Em 10, uma oração inteira é marcada como sujeito: *nén mur mũ kar* (‘Todas as coisas que nascem/ nascentes’), evento imperfectivo, em que *mũ* pode estar marcando tanto o início, o desenrolar ou o fim do evento expresso pelo verbo *mur* (‘nascer’). O marcador *tĩ* tem escopo sobre o período inteiro e expressa um evento que acontece normalmente, habitualmente: o fato de as coisas que nascem também morrerem.

Em 11, a habitualidade é mais evidente: no caso, o informante é professor da escola da Terra Indígena Apucaraninha, ele leciona lá todos os dias. Em 12, tal evidencia também é clara: pergunta-se pelo ponto onde o sol nasce todos os dias, nasce habitualmente.

Dados com o marcador *nĩ*:

13. tỹ isóg professor nĩ, kỹ isóg gĩr ag kanhrãn tĩ,
m.s. p.1p.sg.s. professor est. então p.1p.sg.s. menino m.pl. ensinar hab.

kanhgág vi rán ki, tugtó ki ke gé
kaingang palavra escrever em contar em também
“Sou professor, ensino as crianças a ler e a escrever o kaingang”

14. kanhgág ag jamã pẽ vễ hã vỹ tỹ Paraná ti nĩ
kaingang m.pl. moradia verdadeira igual m.s. m.s. Paraná p.3p.sg. est.
“O Paraná é a verdadeira casa dos kaingang”

15. inh prũ fi ẽmĩ han há nĩ
p.pos.1p.sg. esposa m.f. ẽmĩ fazer saber est.
“Minha esposa sabe preparar o ẽmĩ”

No período 13 há uma oração com *nĩ*: *tỹ isóg professor nĩ* (‘sou professor’), que denota o ‘estado’ profissional do informante; e uma oração com *tĩ*: *isóg gĩr ag kanhrãn tĩ* (‘eu ensino as crianças’), que indica a habitualidade do evento ‘ensinar’. Embora a oração pedida em 14 fosse “Os kaingang habitavam (ocupavam) todo o território do Paraná”, o informante deu a resposta não como algo que já foi, mas que ainda é, e por isso marcou a oração com um marcador de aspecto imperfectivo: o estativo *nĩ*. O fato de o informante julgar ser o Paraná sua verdadeira casa, não vai mudar caso ele mude para outro Estado, pois ele é natural do Paraná e naturalidade não muda.

Em 15, o fato de a mulher do informante saber preparar o *ẽmĩ* também aponta para o caráter permanente denotado por *nĩ*: ela sabe e continuará sabendo por muito tempo.

Comparemos os três marcadores em ambientes (quase) idênticos:

16. ta vỹ kutẽ mũ
chuva m.s. cair cont.
“Está chovendo”

17. kurã kar ki ti kutẽ tĩ
dia todo em p.3p.sg. cair hab.
“Tem chovido todos os dias”

18. kutẽ ti nỹ nĩ
cair p.3p.sg.deitar est.
“Continua chovendo”

Nas três sentenças acima, é possível observar claramente que o marcador *mũ* indica o desenvolvimento do evento, *tĩ* indica a habitualidade do evento e *nĩ* também está indicando o caráter permansivo do processo: algo que se iniciou no passado e estende-se até o presente.

Assim, podemos distinguir, na categoria de aspecto, as subcategorias *perfectivo* e *imperfectivo*, sendo o primeiro não marcado por unidades gramaticais e o segundo, marcado por tais unidades ou resultando em variação da forma verbal.

3. Categoria de tempo ou de modo na língua kaingang?

O *tempo*, em termos lingüísticos, é uma categoria dêitica que relaciona o tempo do evento ao momento da enunciação - o “agora” – e é expressa por contrastes gramaticais sistemáticos, na concepção de Lyons (1977; 1979), ou por uma marca flexional no verbo, por verbos auxiliares ou advérbios temporais, na visão de Bhat (1999). Segundo este autor, a marcação temporal pode ser de natureza gramatical ou lexical, o que contrasta com a visão de Lyons, o qual defende que para haver a categoria de *tempo*, em dada língua, é necessário haver um paradigma gramatical que expresse tal noção. Semanticamente, no entanto, o *tempo* é uma categoria da sentença.

Lyons (1977) afirma, ainda, que a categoria de *tempo*⁵ não é um componente universal das línguas, embora todas as línguas marquem o tempo cronológico/ físico, de certa forma:

Though not all languages have tense, it is probably true to say that all languages have various deitic adverbs or particles of time, comparable with the English words ‘now’, ‘then’, ‘recently’, ‘soon’, ‘to-day’, ‘yesterday’, etc., which provide the means, when it is necessary or desirable, for drawing deitic temporal distinctions of the kind that are obligatory, and grammaticalized in the fullest sense as tense-distinctions, in such languages as English (LYONS, 1977, p.679).

Logo, marcação temporal é diferente de categoria de *tempo*: todas as línguas realizam a marcação temporal, porém nem todas a fazem usando a categoria de *tempo*, ou seja, por meio de morfemas ou unidades gramaticais. Assim, as línguas que não possuem a categoria de *tempo* dispõem, por outro lado, de recursos lexicais para localizar os eventos no tempo físico.

De acordo com Lyons (1979), o *tempo* gramatical admite, além dos contrastes “passado”, “presente” e “futuro”, outras categorizações:

⁵ Tempo físico, no inglês, é distinguido pela unidade lexical *time*, e a categoria de *tempo*, pela unidade *tense*.

O “ponto-zero teórico” – o “agora” do enunciado – poderia ser reagrupado com “passado” ou com o “futuro”, do que resultaria, por um lado, a dicotomia entre “passado” e “não-passado”. Uma dicotomia diferente, baseada na distinção entre “agora” e “não-agora”, sem referência à direcionalidade do tempo, poderia ser “presente” x “não-presente”. Outras categorizações possíveis dependeriam da noção de “proximidade”, com ou sem referência à direcionalidade, como a dicotomia “próximo” x “não-próximo” x “remoto”. Essas distinções se combinariam de várias maneiras (LYONS, 1979, p.321).

Uma língua pode, portanto, marcar o “presente”, “passado” e “futuro”, ou ter somente “futuro” e “não-futuro” (passado/presente) ou ter “passado” e “não-passado” (presente/ futuro).

Tanto Lyons (1971; 1979) como Bhat (1999) afirmam que a dicotomia “futuro” x “não-futuro” expressa uma noção mais modal do que temporal: o “futuro” estaria relacionado à categoria *irrealis*, ou seja, algo que não se realizou; e o “não-futuro”, à categoria *realis*, algo que já se realizou ou se realiza.

Na língua kaingang, do ponto de vista morfológico/ gramatical, há apenas um *tempo* marcado, o futuro, e um não-marcado, o qual pode ser chamado, ao invés de presente e passado, de não-futuro.

Tem-se, assim, ao invés da categoria de *tempo* na língua kaingang, a categoria de modo com suas duas distinções tradicionais de *realis* e *irrealis*, como pode ser conferido abaixo:

19. gĩr vỹ fąg kó Ø
menino m.s. pinhão comer
“O menino comeu o pinhão”

20. gĩr vỹ fąg ko mũ
menino m.s. pinhão comer cont.
“O menino está comendo pinhão”

21. gĩr vỹ fąg konh **ke mũ**
menino m.s. pinhão comer
“O menino comerá pinhão”

A sentença 19 trata de um evento que aconteceu e 20, de um evento que está acontecendo no momento e, apesar da alternância vocálica no verbo (de *kó* para *ko*), a diferença entre uma e outra pode ser vista na marcação aspectual: a primeira sentença não possui marcador de aspecto, refere-se a um evento visto como um bloco, algo inteiro, sem especificações de suas fases; a segunda, possui o marcador *mũ* e se refere a um evento não-acabado, ou pelo menos considerado em alguma de suas fases. A sentença 21, porém, trata de um evento que ainda não aconteceu e é marcada pelas partículas *ke* e *mũ* e variação na forma verbal (*ko* ~ *konh*).

A partícula *ke* é um marcador de modo, segundo Wieseemann (2002), o que podemos chamar aqui de marcador de modo *irrealis* (m.irr.). Na maior parte dos dados obtidos, para se marcar o modo *irrealis* há o uso da combinação *ke + mũ*. Observe outros exemplos:

22. ta kutẽ Ø
chuva cair
“Choveu”
23. ta vỹ kutẽ mũ
chuva m.s. cair cont.
“Está chovendo”
24. kurã kar ki ti kutẽ tĩ
dia todo em p.3p.sg. cair hab.
“Tem chovido todos os dias”
25. kutẽ ti nỹ nĩ
cair p.3p.sg. deitar est.
“Continua chovendo”
26. ta vỹ kutẽnh ke mũ
chuva m.s. cair m.irr.
“Vai estar chovendo”

Novamente, a distinção entre as sentenças 22, 23, 24 e 25 faz-se no nível aspectual: a sentença 22 trata de um evento perfectivo (marcado por Ø), e as demais, de eventos cujas fases são consideradas de alguma forma (desenvolvimento, habitualidade, continuidade), isto é, eventos imperfectivos (marcados por *mũ*, *tĩ*, *nĩ*). Nas sentenças de 22-25 não são observadas variações nas formas verbais. A mudança (*kutẽ* ~ *kutẽnh*) ocorre apenas em 26, a qual faz referência a um evento que ainda não se realizou e é marcada por *ke mũ*.

Tanto os eventos perfectivos quanto os imperfectivos são *realis*; os eventos que ainda não se realizaram são chamados de *irrealis*. Assim, nos exemplos abaixo, o verbo “morder” utiliza as formas *prã/ prãg* no *realis*, e as formas *prãg/ pranh*, no *irrealis*:

27. hoghog vỹ ógsã prã Ø
cachorro m.s. cateto morder
“O cachorro mordeu o cateto”
28. hoghog vỹ ógsã prãg tũ nĩ
cachorro m.s. cateto morder neg. est.
“O cachorro não mordeu o cateto”
29. hoghog vỹ ógsã prãg tĩ
cachorro m.s. cateto morder hab.

“Cachorro morde cateto”

30. hoghog vỹ ógsã prãg tũ nĩg tĩ
cachorro m.s. cateto morder neg. est. hab.
“Cachorro não morde cateto”

31. hoghog vỹ ógsã prãg mũ
cachorro m.s. cateto morder cont.
“O cachorro está mordendo o cateto”

32. hoghog vỹ ógsã pranh ke mũ
cachorro m.s. cateto morder m.irr.
“O cachorro estará mordendo o cateto”

33. hoghog vỹ ógsã pranh ke tũ nĩ
cachorro m.s. cateto morder m.irr. neg. est.
“O cachorro não morderá o cateto”

Na sentença 27, o verbo é *prã*, não há marcador de aspecto e indica uma ação perfectiva. Na sentença 28, a forma verbal é *prãg* e há os marcadores *tũ nĩ* que, juntos, denotam negação, ou seja, a sentença 28 pode ser interpretada como um *irrealis negativo*. Aparentemente, a variação verbal, neste caso, dá-se pela influência de *tũ nĩ*.

Nas sentenças de 29 a 31, a forma verbal é *prãg* e ocorrem marcadores de aspecto como *tĩ* e *mũ*. Um fato a ser notado está na sentença 30, a qual possui a combinação de marcadores que denotam negação e o marcador aspectual *tĩ*: na presença deste, o *nĩ* de *tũ nĩ* é acrescido de *-g*. Isso pode indicar que a variação, na língua kaingang, não é exclusividade dos verbos, mas também pode ocorrer nos marcadores de aspecto, e se considerarmos a variação de *pra ~ prãg* em 28 e a variação de *nĩ ~ nĩg* em 30, podemos dizer que a variação decorre da influência de marcadores de modo (em 28) e aspecto (em 30).

Nos casos de 32 e 33, o verbo é acrescido de *-nh*, ocorre *ke + mũ* e *ke + tũ nĩ*, que marcam o *irrealis* positivo e negativo, respectivamente.

I. Regra geral de variação da forma verbal e de marcadores nos modos *realis* e *irrealis*

Modo	Variação verbal	Marcadores
Realis	-g ou Ø	mũ, tĩ, nĩ, Ø
Irrealis	-nh ou -g/-j	(ke) (mũ) (tũ nĩ)

4. A categoria de modo

O modo, segundo Lyons (1979), é, assim como o *tempo*, uma categoria que, frequentemente, se realiza pela flexão do verbo ou por a sua modificação por meio de “auxiliares”. Trata-se de uma categoria lingüística que serve para marcar, gramaticalmente, a atitude do falante em relação ao *status* factual do que se está dizendo, isto é, sua certeza e ênfase, sua incerteza ou dúvida, entre outras modalidades.

Lyons (1979, p. 324) considera três escalas básicas de modalidade: (i) desejo/ intenção, (ii) necessidade/ obrigação, (iii) certeza/ possibilidade; e afirma que há, por um lado, “uma afinidade entre as frases imperativas e as modalidades de ‘desejo’ e da ‘necessidade’ e, por outro, entre as interrogativas e a modalidade da ‘possibilidade’”.

Quanto à futuridade, Lyons (1979, p. 327) afirma que: “Poder-se-ia pensar que seria mais exato analisá-los como ‘modos’. Mas o que aqui se discute é que o ‘tempo’ e o ‘modo’ se imbricam de tal maneira que qualquer das duas designações será igualmente apropriada”.

Bhat (1999), da mesma forma, diz que a categoria de modo está relacionada à atualização do evento. Para o autor, há três parâmetros diferentes, usados pelas línguas para se estabelecerem as distinções modais. São eles: (i) juízo: o falante pode considerar o evento real ou irreal, imaginário ou hipotético, certo ou incerto; (ii) evidência: o falante pode usar diversas bases – evidências – para especificar a realidade do evento ou pode presenciar, como também, ter tido notícia, por meio de terceiros, de algum evento; e mesmo haver a possibilidade de o evento ser inferido, deduzido ou derivado pela indução; (iii) necessidade/ obrigação: refere-se aos diferentes graus de compulsoriedade externa ou interna que força o evento a se realizar.

Os dois primeiros parâmetros formam o modo epistêmico⁶, ou seja, o modo baseado no conhecimento; já o terceiro estabelece o modo deôntico⁷, aquele baseado na ação. Sentenças com força de elocução como as interrogativas e imperativas são extensões desses dois modos: as interrogativas são extensões do modo epistêmico e as imperativas, do modo deôntico.

Assim, tanto para Bhat como para Lyons, as sentenças interrogativas e imperativas são modais.

Bhat (1999) considera, ainda, que, dentro da categoria de modo, a principal distinção estabelecida é entre *realis*, que denota o evento que aconteceu ou acontece de fato, e *irrealis*, que

⁶ “Epistemology is concerned with the nature and source of knowledge, epistemic logic deals with the logical structure of statements which assert or imply that a particular proposition, or set of propositions, is known or believed” (LYONS, 1977, p.793).

⁷ “Deontic modality is concerned with the logic of obligation and permission, e.g. the use of the modals in SENTENCES such as *The car must be ready*, i.e. ‘I oblige you to ensure that the car is ready’. It thus contrasts with ALETHIC and EPISTEMIC modality, which would interpret this sentence respectively as ‘It follows that the car is ready’ and ‘It is surely the case that the car is ready’” (CRYSTAL, 1997, p. 109).

denota o evento que está no âmbito do pensamento, do imaginário, podendo referir-se ao futuro ou expressar um desejo, uma vontade ou intenção. *Realis* e *irrealis* expressam a atualidade do evento. A categoria de modo, dessa forma, estaria dividida em atualidade (*realis* vs. *irrealis*), modalidade (capacidade, obrigação, intenção) e evidência.

Para Palmer (2001), até certo ponto na senda de Lyons e Bhat, a modalidade é uma categoria geral que está intimamente associada às categorias de tempo e aspecto e, como tal, é uma categoria da sentença, geralmente marcada dentro do complexo verbal de uma língua. A modalidade é uma referência ao *status* de uma proposição.

Para este autor, tal categoria é, no entanto, dividida em: modo e sistema modal. Ambos podem ocorrer em uma língua: no alemão, por exemplo, há o modo (indicativo e subjuntivo) e o sistema modal, expresso por verbos modais. É mais comum, todavia, que apenas uma distinção ocorra em dada língua: no inglês, o modo subjuntivo desapareceu, tornando-se mais saliente o sistema modal com verbos modais (e.g.: can, could, must, may, might, etc.).

No modo, encontra-se o sistema binário de *realis* e *irrealis*. Segundo Mithun (1999 *apud* PALMER, 2001, p.1): “The *realis* portrays situations as actualized, as having occurred or actually occurring, knowable through direct perception. The *irrealis* portrays situations as purely within the realm of thought, knowable only through imagination”.

Nas línguas indoeuropéias, o *realis* costuma estar ligado ao modo indicativo e o *irrealis*, ao subjuntivo. O *realis* pode também co-ocorrer com os *tempos* passado e presente, e o *irrealis*, com o futuro.

No sistema modal, é possível encontrar verbos modais ou marcadores que evidenciam, por exemplo, se o que está sendo dito faz parte de um conhecimento geral, se é uma experiência individual, se é uma evidência auditiva ou visual, se é algo reportado ou inferenciado. Afirmo o autor, no entanto, que: “it is not always possible to draw a clear distinction between mood and modal system, since, in some languages, the overall system of modality has characteristics of both” (PALMER, 2001, p.7).

Dentro do sistema modal, há diversos subtipos de modalidade: i) epistêmico (julgamento: especulativo, dedutivo e acertivo) e evidencial (evidência: reportado e sensorial); ii) deontico (obrigação e permissão) e modalidade dinâmica (habilidade e volitividade); iii) pressuposição (considerado *irrealis*); iv) negativo e interrogativo (podem ser marcados como *irrealis* em alguma língua, mas não é o caso das línguas indoeuropéias); v) desejos e medos; vi) tempo passado como modal (expressa a não-realidade, tentativa, potencialidade, e.g.: inglês *will* ~ *would*, *can* ~ *could*,

may ~ *might*. A modalidade pode ser marcada por três tipos de marcadores gramaticais: i) sufixos, clíticos e partículas; ii) flexão verbal; iii) verbos modais.

Assim, Lyons (1979) e Bhat (1999) falam da existência de uma categoria de modo, que evidencia a atitude do falante em relação ao *status* factual do que se está dizendo ou da atualização do evento por parte do falante. Os parâmetros de modalidade de Bhat assemelham-se à escala de modalidade de Lyons. A diferença entre esses dois autores é que aquele divide a categoria de modo em: (i) atualidade (*realis* vs. *irrealis*); (ii) modalidade, propriamente dita, na qual seriam incluídas as distinções entre capacidade, obrigação e intenção; e (iii) evidência. Palmer (2001), em contrapartida, não fala da existência de uma categoria de modo, mas de modalidade, uma categoria geral que seria dividida em *modo*, na qual se encontrariam as distinções de *realis* e *irrealis*, e *sistema modal*, dividido, por sua vez, em subtipos: epistêmico e evidencial; deôntico; pressuposição; negativo e interrogativo; desejos e medos, dentre outros.

No kaingang, distinguiu-se a categoria de *modo* e, dentro dela, as subcategorias *realis* (não marcado morfologicamente) e *irrealis* (marcado pelas unidades *ke* (*mũ*) (*nĩ*) (*tũ nĩ*)). No interior da categoria de *modo* pode haver, no entanto, outras subcategorias: uma língua pode marcar gramaticalmente quando um evento é reportado, observado, experienciado ou inferido. Para verificarmos se o kaingang distinguia tais nuances, coletamos os seguintes dados:

Evento reportado: “O menino comeu o pinhão” (demos ao informante as seguintes explicações: eu não vi este fato, mas Maria me contou):

34. gĩr vỹ fąg kó Ø
menino m.s. pinhão comer
“O menino comeu o pinhão”

Evento observado: “O menino comeu o pinhão” (eu vi):

35. gĩr vỹ fąg kó Ø
menino m.s. pinhão comer
“O menino comeu o pinhão”

Evento experienciado: “Eu comi o pinhão com o menino”:

36. gĩr mré inh fąg kó Ø
menino posp. p.1p.sg. pinhão comer
“Eu comi o pinhão com o menino”

- Evento inferido: “O menino comerá o pinhão” (porque está com fome):

37. gĩr vỹ fąg konh ke mũ
menino m.s. pinhão comer m.irr.
“O menino comerá o pinhão”

Aparentemente, os kaingang do Apucarantina não utilizam uma marca na sentença para diferenciar um evento reportado, observado, experienciado ou inferido: nas sentenças acima a única distinção feita é entre *realis*, não-marcado e *irrealis*, marcado. Como as situações apresentadas, embora fossem contextualizadas, são artificiais, estas marcas poderiam não ocorrer. Quanto ao uso de sentenças artificiais, decorreu do fato de, em algumas situações, haver interesse em coletar uma determinada estrutura e os informantes não fornecerem a informação, por não utilizarem aquilo em sua língua. Por exemplo: solicitado a eles que dissessem como se falava “O homem rachou a taquara”, responderam que não falavam assim, não usavam esse tipo de sentença; quando indagados sobre o porquê, eles disseram que homem não rachava taquara, isso era serviço de mulher. Tal fato revela que, mesmo sendo algumas das sentenças artificiais, as sentenças dadas são estruturas da língua em uso.

Outros dados coletados para se investigam outras subcategorias modais:

Evento provável: “Vai chover” (as nuvens no céu estão escuras):

38. ta vỹ kutẽnh ke mũ
chuva m.s. cair m.irr.
“Vai chover”

Evento geral: “O sol nasce no leste”:

39. kã vỹ rã jur jafã tá jur Ø
em m.s. sol nascer nom. lá nascer
“O sol nasce no leste”

Interrogação: “Será que vai chover?” (o céu está nublado):

40. ta mỹ kutẽnh mũ hỹ nỹ
chuva m.s.int. cair cont. provavelmente
“Será que vai chover?”

“O menino comeu o pinhão?” (não sei se isso ocorreu, por isso estou perguntando):

41. gĩr vỹ fãg kó Ø
menino m.s. pinhão comer
“O menino comeu o pinhão?”

“Onde o sol nasce?”:

42. hẽ tá rã vỹ jur tĩ
onde lá sol m.s. nascer hab.
“Onde o sol nasce?”

Novamente, o informante não usou marca alguma para expressar um evento provável; este se apresentou apenas como não realizado (*irrealis*), caso 38, ou evento geral, que informou como *realis*, sem marca alguma, caso 39. Nas sentenças 40, 41 e 42, há, porém, a mudança de entonação, sendo usado, em 40, o marcador de sujeito na pergunta que pede resposta ‘sim’ ou ‘não’ (*mỹ*), como já identificado por Wieseemann (2002), e, em 42, o pronome interrogativo *hẽ* (‘onde’). Em 41, em que poderia haver o marcador *mỹ*, a resposta pensada pelo informante pode ter sido: comeu, não comeu, ao invés de “sim” ou “não”, por isso utilizou o marcador *vỹ*. Ainda com relação às sentenças interrogativas, a 40 pode ser interpretada como *irrealis*, já que há a estrutura *kutẽnh mũ hỹ nỹ* (na qual ocorre a variação verbal em –nh, variação geralmente utilizada no *irrealis* e há as unidades gramaticais *hỹ nỹ* [traduzidas como ‘provavelmente’], que pode ter sido a causa de *mũ* não estar acompanhado de *ke*, pois *ke mũ hỹ nỹ* parece ser uma estrutura redundante). Já as sentenças 41 e 42 podem ser interpretadas como *realis*: em 41, ocorreria o aspecto perfectivo; em 42, o imperfectivo (marcado por *tĩ*).

Outros tipos modais investigados:

Capacidade: “Minha esposa sabe fazer o *ẽmĩ*”:

43. inh prũ fĩ ẽmĩ han há nĩ
p.pos. 1p.sg. esposa m.f. ẽmĩ fazer saber est.
“Minha esposa sabe fazer o *ẽmĩ*”

Desejo: “O menino quer comer *ẽmĩ*”:

44. gĩr vỹ ẽmĩ ko sór mũ
menino m.s. ẽmĩ comer querer cont.
“O menino está querendo comer *ẽmĩ*”

Necessidade: “Os kaingang precisam de mais terras”:

45. kanhgág ag, ga ã ve mãn sór mũ
kaingang m.pl. terra alguém parece pegar querer cont.
“Os kaingang estão precisando de mais terras”

Obrigação: “Os *fóg* devem devolver as terras aos kaingang”:

46. fóg ag kanhgág ag mỹ ag ga tỹ vỹn kenh ke nỹĩ
fóg m.pl. kaingang m.pl. posp. p.3p.pl. terra m.s. devolver m.irr.
“Os *fóg* devem devolver as terras aos kaingang”

Permissão: “Não é permitido nadar no rio” (da hidrelétrica):

47. goj mág ki mromronh ke tũ vẽ
água grande em nadar m.irr. neg. é
“Não é para nadar no rio (da hidrelétrica)”

“Nós podemos caçar cateto para comermos”:

48. ógsã tãnh kÿ ãg ko ti Ø
 cateto matar então p.1p.pl. comer p.3p.sg.
 “Nós podemos caçar cateto para comermos”

Nas sentenças acima, não são observadas unidades gramaticais que distingam tais subcategorias modais: capacidade, desejo, necessidade, obrigação ou permissão. Em 43, a capacidade é expressa pelo sentido das unidades lexicais *han há* (‘saber fazer’); em 44 e 45, o desejo e a necessidade são expressos pelo sentido da unidade lexical *sór* (‘querer’); em 48 a permissão não é evidenciada, podemos observar mais uma finalidade: “o cateto é morto para então comermos ele”. Todas essas sentenças podem ser interpretadas como *realis*; já as sentenças 46 e 47, como *irrealis*, visto que os verbos variam: *vÿn ke* ~ *vÿn kenh* (‘devolver’) e *mromro* ~ *mromronh* (‘nadar’), havendo os marcadores de *irrealis* - *ke* (*nÿtĩ*).

Para a investigação do modo imperativo, usamos as seguintes estruturas:

Imperativo: “Fale devagar” (pedido)

49. kuměr hã vĩ
 devagar falar
 “Fale devagar”

“Vá para casa, já é noite” (conselho)

50. in ra tĩg, kuty ti nÿ ha
 casa posp. ir noite p.3p.sg. deitar agora
 “Vá para casa, já é noite”

“Devolva-me o livro” (ordem)

51. inh livro tÿ vÿn ké
 p.1p.sg. livro m.s. devolver
 “Devolva meu livro”

“Não mexa em minhas coisas” (ordem)

52. isÿ nén ã vóg tũg ra
 p.1p.sg.s. coisa alguém mexer neg. m.imp.
 “Não mexa em minhas coisas”

Em nenhuma das sentenças mencionadas, a segunda pessoa, para quem é dirigida a ordem/pedido, é expressa, mas subentendida. Em nenhuma delas, também, há qualquer marcador de aspecto. Em 49, 50 e 51 não há qualquer marcador de imperativo (o *ra* em 50 é uma posposição); já em 52, há o marcador *ra* (que aqui é marcador de imperativo) no final da sentença, denotando uma

ordem. Notamos que de 49 a 51 o modo imperativo está como um pedido, diferentemente da sentença 52, em que o imperativo é uma ordem de fato. Logo, podemos dizer que, nessa variedade do Kaingang, há o modo, que este é expresso pela ordem OV e é marcado com *ra*, ou outro marcador, quando há uma ordem de fato, e não um pedido. Outros dados do *corpus* confirmam isso:

53. inh mĩ⁸ goj mã
p.1p.sg. posp. água pegar
“Pegue água para mim”

54. gār tu rĩ
milho carregar m.imp.
“Carregue milho”

Em 53 há objeto indireto (acompanhado da posposição *mĩ*), objeto direto e verbo: a sentença imperativa é um pedido. Em 54, há o objeto direto, o verbo e o marcador de imperativo *ri*: a sentença imperativa é uma ordem. Segundo Wiesemann (1980), o marcador *ri* indica ‘faça isso agora’; em Wiesemann (2002) o marcador *ra*, chamado pelo autor de indicador de aspecto, significa ‘faça agora!’. Suspeitamos, porém, de que esses marcadores de modalidade, (não de aspecto, como diz Wiesemann) possuam alguma diferença de significação, mas como nos faltam mais dados, isso ainda não pode ser confirmado.

Dessa maneira, distinguimos três subcategorias na categoria de modo: *realis*, *irrealis* e *imperativo* (o interrogativo é feito mais frequentemente pela mudança de entonação, não por uma marca de interrogativo). A subcategoria *realis* está ligada à categoria de aspecto, mais especificamente às subcategorias aspectuais *perfectivo* e *imperfectivo*, no entanto a subcategoria *irrealis*, embora podendo ser expressa por *ke mĩ*, *ke nĩ*, *ke nĩtĩ* (estas duas últimas combinações sendo mais raras) ou *(ke) tũ nĩ*, isto é, por combinações que possuem tanto marcadores modais (‘ke’ e ‘tũ’) quanto aspectuais (‘mĩ’, ‘nĩ’, ‘nĩtĩ’), não podemos relacionar o *irrealis* às subcategorias aspectuais *perfectivo* ou *imperfectivo*, pois estas expressam um tipo de evento que teve seu início, podendo ter sido completado ou não. Ora, se um evento teve pelo menos seu início, não podemos tratá-lo como *irrealis*, ou seja, como algo que não aconteceu ainda: se teve início deve ser tratado como *realis*. Já a subcategoria modal *imperativo* não está relacionada à categoria aspectual de maneira alguma. Nas subcategorias *realis* e *irrealis*, o sujeito é evidenciado (sendo SOV ou OVS os elementos da oração), na subcategoria *imperativo*, não é (sendo OV os elementos da oração).

⁸ Notem que tanto *mĩ* quanto *ra* são usados para marcar modo: o primeiro marca um tipo de frase interrogativa e o segundo, um tipo de frase imperativa; e ambos são usados como posposição: *mĩ* indica benefactivo e *ra* é uma direcional.

II: Sistematização de modo e sua relação com as principais distinções aspectuais da língua kaingang

Modo	Realis	Irrealis	Imperativo
Relação com as subcategorias perfectivo e imperfectivo	sim	não	não
Elementos da oração	SOV/ OVS	SOV/ OVS	OV

5. Considerações finais

Como visto, apenas as categorias de aspecto e modo foram distinguidas na língua kaingang, pois são gramaticalmente marcadas, sendo a categoria de tempo interpretada como uma categoria modal.

São muitos os marcadores de aspecto, porém, neste trabalho, apenas os mais frequentes foram analisados: *mũ*, *tĩ*, *nĩ*. Como discutido, o marcador *mũ* também ajuda a marcar o modo *irrealis*, havendo apenas dois casos em que *mũ* é substituído por *nĩ* e *nỹtĩ*. Por faltarem dados, a diferença entre *ke mũ*, *ke nỹtĩ*, *ke nĩ* não foi discutida.

Por enquanto, pode-se dizer que as distinções aspectuais ocorrem, particularmente, na subcategoria modal *realis* e que, no interior da subcategoria aspectual *imperfectivo*, ocorrem as diferenças entre os marcadores de aspecto. Como pode ser visualizado no quadro abaixo:

III. Sistematização de modo e aspecto do kaingang

MODO	Realis				Irrealis	Imperativo	
						pedido	ordem
ASPECTO	Perfectivo	Imperfectivo					
		continuativo/ incoativo	habitual	estativo			
MARCADORES	Ø	mũ	tĩ	nĩ	ke (mũ) (nĩ) (tũ nĩ)	Ø	ra, rỹ

Tabela de abreviações

Ø	marcação zero/nula
1p.	1ª pessoa
2p.	2ª pessoa
3p.	3ª pessoa

cont.	continuativo
est.	estativo
f.	feminino
hab.	habitual
imp.	imperativo
int.	interrogativo
irr.	irrealis
m.	marcador
neg.	negação
nom.	nominalizador
p.	pronomes
pl.	plural
pos.	possessivo
posp.	posposição
s.	sujeito
sg.	singular

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, L. **A marcação de (tempo), modo e aspecto na língua kaingang**: uma proposta de análise. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- BHAT, D.N.S. **Prominence of Tense, Aspect and Mood**. v.49. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1999.
- CASTILHO, A. T. Estruturalismo, história e aspecto verbal. **Alfa**, Marília, n.4, p.139-166, set.1963.
- _____. Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa. **Alfa**, Marília, n.12, p.7-135, set.1967.
- CHUNG, S.; TIMBERLAKE, A. Tense, aspect and mood. In: Shopen, Timothy. **Language typology and syntactic description**. v.3. London: Cambridge University Press, 1985. p.202-257.
- COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: CUP, 1976.
- _____. Towards a general theory of tense. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n.6, p.164-168, 1984.
- _____. **Tense**. Cambridge: CUP, 1985.
- _____. **Language universals and linguistics typology**. 2. ed. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- CRYSTAL, D. **A Dictionary of Linguistics and Phonetics**. 4. ed. Oxford: Blackwell Publishers, 1997.
- GONÇALVES, S. A. **Aspecto no kaingang**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- LYONS, J. **Semantics**. v.2. Cambridge: CUP, 1977.
- _____. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Nacional: EDUSP, 1979.
- PALMER, F.R. **Mood and modality**. 2 ed. Cambridge: CUP, 2001.
- SANTOS, L. C.; PONTES, I. (orgs.). **Línguas Jê – Estudos Vários**. Londrina: EDUEL, 2002.
- WIESEMANN, U. **Dicionário kaingang**. Brasília: SIL, 1971.
- _____. **Die phonologische und grammatische Struktur der kaingáng Sprache**. Paris: Mouton, 1972.
- _____. Time distinctions in kaingáng. **Zeitschrift Für Ethnologie**, vol. 99, n. 1-2, Braunschweig, p.120-130, 1974.
- _____. Events and non-events in kaingang discourse. In: **Wege zur Universalienforschung**. Bretschneider, G.; C. Lehmann (eds). Tübingen: Gunter Narr Verlag, p.419-433, 1980.
- _____. Aspect and mood as a nine-cell matrix. In: **Language in global perspective**: Paper of the Summer Institute of Linguistics, 1935-1985. Benjamin F. Elson (ed.). Dallas: SIL, p. 471-506, 1986.
- _____. **Kaingang-Português: dicionário bilíngüe**. Curitiba: Evangélica Esperança, 2002.

O ACENTO RÍTMICO NA LÍNGUA TAUREPANG (FAMÍLIA KARÍB)

Katia Nepomuceno Pessoa¹

Resumo: O Taurepang é uma língua indígena pertencente à Família Karíb, falada em Roraima. Estudos sobre a prosódia são necessários para se compreender melhor as particularidades desta língua. Buscou-se descrever o acento da língua Taurepang, através da Teoria métrica do Acento (Hayes, 1995). Os dados foram coletados na aldeia Boca da Mata (Roraima), e as análises acústicas feitas pelo programa CECIL. A análise revelou a existência do padrão rítmico iâmbico, já observado em línguas aparentadas ao Taurepang (Pemon, Macuxi) e em algumas outras línguas da família Karíb. Perceberam-se também curiosidades em relação ao comportamento do acento em palavras dissilábicas.

Palavras-chave: fonologia, acento, línguas indígenas.

Abstract: Taurepang is an indigenous language from Carib Family spoken in Roraima. More research on prosody is required in order to widen the comprehension of some aspects of this language. The aim of this study was to describe the stress of Taurepang language making usage of the Metrical Stress Theory (Hayes, 1995). Data were collected at Boca da Mata village, in Roraima and the acoustic analysis of data was made by CECIL computer program tools. The analysis revealed the existence of iambic rhythmic pattern, already observed in other related languages of Carib Family (Pemon, Macuxi) among others. Some curiosities related to the behavior of stress in dissyllabic words were also observed.

Palavras-chave: phonology, stress, indigenous languages.

0. Introdução

O Taurepang é uma língua da família Caribe, falada por cerca de 500 nativos indígenas, no extremo norte do Brasil, no estado de Roraima. Apesar de haver uma literatura recente acerca da prosódia de línguas da família Caribe, são escassos os estudos deste tipo sobre o Taurepang de forma que mais estudos nesta área têm se mostrado necessários para que se possa compreender melhor as particularidades desta língua. Este estudo tem como objetivo apresentar uma descrição do acento da língua Taurepang².

Um primeiro contato com a língua Taurepang revela uma regularidade de tom, alternando constantemente entre sons fracos e fortes, o que resulta numa melodia suave para os nossos ouvidos. A análise do padrão acentual segundo pressupostos da Fonologia Moderna, mais especificamente da Teoria métrica do Acento (Hayes, 1995), aponta para a ocorrência do padrão iâmbico. Nesse padrão,

¹ Instituto de Estudos da Linguagem – UNICAMP knpessoa@hotmail.com

² Os dados foram coletados na aldeia Boca da Mata (Roraima) em Abril de 2005.

deve-se iniciar a contar a sílaba forte da esquerda para direita, onde a segunda sílaba será acentuada. O papel de sílabas pesadas e o comportamento do acento segundo o número de sílabas mostraram-se relevantes na descrição e compreensão deste padrão em Taurepang.

A análise acústica dos dados coletados foi feita a partir da utilização do programa CECIL. Parte da análise se baseia em exemplos do léxico, em itens não estruturados, ou seja, sem morfologia interna (afixação). Em seguida foi feita a verificação do acento lexical em palavras com morfologia e palavra fonológica, a fim de demonstrar que o comportamento do acento lexical se repete em nível de palavra fonológica e de frase fonológica.

A análise do acento em Taurepang revela, ainda, a existência do padrão rítmico já observado em línguas que apresentam maior grau de parentesco, como o Pemon, o Ingarikó e o Macuxi, além de outras línguas da família Karíb.

1. Considerações gerais sobre a teoria Métrica do Acento

A teoria métrica do acento considera que o acento e os traços regulares apresentam características fonético-fonológicas diferentes. Enquanto os traços apresentam aspectos articulatórios e acústicos verificáveis, o acento e a estrutura rítmica são um fenômeno relacionado ao tempo e não podem ser simplesmente observados a partir dos princípios articulatórios. O acento é concebido como uma estrutura rítmica hierarquicamente organizada (Hayes, 1995).

Hayes assim resume as quatro propriedades do acento: a primeira diz respeito à noção de culminância, na qual cada palavra ou frase apresenta uma única sílaba mais forte, que carrega o acento principal. A segunda propriedade se refere à distribuição rítmica. Na terceira, a hierarquia do acento, o autor mostra que a maioria das línguas acentuais apresenta acento em vários níveis de força (acentos primário, secundário, terciário e assim por diante). A quarta e última propriedade se refere à assimilação, na qual Hayes afirma a tendência universal de uma sílaba acentuada não causar acento por assimilação nas sílabas anteriores e seguintes, sendo esta mais uma característica que o distingue dos traços fonológicos. O estudioso define o acento como uma manifestação lingüística da estrutura rítmica, e as propriedades fonológicas especiais do acento podem ser explicadas na sua base.

Ao estudar a estrutura rítmica da palavra, Hayes leva em conta a existência de constituintes menores na estrutura métrica, os ‘pés’, que são, além de unidades prosódicas maiores do que a sílaba, também noção fundamental para percepção do padrão rítmico de uma língua.

O acento pode ser caracterizado, segundo Hayes, por três padrões: um ritmo trocáico, por um ritmo moráico trocáico e pelo iâmbico. Os tipos de pés apresentados podem ser ilustrados como segue, onde:

(– = sílaba pesada; ˇ = sílaba leve; σ = qualquer sílaba; um ponto “.” representa a sílaba fraca em um pé e um “x” a sílaba forte):

Trocáico: (x .)	Iâmbico: (. x) ou (x)	Moráico Trocáico: (x .) ou (x)
σ σ	ˇ σ –	ˇ ˇ –

O peso silábico, por sua vez, é representado através da quantidade de moras (camada prosódica na qual as sílabas são ligadas por um pé, como constituinte prosódico, de forma que uma sílaba leve tem uma mora e uma sílaba pesada, duas moras ou mais). O “pé”, portanto, é um constituinte prosódico formado por pelo menos uma sílaba que apresente proeminência.

De acordo com a teoria paramétrica de Hayes (*ibid.*), os passos essenciais para identificação do padrão rítmico de uma língua são: levar em conta a direção que a alternância do acento é contada, da direita para esquerda ou da esquerda para a direita; a existência de extrametricidade (sílabas que não participam da estrutura métrica); a possibilidade de se formar pés degenerados (um pé formado por uma sílaba leve que apresenta proeminência).

Hayes fala ainda da Lei Iâmbico/Trocáica, onde: a) elementos que se contrastam em intensidade naturalmente formam grupos com proeminência inicial e b) elementos contrastando em duração naturalmente formam grupos com proeminência final. Este segundo caso é que define o padrão rítmico do Taurepang e de outras línguas Caribe, com maior grau de parentesco (como o Macuxi, o Pemon, o Ingarikó) ou menos aparentadas (como o Hixkariana e o Tiriyó).

2. Tabela de palavras agrupadas por número de sílaba

Os exemplos são apresentados de acordo com o número de sílabas, pois tal disposição permite verificar o comportamento do padrão em palavras que apresentam um número par de sílabas, em que a segunda e quarta sílabas receberão acento; e em palavras ímpares, em que sobrar alguma sílaba que se encontra na extremidade da direita. Desta maneira é possível também identificar o *status* da última sílaba como sendo elementos extramétricos, que não fazem parte da estrutura métrica, ou como sendo pés degenerados, por exemplo.

Tabela 1: Distribuição do acento em Taurepang

Três sílabas		Quatro sílabas	
. x x		. x . x	
wa. raa. ra	‘arara’	ta.pi.yu.ka	‘caba’
. x x		. x . x	
su.paa. ri	‘arraia’	a. ra.mu.ka	‘camaleão’
. x x		. x . x	
pa.kee. ra	‘caititu’	ka. ri?mə tə?	‘carrapato’
. x x		. x x x	
ra.kaa. re	‘jacaré’	po. roo.toy.ko	‘coruja’
Cinco sílabas		Seis sílabas	
. x . x x		. x . x x x	
a. ri.ma.raa.ka	‘cachorro’	i . na. a . wee. ne?. ma	‘Sim, está pesado para mim’
sete sílabas		nove sílabas	
. x . x . x x		. x . x . x x . x	
yu. rə. i.ci. ta.pəy. taw	‘Eu estou em casa’	a. ri.ma. raa.ka. ra.ye?.ka.pə	‘O cachorro me mordeu’

2.1. A última sílaba

Enquanto em línguas como o Tiriyo (Meira, 1998), a última sílaba é considerada extramétrica, não apresentando proeminência, em Macuxi (Abbott, 1993), Ingarikó (Cruz, 2005) e Pemon (Alvarez, 1997) atesta-se a última sílaba com proeminência, a qual, quando monomoráica, forma um pé degenerado.

Em Macuxi, por exemplo, não ocorre sílaba alongada fonológica na última posição. Mesmo assim, percebe-se um alongamento fonético na última sílaba, que leva a crer que o acento da língua tem como posição preferencial de proeminência o lugar da última sílaba, de forma que este alongamento ocorre apenas para atribuir peso à sílaba final.

Em Taurepang a última sílaba é sempre acentuada, proeminência esta ocorrendo independente da posição do padrão iâmbico, o que leva a assumir a seguinte regra geral de acento: a sílaba final sempre apresenta proeminência. Quando pesada, é natural que seja acentuada, uma vez que a língua é sensível ao peso silábico; quando leve, forma um pé degenerado, constituído por uma sílaba que contém uma mora e cujo correlato fonético é o *pitch* alto. Observe-se nos exemplos na tabela 1, acima, o comportamento da última sílaba nas palavras com mais de duas sílabas.

2.2. A sensibilidade ao peso para a atribuição do acento

A constituição da sílaba é fator determinante no peso silábico. Em muitas línguas observa-se a distinção entre sílabas pesadas e leves, que se reflete nas regras de atribuição de acento. Em Taurepang as sílabas pesadas são constituídas por vogais longas ou posição de coda preenchida, como as sílabas travadas pelos segmentos /w, y, ʔ, n/. Dessa forma, em Taurepang, são pesadas aquelas sílabas constituídas pelos seguintes padrões: (C)VV e (C)VC, sílabas que, por apresentarem duas moras, têm a tendência universal de portarem o acento da palavra, como se vê a seguir:

$V = \mu$	$VV = \mu \mu$	$(C)VC = \mu \mu$
-----------	----------------	-------------------

Segundo Hayes (*ibid.*), em geral, as línguas que apresentam padrão iâmbico são sensíveis ao peso silábico. Neste sentido, as sílabas leves na posição iâmbica apresentam alongamento alofônico. Hayes explica que algumas línguas podem usar a duração e o tom em seu sistema fonológico para diferentes propósitos. Duração (alongamento vocálico) é um correlato fonético do acento em línguas sensíveis ao peso. O *pitch* é o correlato fonético para o tom, em línguas tonais e *pitch accent*, e também a base fonética para a entonação em qualquer língua.

Para o autor, as línguas com alongamento fonológico têm demonstrado evitar usar a duração como um correlato para o acento, o que faz sentido, uma vez que, ao fazer isto para marcar o acento, ocultar-se-ia o alongamento fonológico de tais línguas. Ou seja, quando uma língua que apresenta vogais longas fonológicas se utiliza do alongamento vocálico para marcar o acento, a identificação das vogais longas na subyacência se torna mais difícil.

Mesmo assim, este parece ser o caso do Taurepang. Tal fato resulta na ocorrência, em palavras diferentes, ora de vogal longa na posição do acento iâmbico, ora de vogais breves nesta mesma posição, o que costuma causar dificuldades na identificação da forma de base. Esta dificuldade pode ser atestada em outras línguas da família Caribe, como por exemplo, em Pemon. Alvarez (1997), em seu estudo sobre a quantidade vocálica, atesta que uma vogal pode apresentar uma duração bastante variável em Pemon:

(...) un análisis fonético-acústico del pemón que ciertamente revelo diferencias cuantitativas muy importantes en la duración vocálica, con diferencias entre vocales que pueden llegar a ser superiores a 150 ms. Sin embargo, la existencia de tales diferencias de duración no constituye necesariamente una indicación del carácter fonémico de la misma, esto es, no siempre la diferencia fonética de duración se corresponde con una diferencia fonémica de CANTIDAD. (*id.*, *ibid.*:10).

Mesmo que a duração não indique a existência de quantidade fonêmica, mais um argumento aqui utilizado para corroborar com a idéia da existência de vogais longas na subjacência foi considerá-la, juntamente ao correlato fonético de *pitch* alto. Serão tidas como longas subjacentemente, então, aquelas vogais que apresentarem tais características.

Em Tauprepang, a análise acústica dos dados permitiu observar que as vogais fora do padrão iâmbico apresentam, quando breves, duração entre 30 e 80 ms, podendo chegar até os 110 ms. Quando longas, nesta mesma posição, elas podem variar de 110 até 200 ms.

Quando se encontra na posição do acento segundo o padrão, a vogal é invariavelmente longa. Meira (*ibid.*) e Alvarez (*ibid.*) atestam o alongamento da vogal nesta mesma posição no Tiriyó e no Pemón, respectivamente. Os dados deste estudo, por sua vez, parecem confirmar que as vogais, mesmo sendo breves, apresentam maior duração em posição de acento iâmbico, como resultado do alongamento iâmbico. Em Tauprepang, a observação dos correlatos fonéticos de duração e *pitch* também corroboram para confirmar o alongamento iâmbico (alofônico) da vogal, que, nesta posição, apresentou duração variando de 110 até 180 ms em média - o que representa pelo menos o dobro dos valores adotado para a vogal breve em outras posições - e o *pitch* alto.

Por outro lado, ainda na posição de acento iâmbico, as vogais que apresentaram duração consistentemente superior a 180 ms, chegando a até 270 ms ou mais, foram consideradas longas subjacentemente.

a. ra.mu.	camaleão'	0. 112. 52. 94.
wa. raa. ra	arara'	3. 189.87
su.paa. ri	arraia'	56. 205. 72
i.waa. ra.ka	macaco'	8. 257.72.114

A duração de vogais em sílabas travadas apresentou a média semelhante a das vogais de sílabas breves fora do *locus* do padrão, ou seja, de 30 a 110 ms. Apesar de esta decisão mostrar-se extremamente teórica, a sistematicidade das ocorrências parece fortalecer a decisão tomada.

2.3. Casos de proeminência na primeira sílaba

São mais restritos os casos em que a vogal longa ocorre na posição da primeira sílaba da palavra. Em alguns casos, a existência de vogais longas nessa posição é explicada pela formação de um segmento duplo, resultante do encontro de dois segmentos semelhantes ou por processos em que certas vogais iniciais são elididas após alongamento iâmbico.

a. ri.ku.tun [rii.ku.tun] ‘preto’

Em outros casos, a vogal longa na primeira sílaba não decorre de qualquer processo. Nesses casos, acredita-se ser o caso realmente de vogais longas iniciais, que atraem o acento devido ao seu peso, segundo o esquema do padrão iâmbico (x), apresentado anteriormente.

Sílabas travadas também podem ocorrer em qualquer posição da palavra. Caso represente a primeira sílaba, constituirá um pé, apresentando proeminência inicial. Quando isto ocorre, o padrão métrico deve ser reiniciado a partir da sílaba seguinte, considerando-se a seqüência do tipo (. x) do padrão iâmbico. Meira (*ibid.*) já atesta em Tiriyó tal comportamento.

(x) (. x) (x)	(x) (. x)
kay.wa. ra.kun ‘cana’	tu? .tu. may ‘caba’

2.4. Atribuição de acento em palavras dissilábicas

Em Taurepang, as palavras dissilábicas podem ser constituídas pelas seguintes seqüências:

a) (--)	x x
	(-) (-)
	koy. me? ‘caracol’
	see. tə? ‘aqui’

b) (– ˘)	x	x
	(–)	(˘)
Glide	way. Ra	‘anta’
Glotal	woʔ. ra	‘jacutinga’
Nasal	sin. tə	‘ali’
Vogal Longa	kaa.wi	‘cachaça’
c) (˘ –)	x	x
	(˘)	(–)
Glide	ə. kəy	‘cobra’
Glotal	mo. toʔ	‘minhoca, verme’
Nasal	ku. Run	‘urubu’
d) (˘ ˘)	x	x
	(˘)	(˘)
	mu. Na	‘cupin’
	ta.	‘cuspe’

- Quanto à sílaba final:
 - a) nas seqüências a e c, a proeminência ocorre devido ao peso silábico;
 - b) nas seqüências b e d, a proeminência se deve à regra de acentuação obrigatória na última sílaba. Nestes casos, tais sílabas formam pés degenerados.
- Quanto à sílaba inicial:
 - a) nas seqüências a e b, a proeminência se dá devido ao peso da sílaba, que por ser longa subjacentemente ou travada, atrai para si a proeminência métrica;
 - b) nos casos de c e d, apresenta proeminência, mesmo sendo sílaba leve, o que é atestado principalmente pelo *pitch* alto e pelo alongamento alofônico.

O exposto demonstra o comportamento regular do acento segundo o padrão iâmbico e devido à sensibilidade da língua ao peso. Todavia, um outro comportamento é revelado no que se refere às palavras dissilábicas que apresentam proeminência na sílaba leve inicial (como é o caso de c e d).

Em Taurepang, caso a primeira sílaba de palavras dissilábicas apresentasse um *pitch* baixo, mantendo a proeminência da segunda sílaba apenas, a seqüência de sílabas constituiria um pé canônico iâmbico, sendo a primeira leve e a segunda acentuada, como na representação (. x).

Contudo, a primeira sílaba apresenta sempre um *pitch* alto, onde se verifica também, casos de alongamento alofônico. A fim de encontrar uma explicação plausível para este comportamento, decidiu-se comparar os correlatos de *pitch* e duração de palavras não dissilábicas com dissilábicas, para ver se o comportamento era o mesmo. O alongamento vocálico na sílaba inicial e o alongamento da consoante em qualquer posição da palavra ocorreram como segue:

- 1) em palavras não dissilábicas, a sílaba inicial, quando breve, apresentou duração entre 30 e 80ms, podendo chegar a 110ms; quando longa, entre 110 e 200. Em palavras dissilábicas o mesmo comportamento foi observado;
- 2) em palavras não dissilábicas, a penúltima sílaba, quando leve, apresenta um *pitch* baixo e duração entre 30 a 80 ms. Nesta posição, tal sílaba parece se apoiar na proeminência da última sílaba (sempre acentuada), favorecendo a formação de um pé canônico (. x), como se vê no exemplo a seguir:

(. x) (. x) (x)
a.ri. ma. raa. ka

(. x) (. x) (. x)
a. ri. ma. raa. ka. ra

Por outro lado, um comportamento especial quanto às sílabas iniciais de palavras dissilábicas foi percebido. Em palavras dissilábicas, a primeira sílaba, comparadamente à penúltima sílaba de palavras não dissilábicas, além do apresentar *pitch* alto, tem duração muito maior, variando entre 110 e 180 ms ou mais.

Outro aspecto comparado se refere ao alongamento alofônico da consoante. Em palavras dissilábicas, encontraram-se variações de duração de consoantes bem impressionantes. Esta variação parece estar relacionada à consoante que segue, ou seja, que constitui *onset* da última sílaba. Caso a consoante seja [+ soante], como /m,n,r,w,y/, percebe-se o alongamento da vogal da primeira sílaba da palavra.

Caso esta consoante seja [- soante], como /s,k,t,p/, percebe-se o alongamento da consoante. Os exemplos observados revelaram duração entre 110 até 170 ms para tais consoantes, podendo ultrapassar esse valor. Esse fato levou a crer na possibilidade de haver geminação fonética,

o que poderia ser motivado para atribuir peso à primeira sílaba, sendo a consoante geminada ambissilábica.

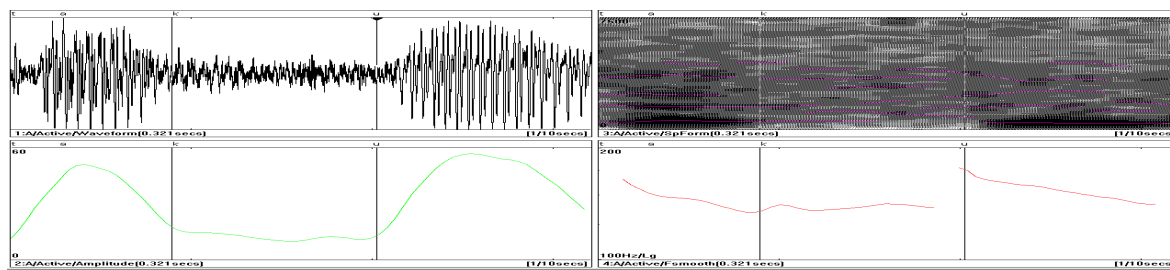


Figura 1: Duração e *pitch* da palavra /ta.ku/

ta.ku a = 62 ms / k = 113 ms / u = 105 ms

A fim de confirmar a existência ou não de consoantes geminadas, buscou-se verificar a duração das mesmas consoantes em outros contextos, como precedidas por sílabas pesadas fonologicamente ou que faziam parte do acento padrão, onde não haveria aparente motivação para que se atribuisse uma carga maior à sílaba anterior, uma vez que estas já apresentavam proeminência. Como tal alongamento se confirmou nestas outras situações, a hipótese de uma consoante geminada ambissilábica foi descartada.

see.te? ee = 164 / t = 123 / e = 65 ms

i.waa.ra.ka i = 58 / aa = 267 / a = 72 / k = 164 / a = 114

Até então, o que se verifica para o Taurepang é a característica do *pitch* alto se manter na primeira sílaba, mesmo que esta seja leve. Comportamento semelhante da primeira sílaba já fora atestado em outras línguas da família Caribe, como no Hixkaryana (Hayes, *ibid.*) e Tiriyo (Meira, *ibid.*). Nestas línguas, a última sílaba é extramétrica e não se permite formação de pé degenerado. Para Hayes (*ibid.*), palavras dissilábicas compostas por sílabas leves, logo sem carga suficiente para receber acento, tendem a receber proeminência na primeira sílaba para cumprir o princípio de *culminatividade*. Em Tiriyo (Meira, *ibid.*), palavras dissilábicas compostas por duas sílabas leves apresentam *pitch* alto na primeira sílaba e baixo na segunda. Para não considerar a existência de um pé degenerado, o que teoricamente seria problemático, o autor resolveu considerar o comportamento

da sílaba “sem pé” como evidência de que elas estão fora da estrutura métrica, tendo-a como resultante de regras que não pertencem à Regra do Acento Rítmico.

Em Macuxi (Abbott, *ibid.*), atesta-se o alongamento alofônico nas sílabas finais em palavras dissilábicas e a existência de pés degenerados. Alvarez (*ibid.*), apesar de mostrar que em Pemon são permitidos pés degenerados e que a última sílaba apresenta proeminência, não menciona o comportamento do acento em palavras dissilábicas.

Em Taurepang, a primeira e a última sílaba sempre apresentam proeminência e ainda se permitem pés degenerados, como pode ser visto nos exemplos acima.

Uma primeira possibilidade para explicar a proeminência da sílaba inicial leve em dissilábicas seria atribuir a esta primeira sílaba a característica de extrametricidade, pela sua posição. Entretanto isto não é possível, visto que ela apresenta proeminência e também porque, teoricamente, não parece coerente uma língua que permite pés degenerados permita também a existência de pé extramétrico. A única opção restante seria então atribuir as características da sílaba restante às de um outro pé degenerado, já que é um pé formado por uma sílaba leve que apresenta proeminência. Teoricamente, todavia, isto parece pouco provável, uma vez que a última sílaba já constitui um pé degenerado, além de aquela sílaba se encontrar na posição inicial da palavra, o que estaria contrariando a restrição teórica de não se poder considerar qualquer sílaba proeminente como pé degenerado em qualquer posição da palavra, mas apenas quando isso ocorrer na sílaba final. Uma dúvida, por fim, permanece: o que estimula a atribuição de proeminência à primeira sílaba leve? Esta questão talvez possa vir a ser elucidada com o estudo minucioso de línguas que apresentem comportamento semelhante.

2.5. O acento em Taurepang

O padrão rítmico do tipo iâmbico parece ser determinante em várias línguas Caribe. Em Taurepang não é diferente. As mudanças observadas comparativamente a outros sistemas lingüísticos (como o Tiriyó, Hixkaryana, Macuxi, Ingarikó e Pemon) referem-se ao papel da última sílaba dentro da palavra, por vezes considerado extramétrico e, outras vezes, como pé degenerado. Outra característica se refere à sensibilidade ao peso.

Resumindo, o acento em Taurepang, seguindo-se os parâmetros de observação propostos por Hayes (*ibid.*) apresenta as seguintes características:

- direção: da esquerda para a direita

- padrão rítmico: iâmbico
- sensibilidade ao peso silábico
- ocorrência de pés degenerados
- proibição de extrametricidade.

3. Considerações finais

Pode-se ter por hipótese que, em Taurepang atua, na determinação do acento, na realidade, mais de um sistema ao mesmo tempo: o padrão iâmbico e também, com igual importância, o acento da sílaba final, que parece funcionar de maneira autônoma, sendo aplicado independentemente do padrão iâmbico ou do peso silábico.

Pode-se concluir, então, até onde os dados permitem, que, de maneira geral, o padrão iâmbico atua sobre as palavras em Taurepang, tornando previsível a posição das sílabas acentuadas tanto em nível lexical como frasal.

Referências Bibliográficas

ABBOTT, Miriam. Gramática da Língua Macuxi. Missão Evangélica da Amazônia 1986. In: **Handbook of Amazonian Languages**. Berlin: Mouton de Gruyter, v. 3, 1993.

ÁLVAREZ, José. **Un estudio preliminar de la duración y la cantidad vocálicas en el Pemón Tarepán (Karíb)**. *Lingua Americana*, v. 1, p. 1-28, 1997.

CARSON, Neusa. **Phonology and morphosyntax of Macuxi (Carib)**. Ph.D dissertation, University of Kansas, 1981.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **A fonologia Taurepang: a língua da família Karib falada em Roraima**. 1995. 98 p. (Dissertação de Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, 1995.

CRUZ, Maria Odileiz Sousa. **Fonologia e gramática Ingarikó Ka?pon**. 2005. 464 p. (Tese de Doutorado) - Vrije Universiteit Amsterdam, Amsterdam, 2005

EDWARDS, Walter, F. **Preliminary sketch of Arekuna (Carib) phonology**. *Internacional Journal of American Linguistics*, v. 44, n. 3, p.223-227, 1978.

GILDEA, Spike. **On reconstructing grammar: comparative Cariban morphosyntax**. New York: Oxford University Press, v. 18, 1998.

HAYES, Bruce. **Metrical stress theory: principles and case studies**. Chicago: The University of Chicago, 1995.

MEIRA, Sergio. **Rhythmic stress in Tiriyo (Cariban)**. International Journal of American Linguistics. v. 64, n. 4, p. 352-378, 1998.

PESSOA, Katia. **Fonologia Taurepang e comparação preliminar da fonologia de línguas do grupo Pemóng (Família Caribe)**. 2006. 125 p. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

RODRIGUES, Aryon D. **Línguas Brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Loyola, 1986.

SEKI, L. **A Lingüística Indígena no Brasil**. DELTA, v.15, nº esp. p. 257-290, 1999. (eds. Berlin: Mouton).

MORFEMAS TAM E A INTERFACE SINTÁTICO/DISCURSIVA EM LÍNGUAS AFRICANAS – UMA PROPRIEDADE ATESTADA TAMBÉM EM LÍNGUAS INDÍGENAS?

Márcia Santos Duarte de Oliveira¹²

Resumo: Este trabalho objetiva mostrar que um dos traços já ditos areais em línguas africanas é a ligação de categorias não-referenciais como tempo, aspecto e modo – morfemas TAM – a fenômenos discursivos. A literatura atesta que inúmeras línguas africanas apresentam alomorfia TAM relacionada à ‘subjectividade’ (ou à situação enunciativa). O trabalho tem como enfoque os marcadores de tempo em ibíbio apontando para trabalho prévio que propõe a existência dessa interface sintático/ discursiva em línguas indígenas.

Palavras-Chave: Morfemas TAM; tempo verbal gramaticalmente controlado; tempo verbal pragmaticamente controlado; interface sintaxe/discurso; línguas africanas/ indígenas.

Abstract: The main objective of this paper is to show that tense, aspect and mood morphemes – TAM morphemes – in African languages present allomorphs related to the ‘subjectivity’ (or to the “situation of utterance”). In another words, the speaker – or the “subject of the enunciation” – is the source of ‘modal’ specifications, marked on the verbal morphology in these language. In this work the focus is on tense markers in Ibíbio and the importance of to look at this syntax/discourse interface in Indigenous languages.

Keywords: TAM morphemes; tense grammatically controlled; tense pragmatically controlled; syntax/discourse interface; African/ Indigenous languages.

1. Introdução

Neste trabalho, enfoca-se morfemas de tempo, aspecto e modo – morfemas TAM – em línguas africanas e sua interface sintático/discursiva; apresenta-se, como exemplo, dados da categoria tempo em ibíbio revisitados. Aponta-se também dados sobre o tapirapé, uma língua indígena brasileira. O objetivo é corroborar a análise de Oliveira (2006) de que um alomorfe de modo em tapirapé seja a expressão da morfologia verbal dessa língua interagindo com categorias discursivas.

¹ Márcia Oliveira agradece ao Prof. Dr. Okon Essien (University of Uyo, Nigéria) por seus importantes comentários acerca do ‘tempo’ em ibíbio durante sua estada na Universidade de São Paulo em maio de 2008 como Professor Visitante. Agradece ainda à Profa. Dra. Stéphane Robert pelos comentários acerca da análise apontada neste ‘paper’ durante missão de trabalho CAPES/ COFECUB na França. Desnecessário dizer, no entanto, que os possíveis equívocos aqui apresentados são de inteira responsabilidade da autora.

² Este ‘paper’ resulta de pesquisa apoiada pelas agências de fomento CAPES/ COFECUB (Proc. N° 511/05) e FAPESP (Proc. 2006/ 60791-8) em diferentes momentos. Parte das considerações aqui expostas são resultado de conferência apresentada no Laboratório “Langage, Langues et Cultures d’Afrique Noire” (LLACAN) do “Centre National de la Recherche Scientifique” (CNRS), Paris, em 28 de junho de 2007. Essa conferência ocorreu durante ‘missão de trabalho’ da autora relacionada ao Projeto: “A participação das línguas africanas na constituição do português brasileiro” – CAPES/ COFECUB (511/05). Os dados do ‘paper’ foram coletados em trabalho de campo na Nigéria em 2006, financiado pela FAPESP.

a. A Língua Ibíbio

Segundo Williamson & Blench (2000), ibíbio é classificada como uma língua “Lower-Cross”, da subfamília “Cross River”, sub-ramo “East Benue-Congo”, pertencente ao ramo “Proto Benue-Congo” do grande tronco linguístico “Niger-Congo”, que abrange mais de mil línguas africanas.

A língua ibíbio é falada pelo povo ibíbio, que vive no estado de Akwa Ibom, região sudeste da Nigéria, oeste da África como se vê no mapa abaixo – Benjamim Santos (2006: 24):



Nossa ênfase, neste ‘paper’, será a relação entre o tempo verbal e a “situação enunciativa” em ibíbio. De acordo com Robert (1994: 209, traduzido):

“[...] A então chamada “situação enunciativa” é definida por duas variáveis: (1) o falante ou o “sujeito da enunciação”, que reforça a enunciação e que é, portanto, a fonte de especificações modais; (2) o tempo da enunciação que é a origem das especificações temporais e espaciais. [...]”

A categoria tempo é parte dos ‘níveis de manifestação do sujeito na gramática’ e está incluída no amplo conceito de enunciação, sendo “[...] formas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’ [...]”³. Ainda segundo Benveniste (1995: 286): “[...] A linguagem só é possível porque cada locutor se apresenta como ‘sujeito’, remetendo a ele mesmo como ‘eu’ no seu discurso.[...]”.

Este trabalho está dividido em 5 seções além desta introdutória. Na seção (2) apresentamos a interface sintático/discursiva em línguas africanas por meio da morfologia verbal; na seção (3), apresentamos o tempo em ibíbio revisitado; na seção (4) o modo e a interface sintático/discursiva são ratificados em tapirapé, uma língua tupí-guaraní. A seção é dedicada às considerações finais.

2. TAM e a Interface Sintaxe/Discurso – Ênfase em Línguas Africanas

Hyman & Watters (1994) – H&W – ampliaram o estudo de algumas categorias analisadas em línguas bantóide de Camarões, incluindo exemplos de línguas da família Benuê-Congo. Esta comparação permitiu verificar que noções como ‘foco’, por exemplo, estendiam-se para além das categorias não referenciais, principalmente tempo, aspecto e modo – TAM (categorias funcionais ligadas ao verbo).

O fenômeno apontado por H&W, intitulado de ‘foco auxiliar’ – FA – tem sido apontado pela literatura como um dos mais interessantes traços das línguas africanas – LAs. Segundo Bearth (1999:133, traduzido):

“[...] Se alguém perguntasse o que é específico e encontra-se disponível na literatura sobre o sistema de foco na África, e que por não ter sido levado em conta encontra-se ainda fora de uma teoria geral sobre foco, o fenômeno apontado por H&W, ainda que sobre o título provisório de ‘foco auxiliar’, seria o primeiro a ser apontado. [...]”

³ Benveniste (1989: 85).

Muitas línguas, de diferentes famílias, têm sido atestadas como marcadoras dessa característica gramatical de interface sintaxe/discursiva: nupe e efik (Benuê-Congo), aghem (Banto Grassfield), lamang e hausa (chádicas), além de muitas línguas cuxitas como rendile e somali – cf. Oliveira (2005: 134, nota de rodapé 171).

Ainda segundo Oliveira (2005: 137):

“É importante dizer que antes da noção de foco auxiliar de H&W ser proposta, outros africanistas contribuíram de forma importante com relação ao estudo desse fenômeno: (1) os fóruns de Cook sobre foco em efik nos anos 70⁴; (2) Givón (1975); (3) Watters (1979); (4) Heine & Reh (1983).

Depois de H&W, muitos outros trabalhos sobre o tema apareceram, como por exemplo: (1) Tuller (1992), utilizando-se dos conceitos teóricos da Gramática Gerativa⁵; (2) S. Robert (1993); Creissels & Robert (1998); Caron (1998; 2000a; 2000b); Segerer (2000; 2002), dentro dos parâmetros teóricos de Culioli (pesquisa de base francesa).

A noção de foco auxiliar de H&W propõe que, em adição às categorias reconhecidas de tempo/ aspecto/ modo, as flexões verbais de muitas línguas africanas expressam ainda distinções relacionadas a foco⁶. Logo, muitos dos diferentes tipos de conjugações descritos na literatura africana como conjugações ‘tipos A/B/C’⁷, ‘tipos I/ II’⁸, ‘tempos relativos’⁹, ‘conjoint/ disjoint tenses’¹⁰, etc., podem ser melhor explicados sob o escopo de [- foco]/ [+ foco] (foco auxiliar).

A propriedade de foco auxiliar é ditada pelo sistema de cada língua: se a língua tem a característica de “marcação de tempo” – como efik¹¹ – [+ foco] marca tempo; se é uma língua de “marcação de aspecto” – como hausa¹² – [+foco] marca aspecto; se é uma língua de “marcação de tempo e aspecto” – como aghem¹³ – [+ foco] é marcado no tempo e no aspecto. O modo também interage com [+foco] em línguas que gramaticalizam esta categoria como é o caso em ibíbio.”

A seguir, apresenta-se morfemas de tempo em ibíbio e sua interface discursiva exemplificando FA nessa língua ‘Cross-River’.

⁴ As idéias apresentadas nesses fóruns foram publicadas postumamente – Cook (2002) – com pequenas modificações editoriais, em honra a Paul Newman, colega de Cook.

⁵ Naturalmente, há muitos outros importantes trabalhos em Gramática Gerativa sobre foco – como por exemplo Rebuschi & Tuller (1999); mas o que quero ressaltar nesta seção são trabalhos que tratam sobre foco na morfologia verbal de línguas africanas.

⁶ Também tópico.

⁷ Cf. Cook (2002).

⁸ Cf. O. Essien (1990a).

⁹ Segundo Caron (2000b:28), “tempos relativos” é um termo da tradição gramatical do inglês para explicar as conjugações verbais hausa de “série II” [+ foco]. O trabalho de Hodge (1982) ratifica a afirmação de Caron (op. cit).

¹⁰ Cf. Hyman (1999).

¹¹ Cf. Cook (2002).

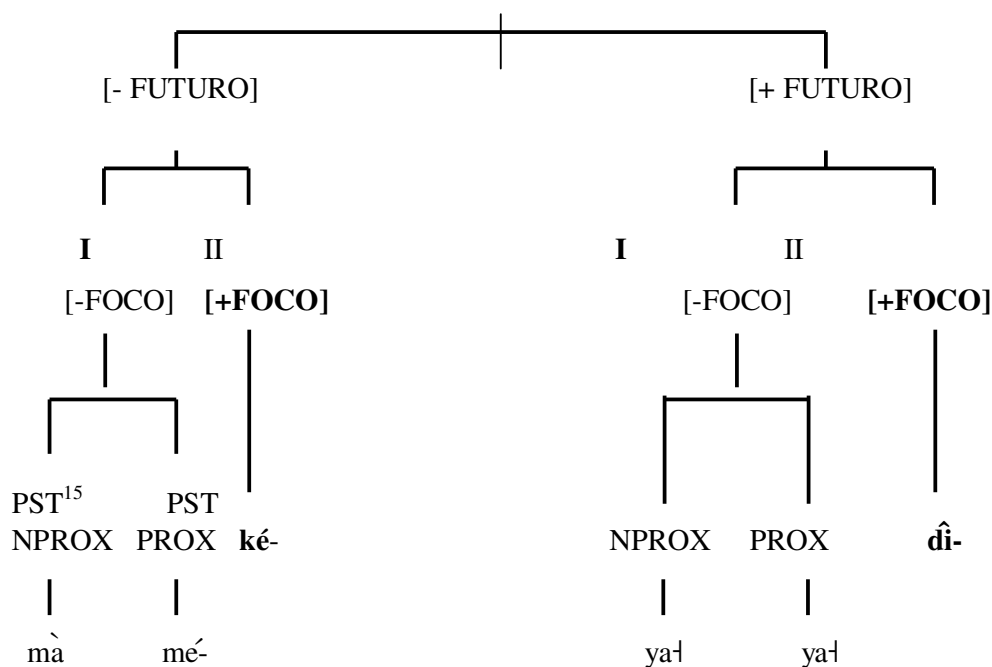
¹² Cf. Caron (1989a),(2000a).

¹³ Cf. S. C. Anderson (1979).

3. Morfemas de Tempo em Ibíbio – Controle Gramatical e Pragmático

Segundo Oliveira (2004b; 2005), ratifica-se que a categoria tempo em ibíbio divide-se em alomorfes (I/II) relacionados ou não a categorias discursivas, como se vê no Diagrama 1 abaixo:

Diagrama 1¹⁴



Para Oliveira (2005), os alomorfes do tipo II em ibíbio são alomorfes relacionados ao fenômeno FA – cf. seção (2). A seguir, propõe-se uma reanálise dos morfemas de tempo II em ibíbio (diagrama I): esses morfemas – **ké-** e **di-** – são de ordem sintático/discursiva e são mais abrangentes que apenas marcadores de foco.

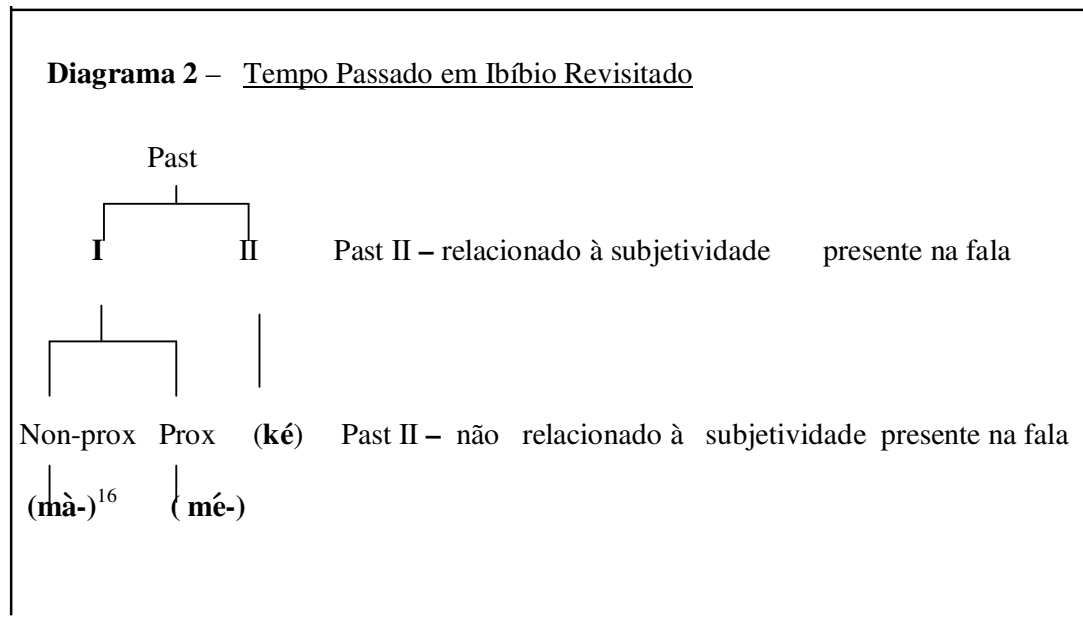
3.1. Revisitando o ‘Morfema de Passado II ke-’ em Ibíbio

¹⁴ Oliveira (2005: 140; Diagrama II de Tempo). Oliveira (2005) reformula a categoria tempo em ibíbio argumentando contra a não existência de ‘tempo presente’ proposta por Essien (1990).

¹⁵ **Abreviaturas:** as abreviaturas sobre ibíbio usadas neste trabalho seguem Comrie, Haspelmath & Bickel (2003). **[ASPEC]** – Aspecto; **[CONTRAF]** – Contrafactual (Modo); **[DEM]** – Pronome Demonstrativo; **[DESIDER]** – Desiderativo (Modo); **[EXPL]** – Pronome Expletivo; **[FOC]** – Foco; **[FUT I/ II]** – Futuro I/ II; **[NEG]** – Negação; **[POSS]** – Possessivo; **[PROX/ NPROX]** – Próximo/ Não-Próximo; **[PST I/ II]** – Passado I/ II; **[SA]** – Concordância de Sujeito (‘Subject Agreement’); **[TOP]** – Tópico; **[1/2/3s/p]** – 1ª/ 2ª/ 3ª pessoa singular/plural; **[+FOC]** – marcador de foco.

De acordo com Oliveira (2005: 92), o morfema de passado do tipo II **ke-~~t~~** em ibíbio é analisado como um elemento funcional marcador de foco. Neste trabalho, propomos que **ke-~~t~~** seja um marcador de interface sintaxe/discursiva mais geral que apenas marcador de foco. Este morfema é relacionado a ‘tipos específicos de subjetividade’ envolvendo o ato de fala.

A seguir, apresenta-se o Diagrama 2 – Tempo Passado em Ibíbio Revisitado:



O diagrama 2 acima engloba as principais idéias sobre a interpretação do morfema de passado tipo II – **ké-** – em ibíbio: Essien (1990a, 1990b, 1991 e 1997); Oliveira & Ndimele (2004a); Oliveira (2004b, 2005).

(1) Essien (1990a, 1990b, 1991, 1997)

→ o morfema de passado tipo II – **ké-** – é obrigatório em sentenças com: (i) perguntas WH; (ii) negação; (iii) modo; (iv) ênfase.

¹⁶ Mantém-se aqui a interpretação de Oliveira (2005) para o morfema de ‘passado I’. Segundo a autora (op. cit.), o morfema de tempo passado I é **mà-** e não **mää-** como proposto por Essien (1990: 78). Para maiores detalhes sobre essa análise ver Oliveira (2005: 75-81).

(2) Oliveira (2005)

→ o morfema de passado tipo II – **ké-** – é obrigatório em dois tipos de sentenças: (i) sentenças que apresentam ‘controle gramatical’: perguntas WH, negação, modo; (ii) sentenças que são pragmaticamente controladas como sentenças com foco.

3.1.1. Morfema de Passado Tipo II – ké-: Controle Gramatical

Os seguintes tipos de sentenças são marcadas obrigatoriamente com passado II **ké-** em ibíbio:

- (i) perguntas WH,
- (ii) negação,
- (iii) modo.
- (iv)

Não é possível construir sentenças em ibíbio do tipo (i)-(iii) no passado com os morfemas do tipo I **mà-** e **mé-**. Em outras palavras, não é possível que o falante ibíbio construa sentenças do tipo (i)-(iii) no passado fazendo uma escolha entre os morfemas de passado do tipo I ou II. Logo, corroboramos a análise de Oliveira (2005: Cap. 3) que o contexto sintático apontado em (i)-(iii) é “gramaticalmente controlado em ibíbio” – o falante não tem controle sobre qual morfema ‘quer’/‘deve’ usar; a gramática aponta para o morfema II.

Hyman & Watters (1994: 242-44) expõe o tema: “controle de foco”, apresentando então a proposta de “controle gramatical” e “controle pragmático de foco”; é nesse texto que a análise de “controle de foco em ibíbio”, apresentada neste trabalho, está centrada.

A seguir, são inseridos exemplos do morfema de passado II **ké-** em contextos sintáticos de controle gramatical:

(i) Perguntas WH ¹⁷

¹⁷ Pronomes interrogativos WH (ou QU) introduzem um tipo particular de perguntas: as *perguntas-WH/QU*.

De acordo com Haspelmath (1977: 29-30), independentemente da filiação genética e areal, as línguas podem expressar aproximadamente até sete categorias ontológicas de pronomes interrogativos: (1) *Pessoa* – “quem?”; (2) *Coisa* – “o quê?”; (3) *Propriedade* – “que tipo?”; (4) *Lugar* – “onde?”; (5) *Tempo* – “quando?”; (6) *Maneira* – “como?”; (7) *Quantidade* – “quanto?”. Além destas, ainda é possível criar expressões mais complexas e específicas, como por exemplo: *Cor* – “que cor”.

(1)a. **Ùsó á!kébá m̀m̀o / m̀kpóñ?** ¹⁸

“Seu pai estava onde ontem?”

Ùsó	á- ¹⁹	!ké-	bá	m̀m̀o /	m̀kpóñ?
Seu pai (TOP)	3S. SA	PST II	ESTAR EM ALGUM LUGAR	onde?	ontem/ amanhã

b. * **Ùsó à- mà-á-bá m̀m̀o / m̀kpóñ?**

“Seu pai estava onde ontem?”

c. * **Ùsó è- mé-bá m̀m̀o /?**

“Seu pai estava onde (alguns minutos atrás)?” ²⁰

O exemplo (1a) e os contra-exemplos (1b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de passado II *ké-* em contexto sintático de perguntas WH como *m̀m̀o /* “onde?”.

(ii) Negação

(2)a. **Èmèm é- !ké-wòod-é ébót**

“Emem não matou (o) cabrito”

Èmèm	é-	!ké-	wòod	-é	ébót
“ (TOP)	3S. SA. NEG	PST II	matar	NEG	cabrito

b. * **Èmèm é- mà-á-wòod-é ébót**

“Emem não matou (o) cabrito”

c. * **Èmèm é- mé-wòod-é ébót**

“Emem não matou (o) cabrito (há poucos minutos atrás)”

¹⁸ Os dados em ibíbio estão de acordo com a ortografia proposta para essa língua – cf. Essien (1983). Ibíbio tem três tons contrastivos (tons de nível): / [˥]alto, / [˩]baixo, / ^{˨˩}alto ‘downstepped’, mais dois tons de contorno: / ^{˥˩}alto-baixo; / ^{˩˥}baixo-alto (cf. Urua 2000:55-65). Os tons de contorno são combinações dos tons de nível; logo são fonéticos e não fonêmicos (cf. Urua 2002:124-5).

¹⁹ Ibíbio é uma língua com ampla evidência das categorias foco e tópico. É possível que o sintagma nominal explícito (ou NP) **ùsó** “seu pai” esteja em uma posição de tópico (de acordo com Oliveira (2005: capítulo 5)) e o sujeito seja o prefixo de concordância (SA) **á-**. Neste caso, o prefixo SA **á-** seria um “pronome forte” no sentido de Cardinaletti & Starke (1994). No entanto, a investigação da posição de sujeito em ibíbio está fora do escopo deste trabalho.

²⁰ Os morfemas de tempo I apresentam uma marcação para ‘tempo próximo’ distinta de ‘tempo não próximo’. Logo tem-se: passado/futuro I próximo/não próximo. A distinção próximo/não próximo é anulada nos alomorfes de tempo II – ver Diagrama I.

O exemplo (2a) e os contra-exemplos (2b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de passado II *ké-* em contexto sintático de negação como se veem por meio dos simulfijos (prefixo e sufixo simultâneos) de negação *é- /-é* em *é- ké-wòòd-é* “(ele) não matou”.²¹

(iii) Modo

(3)a. [Èté ódò á -kpé -!ké-kà úfòkñwèd-nfàì fióf] [á -kpàá -! ké -dì ònó í bàt]

“Se aquele homem tivesse ido para a Universidade ele seria especialista em Matemática”

Èté	ódò	á-	kpé-	!ké-	Kà
homem / senhor/ pai (TOP)	DEM	3S.SA	CONTRAFACTUAL (MOD)	PST II	ir
úfòkñwèd- nfàì fióf	á-	kpàá-	!ké-	dì ònó	í bàt
Universidade	3S.SA	DESID (MOD)	PST II	SER ESPECIALISTA	Matemática

b. * [Èté ódò á -kpé -mà-á-kà úfòkñwèd-nfàì fióf] [á -kpàá -mà-á-dì ònó í bàt]

“Se aquele homem tivesse ido para a Universidade ele seria especialista em Matemática”

c. * [Èté ódò á -kpé -mé-á-kà úfòkñwèd-nfàì fióf] [á -kpàá -mé-dì ònó í bàt]

“Se aquele homem tivesse ido para a Universidade ele seria especialista em Matemática “

O exemplo (3a) e os contra-exemplos (3b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de passado II *ké-* em contexto sintático de marcação da categoria modo como se vê por meio do prefixo de modo contrafactual *kpé-* em *á -kpé -!ké- kà* “tivesse ido” e modo desiderativo *kpàá-* em *á -kpàá -! ké -dì ònó* “seria especialista”.²²

Como já mencionado, segundo Oliveira (2005: 92), o morfema de passado do tipo II *ke- Ìm* ibíbio é analisado como um elemento funcional marcador de foco. Neste trabalho, propomos que *ke- Ìm* seja um marcador de interface sintaxe/discursiva mais geral que apenas marcador de foco. Este morfema é relacionado a ‘tipos específicos de subjetividade’ envolvendo o ato de fala, como contextos de perguntas WH, negação e marcação de modo; nesses contextos o falante não tem a opção de marcar o tempo passado como morfemas I/II. O falante só pode marcar o passado com o

²¹ Sobre simulfijo de negação em ibíbio ver Oliveira (2005: 84-85).

²² Sobre a categoria modo em ibíbio, ver Oliveira (2005: 105-112).

morfema de tempo **ke-ɿ** Logo, propomos que esses sejam contextos de controle gramatical do morfema de interface tempo passado/ discurso.

3.1.2. Morfema de Passado Tipo II – **ké-**: Controle Pragmático

Diferentemente do conjunto de sentenças apresentadas em (1)-(3) acima, há um conjunto de sentenças em ibíbio que também são marcadas, no passado, pelo morfema de tempo II **ké-**. No entanto, o falante ibíbio tem controle sobre o uso ou não desse marcador de passado como em sentenças com marcação de “foco”.

Segundo Zubizarreta (1998), “[...] *foco é definido em termos da noção discursiva de pressuposição: o foco é a parte não pressuposta da sentença.*”²³. Logo, a definição de foco que se toma neste trabalho não está centrada em termos da dicotomia informação 'nova' vs. informação 'velha', como se observa em algumas abordagens funcionalistas²⁴.

A seguir, por meio do paradigma (4), exemplifica-se “foco contrastivo” em ibíbio e sua relação com o marcador de passado II **ke-ɿ**²⁵

• Foco Contrastivo²⁶

“Um sintagma com interpretação contrastiva é aquele sintagma que o falante substituiu por outro fornecido pelo ouvinte em um enunciado prévio.”
(Oliveira 2005:129)

Sentença-Contexto:

(4) a. **Èmèm ámà áðḷñ Ûyó**
“Emem vivia em Uyo”

²³ Zubizarreta (1988: 1, traduzido).

²⁴ “Um dos aspectos que mais tem influenciado os estudos funcionalistas refere-se à questão do estatuto informacional dos constituintes na oração, ou seja, o estatuto de informação velha e nova, que, de alguma forma, retoma os conceitos de tema e rema da Escola de Praga.” (Pezatti, 2004: 180).

²⁵ Neste trabalho, as abordagens sobre “tipos de foco em ibíbio” seguem Oliveira (2007; no prelo).

²⁶ Traços que definem tipos de foco: Miotto (2003: 5).²⁶

a. [- contrastivo, - exaustivo]	Informação (K), Não-Contrastivo (Z)
b.[- contrastivo, +exaustivo]	Identificação (K)
c.[+contrastivo, -exaustivo]	*
d.[+contrastivo,+ exaustivo]	Contrastivo (Z) e (K)

Miotto (op. cit.) baseia-se em Zubizarreta (1998) – (Z) – e em Kiss (1998) – (K).

Èmèm	á-	mà-	á-	d̀l̀ñ	Ùyó
“(TOP)	3S.SA	PST I	EXPL	viver	“

Resposta a (4a): “leitura de foco contrastivo” – movimento para a periferia esquerda das sentença.

(4b). Ìyó!ó “No!”

(4b’). Ikọt Ekpene ké Èmèm á- !ké-d̀l̀ñ

“Não! É em Ikọt Ekpene que Emem vivia

Ìyó!ó	Ikọt	ké ²⁷	Èmèm	á-	!ké-	d̀l̀ñ
Não	Ekpene	FOC	(TOP)	3S.SA	PST II	viver

(4c). Ikọt Ekpene [ké] – “É em Ikọt Ekpene”. Leitura de foco contrastivo.

Em (4b), o sintagma **Ikọt Ekpene** (nome de cidade) foi movido para a periferia esquerda da sentença, seguido pelo marcador funcional **ké**. Este sintagma recebe os traços positivos [+contrastivo/ +exaustivo] e deve ser lido: “É em Ikọt Ekpene”.

Observe que o verbo em (4b) exhibe o morfema de passado II **ké-** em contexto de “controle pragmático”, pois é o falante que decide se vai ou não atribuir leitura de foco a um dado sintagma na sentença. Observe que em (4a), a sentença-contexto no passado não atribui “foco” a nenhum sintagma, logo o morfema exibido é **mà-**.

3.2. Revisitando o ‘Morfema de Futuro II **đi-** em Ibíbio

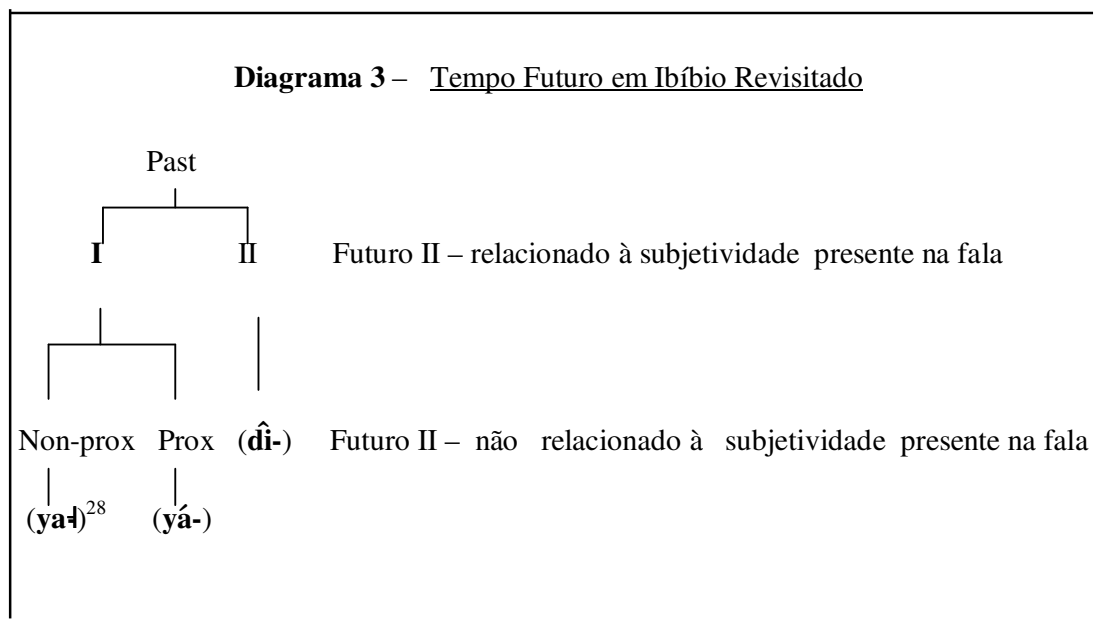
Segundo Oliveira (2005), ratifica-se que a categoria tempo em ibíbio divide-se em alomorfes (I/II) relacionados ou não a categorias discursivas, como visto no Diagrama 1. Para Oliveira (2005: 92), o morfema de futuro do tipo II **đi-** em ibíbio é analisado como um elemento funcional marcador de foco. Neste trabalho, propomos que **đi-** seja um marcador de interface

²⁷ O morfema **ké** em ibíbio pode ser analisado como um morfema “plurifuncional” no sentido de Robert (2003). Oliveira (2005:162-170) descreve várias funções desse morfema na língua.

The morpheme **ké** in Ibíbio can be analyzed as a ‘plurifunctional’ morpheme in the sense of Robert (2003). Oliveira (2004b:160-171, 184) shows that the morpheme **ké** has been analysed as: (i) past tense; (ii) focus marker, (iii) preposition, (iv) negative and relative suffix, (v) complementizer, (v) the marker that expresses the weakness of the tense on the second verb of a serial verb construction.

sintático/discursiva mais geral que apenas marcador de foco. Este morfema é relacionado a ‘tipos específicos de subjetividade’ envolvendo o ato de fala.

A seguir, apresenta-se o Diagrama 3 – Tempo Futuro em Ibíbio Revisitado:



O diagrama 3 acima engloba as principais idéias sobre a interpretação do morfema de futuro tipo II – **dî-** – em ibíbio: Essien (1990a, 1990b, 1991 e 1997); Oliveira & Ndimele (2004a); Oliveira (2004b, 2005).

(1) Essien (1990a, 1990b, 1991, 1997)

→ o morfema de passado tipo II – **dî-** – é obrigatório em sentenças com: (i) perguntas WH; (ii) negação; (iii) modo; (iv) ênfase.

(2) Oliveira (2005)

→ o morfema de passado tipo II – **dî-** – é obrigatório em dois tipos de sentenças: (i) sentenças que apresentam ‘controle gramatical’: perguntas WH, negação, modo; (ii) sentenças que são pragmaticamente controladas como sentenças com foco.

²⁸ Mantém-se aqui a interpretação de Oliveira (2005: 172) que o morfema de futuro tipo I é **yà-/ yá-** e não **yàá-/ yá!á-** como proposto por Essien (1990: 78). Para detalhes, ver Oliveira (2005: 80-81).

Como já visto, Hyman & Watters (1994: 242-44) expõem o tema: “controle de foco”, apresentando então a proposta de “controle gramatical” e “controle pragmático de foco”. Como já proposto acima para o morfema de passado II, propomos aqui que o morfema de futuro II é inserido em contextos de controle gramatical e pragmático:

3.2.1. Morfema de Passado Tipo II – *đi-*: Controle Gramatical

Os seguintes tipos de sentenças são marcados obrigatoriamente com futuro II *đi-* em ibíbio:

- (i) perguntas WH,
- (ii) negação,
- (iii) modo.

Não é possível construir sentenças em ibíbio do tipo (i)-(iii) no futuro com os morfemas do tipo I *ya-* e *yá-*. Em outras palavras, não é possível que o falante ibíbio construa sentenças do tipo (i)-(iii) no futuro fazendo uma escolha entre morfemas de futuro do tipo I ou II. Logo, corroboramos a análise de Oliveira (2005: Cap. 3) que o contexto sintático apontado em (i)-(iii) é “gramaticalmente controlado em ibíbio” – o falante não tem controle sobre qual morfema ‘quer’/‘deve’ usar; a gramática aponta para o morfema II.

(i) Perguntas WH

- (5)a. *Ùsó áđíba ñmọ́t m̀kpóń?*
 “Seu pai vai estar onde amanhã?”

<i>Ùsó</i>	<i>á-</i>	<i>đi-</i>	<i>bá</i>	<i>ñmọ́t</i>	<i>m̀kpóń?</i>
seu pai (TOP)	3S. SA	FUT II	ESTAR EM ALGUM LUGAR	onde?	amanhã/ ontem

- b. * *Ùsó á-yà-bá ñmọ́t?*
 “Seu pai vai estar onde amanhã?”

- c. * *Ùsó á-!yá-bá ñmọ́t m̀kpóń?*
 “Seu pai vai estar onde amanhã?”

O exemplo (5a) e os contra-exemplos (5b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de futuro II **đi-** em contexto sintático de perguntas WH como *m̀m̀o ʔ* “onde?”.

(ii) Negação

- (6)a. **Èmèm í- ði- wòòd-é ébót**
 “Emem não vai matar (o) cabrito”

Èmèm	í -	đi-	wòòd	-é	ébót
“ (TOP)	3S. SA. NEG	FUT II	matar	NEG	cabrito

- b. * **Èmèm é- yà-á-wòòd-é ébót**
 “Emem não vai matar (o) cabrito”

- c. * **Èmèm é- !yà-wòòd-é ébót**
 “Emem não vai matar (o) cabrito”

O exemplo (6a) e os contra-exemplos (6b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de futuro II **đi-** em contexto sintático de negação como se veem por meio dos simulfijos (prefixo e sufixo simultâneos) de negação **é- /-é** em *é- ði-wòòd-é* “(ela) não vai matar”.

(iii) Modo

- (7)a. [**Èté ódò á -kpé-đi-kà úfòkńwèd-ńfàì fióf**] [**á -kpàá -đi -đi ònó í bāt**]
 “Se aquele homem for para a Universidade ele será especialista em matemática”

Èté	ódò	á-	kpé-	đi-	kà
homem / senhor/ pai (TOP)	DEM	3S.SA	CONTRA FAC (MOD)	FUT II	ir

úfòkńwèd- ńfàì fióf	a-đ	kpàá-	đi-	đi ònó	í bāt
Universidade	3S.SA	DESID (MOD)	FUT II	SER ESPECIALISTA	matemática

- b. * [**Èté ódò á -kpé-yà-á-kà úfòkńwèd-ńfàì fióf**] [**á -kpàa- yà-á-đi ònó í bāt**]

“Se aquele homem for para a Universidade ele será especialista em matemática”

c. * [Èté ódò á -kpé- !yá-á-kà úfôkñwèd-nfàì fióf] [á -kpàa- !yá-dì ònó í bāt]

“Se aquele homem tivesse ido para a Universidade ele seria especialista em matemática”

O exemplo (7a) e os contra-exemplos (7b-c) demonstram a obrigatoriedade do morfema de futuro II **đi-** em contexto sintático de marcação da categoria modo como se vê por meio do prefixo de modo contrafactual **kpé-** em *á- kpé- di- kà* “se ele for” e modo desiderativo **kpàá-** em *á - kpàá - di -dì ònó* “ele será especialista”.

Como já mencionado, segundo Oliveira (2005: 92), o morfema de futuro II **đi-** em ibíbio é analisado como um elemento funcional marcador de foco. Neste trabalho, propomos que **đi-** seja um marcador de interface sintaxe/discursiva mais geral que apenas marcador de foco. Este morfema é relacionado a ‘tipos específicos de subjetividade’ envolvendo o ato de fala, como contextos de perguntas WH, negação e marcação de modo; nesses contextos o falante não tem a opção de marcar o tempo passado como morfemas I/II. O falante só pode marcar o futuro com o morfema **đi-**. Logo, propomos que esses sejam contextos de controle gramatical do morfema de interface tempo passado/ discurso.

3.2.2. Morfema de Futuro Tipo II **đi-**: Controle Pragmático

Diferentemente do conjunto de sentenças apresentadas em (5)-(7) acima, há um conjunto de sentenças em ibíbio que também são marcadas, no futuro, pelo morfema de tempo II **đi-**. No entanto, o falante ibíbio tem controle sobre o uso ou não desse marcador de futuro como em sentenças com marcação de “foco” – sobre a abordagem de foco que estamos tomando neste trabalho, ver ‘foco’/‘foco contrastivo’ em (3.1.2.); notas 21 e 22.

A seguir, por meio do paradigma (8), exemplifica-se “foco de listagem exaustiva” em ibíbio e sua relação com o marcador de futuro II **đi-**:

- Foco de Listagem Exaustiva²⁹:

²⁹ Foco de ‘listagem exaustiva’ não recebe marcação em língua portuguesa.

“Um sintagma nominal com ‘interpretação de listagem exaustiva’ é aquele usado quando um falante afirma que o resto da sentença é verdade somente com relação ao referente daquele sintagma nominal, e é falso com relação a todos os outros membros da classe que está sob discussão. Por exemplo, em:

51 (2-8)a. Falante A: Entre João, Bill e Tom, quem ensina na escola de Ensino Médio?; b. Falante B: João ensina.

O Falante B está afirmando que não há ninguém mais no conjunto de professores de Ensino Médio”. (Kuno, 1972: 278, traduzido)

Observe a sentença a seguir em ibíbio:

(8)a. **Kókóm̃á á-đĩ-wót ké énáñ**

“Kókóm̃á vai matar galinha (não cabrito, não vaca) ”

Kókóm̃á	á-	đĩ-	wót	ké	énáñ
“	3S.SA	FUT II	matar	FOC	
(TOP)					galinha

b. **ké énáñ** “FOC galinha” – interpretação de foco de listagem exaustiva.

A sentença (8a) é interpretada em um contexto como:

(9) a. **Kókóm̃á vai matar** [FOC **galinha**] (em um conjunto de animais {galinha, cabrito, vaca}, Kokoma vai matar galinha e não cabrito e/ou vaca)

Considera-se que o sintagma [**ké énáñ**] “Foco/ galinha” é marcado pelos traços de foco [+exaustivo/- contrastivo] – ver nota 24 – e deve ser interpretado como [*galinha e só galinha*].

Observe que o verbo em (8a) exhibe o morfema de futuro II **đĩ-** em contexto de “controle pragmático”, pois é o falante que decide se vai ou não atribuir leitura de foco a um dado sintagma na sentença.

Oliveira (no prelo(a): ‘conclusão’) afirma que as leituras de “foco contrastivo” – ver (4) – e “foco de listagem exaustiva” – ver (8) – são checadas, em ibíbio, por movimento para a periferia esquerda da sentença. Logo:

“[...] As duas leituras de foco apresentam uma uniformidade: o elemento focalizado move-se para a projeção de foco na periferia esquerda e há inserção (merge) da partícula de foco ké (embora em posições distintas em FocP em um e em outro tipo de foco). No entanto, o que difere os dois tipos de foco marcados na periferia esquerda da sentença em ibíbio é que, em sintagmas movidos para foco com interpretação de listagem exaustiva, ocorre movimento remanescente. RM, no entanto não ocorre em sintagmas com interpretação de foco contrastivo.”

A seguir, apresentamos dados na língua tapirapé que atestam uma construção gramatical tradicionalmente conhecida por modo circunstancial, ou indicativo II. Corroboramos a proposta de Oliveira (2006) de que o indicativo II é manifestação da interface/discurso em morfemas TAM nessa língua indígena brasileira a exemplo do que ocorre com dezenas de diferentes línguas africanas.

4. Modo e a Interface/Discurso em Língua Indígena

Oliveira (2006) compara a morfologia verbal da língua ibíbio – ver seção (3) deste trabalho – à morfologia verbal da língua indígena tapirapé³⁰ – no que concerne a um alomorfe de modo, relacionado a foco auxiliar – FA – ver seção (2) deste trabalho.

Tapirapé possui uma construção gramatical tradicionalmente conhecida por modo circunstancial ou indicativo II, que se comporta de modo diferente de outro predicado independente, denominado indicativo I. A seguir resumimos as principais idéias apontadas por Oliveira (2006), baseada na literatura sobre tapirapé e línguas da família Tupi-Guaraní.

A literatura sobre línguas da família Tupi-Guaraní atesta sentenças cujos núcleos dos predicados vão para os chamados: modo “indicativo I” – Ind 1 – e “indicativo II” – Ind 2 – cf. Rodrigues (1996) sobre o tupinambá; Praça (1999), (2001) sobre o tapirapé.

Segundo Praça (2001: 2), em tapirapé, no Ind 1³¹:

³⁰ Tapirapé é falado por aproximadamente 450 índios que vivem atualmente em duas áreas indígenas no Nordeste de Mato Grosso – cf. Praça (2001). Segundo a classificação de Rodrigues (1985), essa língua pertence ao subconjunto IV da família Tupi-Guaraní.

³¹ Abreviaturas dos dados de tapirapé (Oliveira 2006: nota 10): ARG – caso argumentativo; C – indicador de determinante contíguo (contiguidade); DEM – demonstrativo; IND II – modo indicativo II; LOC – caso locativo; N – indicador de determinante não-contíguo (não-contiguidade); SIT – caso locativo situacional; (1/ 2/ 3 SUJ) – prefixo pessoal nominativo de 1ª, 2ª, e 3ª. pessoa; (12 SUJ) – prefixo pessoal nominativo de 1ª. pessoa do plural inclusivo; (13 SUJ) – prefixo pessoal nominativo de 1ª. pessoa do plural exclusivo; (23 SUJ) – prefixo pessoal nominativo de 2ª. pessoa do plural; (3) – terceira pessoa, ‘ele(a), eles(as)’.

“[...] os verbos podem flexionar-se com os prefixos pessoais nominativos ã- (1SUJ), ere- (2SUJ), xi- (12SUJ), ara- (13SUJ), pe- (23 SUJ), a- (3SUJ), exclusivos desse modo, mas restritos, nos verbos transitivos, a certas condições no relacionamento entre os argumentos sujeito e objeto. Esse modo é caracterizado morfológicamente por ausência de sufixo modal [...]”.

Com relação ao Ind 2, Praça (2001: 4) afirma que:

“O modo indicativo II ocorre em Tapirapé só quando o sujeito dos verbos transitivo e intransitivo, e o determinante do verbo transitivo são de terceira pessoa. Esse modo é caracterizado morfológicamente pelo sufixo modal –i (após consoante) -l -l (após vogal). A referência ao sujeito do verbo intransitivo e ao objeto do transitivo é realizada por meio do prefixo relacional de não-contigüidade i-.”

A ocorrência de alomorfia de modo em tapirapé – Ind 1/2 – (e em línguas da família Tupí-Guaraní) leva Oliveira (2006) a relacionar esta categoria verbal em tapirapé ao fenômeno areal africano FA. Observe os dados abaixo, renumerados de Oliveira (op. cit.)³²:

(10) **miar-ã a-kwãp kã’ã-pe**
veado-ARG 3-existir mata-LOC
“O veado está na mata”

(11) **kã’ã-pe i-kwãw-i miar-ã**
mata-LOC N-existir-INDII veado-ARG
“Na mata, o veado está”³³

10)-(11) trata de dados com o sintagma locativo **kã’ã-pe**. **Kã’ã-pe** “na mata”, em (10), encontra-se em sua posição canônica e a marcação modal é Ind I – morfema \emptyset ; no entanto, **kã’ã-pe** aparece na periferia esquerda da sentença em (11) atestando o sufixo de Ind II –i.

A posição de elementos locativos no final da sentença em tapirapé é corroborada ainda por outros dados, como se veem em³⁴:

(12) **aré ara-nopý a’egy kã’ã-pe**

³²Oliveira (2006: (4);(5)). Dados renumerados de Praça (2002: (17a); (18a)).

³³ Segundo Praça (2002), a tradução livre dessa sentença é “os veados estão na mata”. No entanto, seguindo as glosas, Oliveira (2006) opta pela tradução “na mata, o veado está”. O grifo em “na mata” é de Oliveira (op. cit.). Para Oliveira, o sintagma locativo na posição inicial em tapirapé aponta para um sintagma checando traços em uma posição discursiva.

³⁴ Oliveira (2006: (6);(7)). Dado renumerado de Praça (2001: (3); (7))).

nós 13SUJ-bater DEM mata-LOC
 “Nós batemos neles na mata”

(13) **peé pe-porããji aré ɬ-pɬɬ-i**
 vocês 2SUJ-dançar nós C-perto-SIT
 “Vocês dançam perto de nós”

Em (12) e (13), os sintagmas locativos **kã’ã-pe** “na mata” e **ɬ-pɬɬ-i aré** “perto de nós” estão na posição final da sentença. Oliveira (2006) chama a atenção para o fato de que os verbos de sentenças com locativos em posição final na sentença (posição canônica) selecionam **Ind 1** – ver sentenças (10), (12) e (13).

Do exposto acima, concluímos que a língua tapirapé e possivelmente outras línguas dessa família apontam grande semelhança com o fenômeno sintático/discursivo apresentado em línguas africanas. Este fato merece investigações maiores que podem ser feitas ainda em outras línguas indígenas brasileiras de diferentes famílias.

5. Considerações Finais

Neste trabalho apontamos que a literatura atesta que, em inúmeras línguas africanas, categorias não-referenciais como tempo, aspecto e modo – morfemas TAM – ligam-se a fenômenos discursivos. Exemplificamos este fenômeno com a categoria tempo, revisitada, em ibíbio. Objetivamos ainda salientar a análise de Oliveira (2006) no tocante a este mesmo fenômeno em tapirapé, uma língua indígena brasileira.

Ao término de nossas considerações chamamos a atenção para trabalho recente – Jorge e Oliveira (2008) – que advoga que as assimetrias no sistema TAM, como as que se veem em ibíbio, podem ser explicadas por meio da Teoria da Gramática em sua versão Minimalista³⁵. Esse trabalho corrobora a idéia de que este fenômeno africano não é uma idiosincrasia areal linguística. Oliveira & Jorge (no prelo) propõe que o sistema temporal em português apresenta também uma assimetria temporal ligada à interface sintaxe/discurso, advogando o tipo de ‘foco polar’ para essa língua. Logo, Oliveira & Jorge (op. cit.) corroboram a proposta de que a assimetria TAM, mais e mais atestada em diversas línguas, longe de ser uma ‘exotismo linguístico’ é uma possibilidade de qualquer língua. Pensando assim, ratificamos a importância de que pesquisas sejam empreendidas

³⁵ cf. Chomsk (2005).

em línguas indígenas brasileiras (e outras) enfocando o sistema TAM e sua relação sintático/discursiva.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, S. C. (1979). Verb structure. In: L. M. Hyman (ed.) **Aghem grammatical structure**. Los Angeles, University of Southern California. Southern California Occasional Papers in Linguistics No. 7, pp. 73-92.
- BEARTH, T. (1999). The contribution of African linguistics towards a general theory of focus. Update and critical review, **Journal of African languages and linguistics**: 20, pp. 121-56.
- BENJAMIM SANTOS, C. 2007. **Aspectos morfossintáticos dos pronomes pessoais em anaan**. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BENVENISTE, E. O Aparelho Formal da enunciação. In: **Problemas de Lingüística Geral II**. Campinas: Pontes e Ed. da Unicamp, 1989. Cap. 5. p. 81-90.
- _____. Da subjetividade da linguagem. In: **Problemas de Lingüística Geral I**. Campinas: Pontes e Ed. da Unicamp, 1995. Cap. 21. p. 284-293.
- CARDINALETTI, A., STARKE, M. **The typology of structural deficiency: on the three grammatical classes**. 24th Linguistic Symposium on Romance Languages. Los Angeles, 1994.
- CARON, B. (1989). A propos de l'Acomcompli haoussa et des perfecto-presents dans quelques langues d'Afrique de l'Ouest et d'ailleurs. In : **Linguistique Africaine 2**, p. 55-76.
- _____. (1998). La focalisation. **Faits de langues**: (11-12), pp. 205-17.
- _____. (ed.). (2000a). **Topicalisation et focalisation dans les langues africaines**. Collection Afrique et Langage 1. Louvain-Paris: PEETERS.
- CARON, B. (2000b). Assertion et préconstruit: topicalisation et focalisation dans les langues africaines. In: B. Caron (ed.). **Topicalisation et focalisation dans les langues africaines**. Collection Afrique et Langage 1. Louvain-Paris: PEETERS, pp. 7-42.
- CHOMSKY, N. (2005). **On Phases**. Ms, MIT.
- COMRIE, B., HASPELMATH, M. & BICKEL, B. (2003). **The Leipzig glossing rules: conventions for interlinear morpheme-by-morpheme glosses**. Available in: <<http://www.eva.mpg.de/lingua/files/morpheme.html>> Access in 17th September, 2003.
- COOK, T. (2002). Focus in Efik. **Journal of African Languages and Linguistics**: 23-2, pp. 113-52.
- CREISSELS, D.; ROBERT, S. (1998). Morphologie verbale et organisation discursive de l'énoncé: l'exemple du Tswana et du Wolof. **Faits de langues** (11-12), OPHRYS, pp. 161-78.
- ESSIEN, O. E. (1983). **The orthography of Ibibio language**. Nigeria: Ibibio Language Panel.
- _____. (1990a). **A grammar of the Ibibio language**. Ibadan: University Press.
- _____. (1990b). The aspectual character of the verb and tense in Ibibio. **Journal of West African Languages**: 1 (XX), pp. 64-72.
- _____. (1991). The tense system of Ibibio revisited. In: O. Essien (ed.). **The tense system of Nigerian languages and English**. Cologne: University of Cologne. Afrikanistische Arbeitspapiere: 27, pp. 99-128.
- _____. (1997). **Emphasis in Ibibio**. Paper presented at the 9th Niger-Congo Syntax and Semantics Conference. Legon: University of Ghana.
- HASPELMATH, M. (1977). **Indefinite pronouns**. Oxford studies in typology and linguistic theory. Oxford: Oxford University Press.
- HEINE, B. & REH, M. (1983). Diachronic observations on completive focus marking in some African languages. **Sprache und Geschichte in Afrika** 5, pp. 7-44.

HYMAN, L. M. (ed.). (1979). **Aghem grammatical structure**. Los Angeles, University of Southern California. Southern California Occasional Papers in Linguistics No. 7.

_____. (1999). The Interaction between focus and tone in Bantu. In: G. Rebuschi & L. Tuller. **The grammar of focus**. Amsterdam: John Benjamins, pp. 151-178.

HYMAN, L. M. & WATTERS, Jr. (1984). Auxiliary focus. **Studies in African Linguistics**: 15, pp. 233-73.

JORGE, L., OLIVEIRA, M. S. D. (2008). **Tense system in Ibíbio: v*, CP and edge features**. Trabalho apresentado no “ Special WOCAL 6 / Brazil ”. Congresso Internacional de Linguística Africana. São Paulo: Universidade de São Paulo, Ms.

KAUFMAN, E. (1972). **Ibibio Dictionary**. Uyo, Nigeria. African Studies Centre, Leiden in collaboration with University of Cross River State.

KISS, K. (1998). Identificational focus versus information focus. **Language**: 74 (2), p. 245-273.

KUNO, S. (1972). Functional sentence perspective: a case study from Japanese and English. **Linguistic Inquiry**: 3, p. 269-320.

MIOTO, C. **Focalização e quantificação**. Revista Letras. Curitiba: Editora UFPR, 61, 2003, p. 169-189.

OLIVEIRA, M. S. D. (1995). **A expressão do atributo na língua ibíbio**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.

_____. (2002). **Ibibio: a wh-in-situ language**. Paper presented at the 3rd. Workshop of Formal Linguistics at USP – Syntax and Semantics. São Paulo: Universidade de São Paulo.

_____. (2004a). Revisiting the Ibíbio tense system. In: Ndimele, Ozo-Mekuri (ed.). **Language and Culture in Nigeria: A Festschrift for Okon Essien**, p. 889-905. NINLAN, Aba and Emhai Printing & Publishing, Port Harcourt – Nigeria.

_____. (2004b). **Perguntas de Constituinte em Ibíbio e a Teoria de Tipo Oracional: Aspectos da Periferia à Esquerda com Ênfase em Foco**. Tese de Doutorado, Univ. de S. Paulo, SP. Published in: OLIVEIRA, M. S. D. (2005). Perguntas de Constituinte em Ibíbio e a Teoria de Tipo Oracional: Aspectos da Periferia à Esquerda com Ênfase em Foco. Muenchen: LINCOM. (Studies in African Linguistics, 65).

_____. (2006). A interface morfossintaxe/ discurso em uma língua africana e brasileira: ibíbio e tapirapé. **Estudos Lingüísticos XXXV**, p. 1255-1264.

_____. (2007). Focus and WHPs positions in Ibíbio. In: Ndimele, Ozo-mekuri (Org.). **Convergence: English and Nigeria Languages - A Festschrift for Munzali Jibril**. Port Harcourt, Nigeria: Linguistic Association of Nigeria and M & J. Grand Orbit Communication. P. 925-942.

_____. (No prelo). Leituras de foco em sintagmas movidos para a periferia esquerda da sentença em ibíbio. **Revista Letras**, Curitiba: Editora UFPR, 70.

Oliveira & Jorge. (No prelo). A categoria ‘tempo’ e a interface discurso/gramática: ‘foco’ em português – investigações preliminares à luz de um fenômeno areal africano. **Série Trilhas Lingüísticas – UNESP Araraquara**.

PEZATTI, E. G. (2004). O funcionalismo em lingüística. In: Fernanda Mussalim, Anna C. Bentes (orgs.). **Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, p. 165-219, vol. 3.

PRAÇA, W. N. (1999). **Nomes como predicados na língua tapirapé**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília, Brasília.

PRAÇA, W. N. (2001). Sobre o indicativo II no Tapirapé. In: CABRAL, A. S. A.; RODRIGUES, A. D. (orgs.). **Estudos sobre línguas indígenas**. Belém: Editora Universitária do Pará, p. 167-176.

- _____. **Algumas considerações iniciais sobre a tipologia de ‘perguntas Qu’ em tapirapé.** 2002. Trabalho apresentado ao Departamento de Línguas Clássicas e Vernácula – LIV – Universidade de Brasília para a conclusão da disciplina “Modelos de Análise Sintática” (Curso de Pós-Graduação em Lingüística – doutorado).
- REBUSCHI, G. & TULLER, L.(eds.) (1999). **The grammar of focus.** Amsterdam: John Benjamins.
- ROBERT, S. (1993). Structure et sémantique de la focalisation. **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris:** 88 (1), pp. 25-47.
- _____. (1994). Sur le rôle du sujet parlant dans la construction du sens : liens entre temps, aspect et modalité. In : Marina Yaguello (ed.). **Subjecthood and Subjectivity.** Paris : Ophrys/ Institut Français du Royaume-Uni, p. 209-229.
- _____. (1996). Aspect zéro et dépendance situationnelle : l'exemple du wolof. In : C. Muller (ed.). **Dépendance et intégrationsyntaxique : Subordination, coordination, connexion.** Tübingen : Niemeyer, p. 2-13.
- _____. (2003). Introduction : De la grammaticalisation à transcategorialité. In : S. Robert. (Ed). **Perspectives synchroniques sur la grammaticalisation : Polisémie, transcategorialité et échelles syntaxiques.** Louvain : Peeters, p. 9-18.
- RODRIGUES, A. D. (1985). Relações internas da família lingüística Tupí-Guaraní. **Revista de Antropologia** 27/28. São Paulo, p. 33-53.
- _____. (1996). **Argumento e predicado em tupinambá.** Boletim da Associação Brasileira de Lingüística 19, p. 57-70.
- SEGERER, G. (2000). La focalisation en Bijogo. In: B. Caron (ed.) **Topicalisation et focalisation dans les langues africaines.** Louvain-Paris: PEETERS, Collection Afrique et Langage: 1, pp. 269-288.
- _____. (2002). **La langue Bijogo de Bubaque (Guinée Bissau).** Louvain-Paris: PEETERS, Collection Afrique et Langage: 3.
- TULLER, L. (1992). The syntax of postverbal focus constructions in Chadic. **Natural Languages and Linguistic Theory:** 10, pp. 303-34.
- URUA, E. E. (2000). **Ibibio Phonetics and Phonology.** Cape Town: Centre for Advanced Studies of African Society.
- _____. (2002). Tone in Ibibio verbal constructions. **African Journal of Applied Linguistics (AJAL):** 3, pp. 123-150.
- ZUBIZARRETA, M. L. (1998). **Prosody, focus and word order.** University of Southern California, Department of Linguistics, Los Angeles, CA. Unpublished manuscript.
- WATTERS, J. R. (1979). Focus in Aghem. In: L. M. Hyman (ed.). **Aghem grammatical structures.** Los Angeles: University of Southern California, Southern California Occasional Papers in Linguistics No. 7, pp. 137-97.
- _____. (2000). Syntax. In: B. Heine & D. Nurse (eds.) **African languages: an introduction.** Cambridge: Cambridge University Press, pp. 194- 230.
- WILLIAMSON, K., BLENCH, R. (2000). Niger-Congo. In: Heine, B., Nurse, D (eds.) **African Languages: An Introduction.** Cambridge: Cambridge University Press, p. 11-42.

KINIKINAU: UMA LÍNGUA À BEIRA DA EXTINÇÃO

Ilda Souza¹

Resumo: Este artigo apresenta alguns resultados de pesquisa sobre a língua e os índios Kinikinau, enfatizando os fatores que levaram a língua ao estágio de obsolescência e em risco de extinção, bem como o povo, na condição de sem terra, sem sossego e sem rumo. Kinikinau é uma língua Aruak, vivem atualmente em um território descontínuo, fragmentado em pequenas “ilhas” cercadas por fazendas e espalhadas por sete municípios sul-matogrossenses. Os Kinikinau são subgrupo Chané (Guaná), como os Terena, com quem se assemelham cultural e linguisticamente. A população total é de cerca de 180 índios, e apenas 11 são falantes. Para a realização deste trabalho, foi realizada exaustiva busca de informações sobre os Kinikinau em material bibliográfico. Também foram realizadas pesquisas de campo entre os anos 2004-2007, com coleta de dados históricos, etnográficos e lingüísticos. A pesquisa seguiu as orientações da Sociolingüística e da Etnolingüística.

Palavras-chave: língua indígena; línguas em extinção; Kinikinau

Abstract: *This paper presents some research results about Kinikinau Indians language, with focus on sociocultural factors that has led it to obsolescence and endangerment. Not only the language, but also the Kinikinau people are at risk of complete extinction. They are indigenous people from Mato Grosso do Sul, Brazil. Kinikinau people are Chane (Guana) subgroup as the Terena, to whom they are linguistically and culturally similar. The total of the population is about 180 indians and only 11 peoples speak the language. Kinikinau is an Aruak language. This research raised issues of fieldwork and bibliographic one. This research follows the Sociolinguistics and the Ethnolinguistics orientations.*

Keywords: *indigenous language; endangered languages; Kinikinau*

Introdução

Este texto é um recorte resultado de uma pesquisa sobre a história e a etnografia dos índios Kinikinau, realizada para compor o primeiro capítulo da tese de Doutorado em Linguística, defendida em fevereiro de 2008, no Instituto de Estudos da Linguagem – IEL/UNICAMP (SOUZA, 2008). A tese teve como foco a língua falada pelos Kinikinau, mais especificamente a descrição de aspectos da gramática da língua, mas a constatação de um dado em especial justifica a retomada deste texto, com pequenas alterações: a língua Kinikinau está em estágio de obsolescência, de iminente extinção. Em uma população de 180 indígenas, aproximadamente, apenas 11 possuem conhecimento sobre a língua e a falam eventualmente. São todos idosos e não possuem interlocutores no cotidiano. Alguns até fazem uso da língua na comunicação diária com seus familiares, porém, embora os mais novos entendam a língua de seus velhos pais e avós, não conseguem estabelecer com eles um diálogo.

¹ Doutora pela Unicamp em 2008

1. Algumas considerações sobre o povo kinikinau

Os Kinikinau são subgrupo Chané (Guaná). A maior parte da população Kinikinau encontra-se na aldeia São João, a 75 km da cidade de Bonito- Mato Grosso do Sul, região Centro Oeste do Brasil. A terra em que moram, criam gado e fazem suas plantações pertence aos índios Kadiwéu (Guaicuru). Os relatos sobre como os Kinikinau foram parar na terra de seus históricos inimigos são os mesmos, feitos tanto pelos Kadiwéu quanto pelos Kinikinau. Esse acordo entre “inimigos” terá decorrido de um gesto de solidariedade de um povo para com o outro, ambos em situação de grandes dificuldades. Uma leitura através da lente da história desses povos revela, porém, que o que houve foi mais uma vez a ação de um povo dominador sobre o dominado. O diminuído povo Kinikinau tornou-se invisível enquanto grupo étnico por quase um século, desde o fim da Guerra do Paraguai, até meados dos anos 90, quando decidiu reivindicar do, órgão competente, a FUNAI, o direito à identidade étnica Kinikinau, de registrar os filhos como índios Kinikinau, e não mais como Terena, como vinha sendo feito durante os longos anos de invisibilidade. O direito conquistado não foi plenamente exercido pelos Kinikinau. Muitos, já integrados ao povo Terena, com quem possuem parentesco étnico, recusaram-se a assumir uma identidade Kinikinau, temendo perder a casa e o terreno onde faziam suas plantações de mandioca, milho, feijão e outros gêneros. Mesmo morando na aldeia São João, de maioria Kinikinau, alguns indígenas continuam identificando-se como Terena, nesse caso, por uma questão de *status*.

O enfraquecimento dos Kinikinau enquanto grupo provocou o enfraquecimento das práticas tradicionais sociais e religiosas e, em consequência, da língua, como passarei a enfocar.

2. Da morte das línguas

A extinção de línguas dos chamados grupos étnicos minoritários e, em particular, dos povos indígenas, é um fenômeno mundial que tem preocupado a comunidade acadêmica e os cientistas dessa área de estudo, especialmente pela aceleração do processo nas últimas décadas. Como essa parece ser uma tendência deste século, já discutida por Krauss (1992), Campbell & Bereznak (1996), Grenoble & Whaley (1998), Grinevald (1998) e, no Brasil, por Rodrigues (1993, 2005), Braggio (2001), entre outros, o estudo (descrição, registro e documentação) das línguas mais ameaçadas deveria ter caráter de urgência, pois a documentação dessas línguas pode contribuir para as investigações científicas a respeito de outras línguas, de línguas que se extinguíram sem nenhum estudo, de outros povos e culturas. Campbell & Bereznak (1996) chamam a atenção para o problema

da morte das línguas, lembrando que, enquanto muitos esforços são empenhados para conter o desaparecimento de espécies biológicas, a morte das línguas segue silenciosa, quase despercebida. A extinção de uma língua deve ser tratada com a mesma importância como é tratada a extinção de uma espécie biológica, pois, conforme alertam esses pesquisadores, quando uma língua morre sem ser descrita e documentada adequadamente, a humanidade é privada da contribuição que essa língua poderia dar para o conhecimento geral da linguagem humana, da cultura e do pensamento.

O problema da morte de línguas indígenas, no Brasil, não é um fato novo: vem ocorrendo há séculos, desde a chegada dos primeiros colonizadores, conforme estudos de Rodrigues (2005)

Para Campbell & Berezna (1996), a língua é o mais forte dos bens culturais que distinguem e singularizam um povo. A sua morte pode ter sérias consequências, entre elas, a perda da identidade cultural e da auto-estima.

São várias as causas apontadas para a extinção das línguas, e o conhecimento dessas causas, uma das atribuições da sociolinguística, é importante para que se possam planejar medidas de retenção e preservação. As línguas ameaçadas de extinção são classificadas de acordo com o aspecto, o grau e o nível do processo que conduz à morte.

Campbell & Berezna (1996, pp. 659-60) apontam quatro tipos de morte de línguas: (1) a morte súbita da língua - ocorre quando seus falantes morrem subitamente ou são mortos. Em situações extremas como essa, não há morte da língua, propriamente, e sim do povo; (2) a morte radical da língua: é um processo semelhante à morte súbita, porém, nesse caso, forte pressão política, acompanhada de genocídio, obriga os falantes a deixarem de falar sua língua ancestral, por uma questão de sobrevivência; (3) a morte de baixo para cima: quando a língua deixa de ser falada no seu registro estilístico informal, nas situações mais informais, no dia-a-dia, mas é preservada no seu registro formal, em contextos como os cerimoniais e rituais religiosos, a exemplo do que aconteceu com o latim; (4) a morte gradativa: é a mais comum das mortes de línguas minoritárias. A comunidade de fala, em contato com a língua dominante, vai gradualmente substituindo sua língua ancestral pela língua dominante. Nesse processo, em um estágio mais adiantado, apenas um pequeno grupo de falantes continua usando a língua em situações limitadas e as novas gerações vão aprendendo a língua (fragmentos dela) cada vez mais imperfeitamente, sem adquirirem a proficiência como falantes. Os jovens reconhecem algumas expressões e vocabulário, mas não são capazes de estabelecer um diálogo na língua. Para os autores, são os semi-falantes. Algumas pessoas até continuam usando a quase extinta língua para demonstrar a identidade do grupo e a solidariedade com ele. Essa espécie de resíduo linguístico é geralmente constituída de cumprimentos e saudações, ditos populares, músicas, brincadeiras e palavras obscenas.

Segundo Bauman (1980), as línguas passam por cinco estágios distintos: florescência, constância, declínio, obsolescência e extinção. O autor aponta, igualmente, cinco estratégias para que se mantenham vivas: prevenção, expansão, fortificação, restauração e revivificação ou restauração. Para o autor, uma língua encontra-se à beira da extinção, isto é, no estágio obsolecente, quando: (i) há falantes apenas na idade adulta, (ii) a língua não é mais ensinada para as crianças em casa; (iii) o número de falantes diminui muito rápido; (iv) os únicos falantes são bilíngues e a língua dominante é a mais usada em todas as situações; (v) a língua adapta-se facilmente a novas situações, isto é, acomoda empréstimos; (vi) não há literatura.

Nesse contexto de línguas ameaçadas de extinção, encontra-se a língua kinikinau, objeto de análise deste trabalho. A língua kinikinau é falada pelos índios da mesma denominação, etnia invisível da região Centro Oeste do Brasil. Pelos motivos apresentados por Rodrigues (2005), e de acordo com os postulados de Campbell & Berezna (1996), pode-se dizer que essa língua está em processo de morte gradual, em fase bem adiantada, próxima da extinção. Com base na análise de Bauman (1980), a língua kinikinau pode ser considerada em estágio obsolecente, em acelerado processo de morte, pois apresenta todas as características apontadas pelo autor, acrescidas ainda de uma agravante: além de possuir reduzido número de falantes, há reduzido número populacional.

Segundo Craig (2002, p. 257 [1997]), embora a morte de línguas seja ocorrência tão antiga quanto o registro histórico delas, o estudo sistemático desse fenômeno pela linguística e pela sociolinguística é relativamente novo. O interesse maior da sociolinguística está no estudo das causas e circunstâncias da morte das línguas, fatos que são aqui discutidos.

3. Um pouco da história

Kinikinau é um subgrupo Chané (Guaná)ⁱ, assim como os Terena, Layana e Exoaladi. As primeiras notícias sobre esses povos são dadas pelos viajantes, exploradores e missionários espanhóis, a partir da segunda metade do século XVI, no início da colonização da região a oeste do rio Paraguai, o Chaco, habitada por povos indígenas, a maioria da família linguística Aruak. As informações eram sempre de abrangentes ou genéricas, sem caracterizar cada subgrupo em particular, assim como deve ter ocorrido com vários outros povos.

Uma das principais fontes de informações sobre os Chané (Guaná) no Chaco paraguaio é o *Handbook of South American Indians* (1946), onde se encontram resultados de pesquisas, como a de Metraux. O autor apresenta informações divulgadas por Schmidel e Cabeza de Vacaⁱⁱ (1535 e 1543), que são dos primeiros a noticiar a existência de povos indígenas naquela região. São

informações gerais sobre os Chané (Guaná) e outros povos indígenas, respectivamente. Segundo Labrador (1910), Metraux (1946), Azara (1990[1809]) e outros, os Chané já viviam naquela região, na condição de vassalos dos Mbayá.

... los Chanés, conocidos de esta banda, son cinco tolderías distintas que son: Caynocone, que quiere decir : gente que hace frente ó fronteriza. Terenoe, gente de la rabadilla propriamente ó que está la última – Layanas, Choorono (Exoaladi), Nicatisivoe. (SANCHES LABRADOR, 1910: 314)

As primeiras notícias sobre a existência dos índios Chané (Guaná) começaram a ser veiculadas a partir do século XVI, segundo Metraux (1946), nos diários dos missionários, historiadores e viajantes que, em passagem pelo Chaco paraguaio ou em missão religiosa, registraram a presença desses indígenas naquele local e deram informações de caráter geral, sobre a localização dos aldeamentos, estimativas censitárias, bem como sobre as relações entre os diversos grupos e os meios de subsistência.

Azara (1990[1809]) informa que Guaná é uma nação constituída de cinco subgrupos e é a mais numerosa do Chaco, com 19 mil índios. Segundo Azara, os índios Chané (Guaná) distinguiam-se dos demais povos indígenas do Chaco paraguaio por serem os que apresentavam sinais de civilização em vários aspectos de sua cultura: na forma de construção das casas, na limpeza, na criação de objetos domésticos, na hospitalidade e atenção com os estrangeiros, na forma de cultivo da terra e no fato de viverem daquilo que cultivavam e não da caça e da pesca, como os outros.

Além de Azara (1990) e de Metraux (1946), também Sanchez Labrador (1910) traz valiosas informações sobre os habitantes do Chaco paraguaio. Na condição de missionário, Labrador conviveu com os índios de 1746 a 1758.

Grande parte dos registros e relatos sobre os Chané (Guaná) encontrados em Sanches Labrador (1910), Azara (1990 [1809]) e Metraux (1946) são muito semelhantes. Todos fazem referência ao caráter dócil e “meio civilizado” desses indígenas, à habilidade no cultivo da terra, à tecelagem, à relação ambígua com os Mbayá (Guaicuru). Todos afirmam que os Guaná (Kinikinau, Terena, Layana e Guaná/Exoaladi)ⁱⁱⁱ eram grupos distintos e cada um tinha suas aldeias; porém, a cultura e os rituais eram muito semelhantes e, até se comunicavam facilmente, pois a língua também era bem semelhante, com pequenas diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais, que não lhes impunham dificuldades na compreensão.

Southey (1981[1810])^{iv} afirma que os Chané (Guaná) eram povos muito adiantados em relação aos demais povos do Chaco. O autor cita o uso de catre para dormir, como exemplo, e afirma que muitos objetos usados na região tinham a sua criação atribuída a eles.

Em geral, os escritores procuraram ressaltar as semelhanças que podiam ver nos subgrupos Chané (Guaná), pois havia a preocupação em classificar as nações indígenas, em face das semelhanças. Para afirmar que um grupo pertencia a uma determinada nação, era muito importante tornar bem evidentes as suas semelhanças. Poucos lembraram de mencionar suas possíveis diferenças.

Uma questão que apresenta em todos os textos pesquisados é a complexidade da relação entre os povos da nação Chané e os da nação Guaicuru. Cada autor imprimiu no seu relato a sua indignação, a sua perplexidade diante de um fenômeno social muito difícil de entender, como pode ser observado na citação que segue:

Os Guaná são pacíficos e dóceis, sofrem com paciência a invasão e temporadas de permanência dos Mbayá do Oeste em suas terras, roubando o que têm de melhor em suas lavouras e em suas casas. Por sua vez os Guaná voluntariamente deixam sua terra abandonada e vão misturar-se aos Mbayá por toda parte, e ali trabalham sem outra remuneração que não sejam os favores que recebem das mulheres e a satisfação de montar cavalos que não possuem em suas terras.^v (AZARA, 1990, p. 128 [1809])

Segundo Azara (1990), os Mbayá consideravam-se senhores dos Chané (Guaná), e os chamavam seus escravos. Esclarece, porém, o autor, tratar-se de uma forma muito curiosa de escravidão, pois os Mbayá não lhes impunham nenhum castigo e não exigiam deles nenhuma tarefa, e os Chané tinham a liberdade de ir embora quando quisessem. Difícil também de entender, acrescenta Azara, era o fato de os Chané pedirem licença aos Mbayá para ir até a capital da província oferecer sua mão de obra para o trabalho na agricultura e na marinha.

A explicação para a relação ambígua entre Chané (Guaná) e Mbayá (Guaicuru) deve estar num passado muito anterior à colonização do Chaco, pois segundo Azara (1990 [1809]), os Chané eram, em quantidade, dez vezes mais numerosos que os Mbayá e possuíam as mesmas armas de guerra que eles, com a única diferença de os Mbayá possuírem e utilizarem muito bem o cavalo para montaria. Até onde se conhece da história desses povos, nada há que justifique essa submissão resignada dos Chané. Os historiadores e missionários que registraram suas impressões a respeito dessa estranha relação não tiveram a preocupação de investigar os antecedentes dela, nem seu fundamento.

Segundo Sanchez Labrador (1946), o processo migratório dos Guaná do Chaco Paraguaio para o Brasil teve início na segunda metade do século XVIII. Atravessando o rio Paraguai, esses índios dirigiram-se para as proximidades do rio Miranda, no Brasil Central, mais especificamente no Estado de Mato Grosso, hoje Mato Grosso do Sul, próximo ao município de Miranda, onde ainda vive grande parte deles.

Metraux (1946), com base em informações de Azara (1809) e Aguire (1911), afirma que, em 1767 os Guaná ainda habitavam o Chaco Paraguaio e que, trinta anos depois, eles já estavam em terras brasileiras. O autor informa ainda que, em 1850, existiam duas vilas de Kinikinau entre os municípios de Miranda e Albuquerque, e eles eram cerca de mil (1000) índios.

Steinen (1886 [1940]) confirma essa informação com base em consultas aos Arquivos da Diretoria dos Índios (Cuiabá-MT) dos anos 1848 a 1872: havia 800 índios Kinikinau na aldeia de Mato Grande e 200 próximos a Miranda, na aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, sob a proteção de Frei Mariano de Bagnaia, missionário da ordem dos capuchinhos, nomeado vigário de Miranda e representante do bispo em todo o Baixo-Paraguai e, também, nomeado Diretor dos índios pelo Presidente da Província de Mato Grosso, no ano de 1859 (SGANZERLA, 1992).

A partir daí é que os subgrupos Guaná (Chané) começam a ganhar um pouco de individualidade.

Entre os autores que fazem referências aos Kinikinau, especificamente, estão Leverger (1846, 222):

A nação dos Guaná é uma das mais consideráveis destas regiões (...) os que moram em nosso território são os Terenas, Laianas, os Quinquináos e outra tribu, que conserva o nome de Guanás. (...) Os Quinquináos, em número de mais de 800 indivíduos formam uma aldeia no mencionado Mato Grande, 3 léguas ao N.O. de Albuquerque. Ocupam-se da lavoura, e abastecem essa parte de nossa fronteira de farinha de mandioca e feijão. Cultivam também a canna e o arroz.

Pimenta Bueno (1840), presidente da Província do Mato Grosso, em discurso proferido em 1º de março de 1837 e publicado no Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, anuncia a existência de 53 nações indígenas reconhecidas na província e, entre as 10 que ele aponta como “domesticadas” estão os subgrupos Guaná. O presidente ressalta a importância dos índios Guaná para a defesa do Baixo Paraguai.

Jardim (1847), outro presidente da província de Mato Grosso, em ofício, dá as seguintes informações ao Imperador:

As três aldeas do districto d’Albuquerque comprehendem 1.300 índios de ambos os sexos, e são uma de Guatiadéos (Guaycurus) (...), uma de Guanás, e a última de Kinikináos, tribus muito dadas à cultura das terras e pertencentes à nação dos Chanés, de caráter dócil, sociável e hospitaleiro.

Os Chané (Guaná) foram descritos por todos os historiadores e viajantes como índios pacíficos e dóceis, além de muito habilidosos na tecelagem e no cultivo de lavouras, quando habitavam o Chaco paraguaio. Ao passarem para o lado brasileiro, trouxeram e colocaram em prática sua cultura artesanal e agrícola, conforme ressaltou Elliott (1848, p. 348): Estes índios são

industriosos, tecem panos de algodão de várias qualidades e padrões, e aplicam-se à agricultura. São (geralmente falando) alvos, bem feitos e muito tratáveis; a sua physionomia aproxima-se da raça caucásica (...)

O apego familiar, característica muito ressaltada por Sanchez Labador (1910), Metraux (1946), Azara (1990 [1809]) e também por Taunay (1931), parece ter sido um fator importante ou até decisivo para a sobrevivência dos Kinikinau como grupo. Os pais são muito cuidadosos e preocupados com seus filhos em qualquer idade, mesmo depois que se casam e constituem família. Como avós, são atenciosos e carinhosos com os netos.

A principal fonte de informações sobre os índios Kinikinau no Brasil são as obras de Taunay. Membro da comissão de engenheiros que a corte imperial enviou a Mato Grosso, de 1865 a 1867, por ocasião da Guerra do Paraguai, procurou conhecer os vários povos indígenas, conquistou algumas amizades e, assim, aproveitou para coletar dados etnográficos.

Antes da Guerra do Paraguai, conforme já foi mencionado, havia dois agrupamentos de Kinikinau: um aldeamento perto de Albuquerque, com cerca de 800 índios e outro com cerca de 200, perto de Miranda (STEINEN, 1940 [1886]). Com a ocupação da região, pelos paraguaios, os Kinikinau fugiram para a serra de Maracaju. Segundo Taunay (1927, p. 75 [1920]), os Kinikinau foram os primeiros a subir a serra, pelo seu lado mais íngreme, no início do ano de 1865. Em seguida, toda a população de Miranda e da região também subiu a serra, fugindo dos paraguaios. Taunay relata que os Kinikinau e os Guaná (Exoaladi) logo começaram a plantar, a produzir alimentos e criar galinhas, colaborando com o abastecimento local, enquanto durou a guerra^{vi}. O autor acrescenta ainda que o chefe dos Kinikinau, um jovem destemido e valente, chamado Pacalalá^{vii}, era hábil em descer a serra e buscar o gado que ficara vagando pelos campos, depois da fuga em massa da população. Numa dessas perigosas aventuras, o jovem capitão Kinikinau foi surpreendido pelos paraguaios e morto.

Durante a guerra, brancos e índios conviveram pacificamente e se ajudaram. De acordo com Taunay (1931), os acampamentos eram muito próximos uns dos outros. O autor enfatiza a importância do caráter dócil dos Kinikinau para a boa convivência, porque, segundo ele, os índios teriam motivos para dificultar a permanência dos brancos na serra. Taunay refere-se também à facilidade desses índios em comunicar-se, pois, além de simpáticos, “todos sabiam falar muito bem a língua portuguesa”, homens e mulheres. Provavelmente, resultado dos ensinamentos do Frei Mariano de Bagnaia, ao qual já se faz referência.

Após a guerra, intensificou-se o processo de ocupação das terras do sul de Mato Grosso, pelos criadores de gado. Para tomar posse da terra, os fazendeiros expulsavam os índios, ou

eliminava-os, simplesmente. Segundo Ribeiro (1968, pp. 83- 84), após a Guerra do Paraguai, os índios da região de combate, que direta ou indiretamente deram sua contribuição ao exército brasileiro, começaram a perder uma outra guerra: a guerra dos invasores de terra.

Notícias da primeira metade do século XIX indicam que alguns grupos (Guaná) foram aldeados junto ao rio Paraguai, outros mais a leste, no rio Miranda, onde se viram envolvidos na guerra entre brasileiros e paraguaios e tiveram suas aldeias invadidas. Findas as hostilidades, voltaram a instalar-se nos antigos locais e entraram em competição com os criadores de gado que, nesse período, começavam a ocupar a região. (...) A maior parte dos grupos Guaná – entre eles os Kinikináo e os Layâna – perdeu suas terras, sendo compelidos a trabalhar para os que delas se apossaram, ou a se dispersar. (Ribeiro, 1968, p. 84)

Dos quatro sub-grupos Chané (Guaná) que participaram da Guerra do Paraguai, apenas os Terena, que sempre foram mais numerosos, resistiram ao etnocídio praticado pelos invasores de terra no período pós-guerra e conseguiram manter-se enquanto grupo e obter a demarcação de suas terras.

Os Kinikinau, que possuíam suas aldeias muito bem definidas, conforme se pôde constatar no percurso de sua história, contribuíram com o desenvolvimento regional. Foram os primeiros habitantes da serra de Maracaju e, com seu trabalho na lavoura, ajudaram a abastecer o exército brasileiro de cereais e víveres, durante a ocupação paraguaia, embora, segundo Taunay (1931), jamais tenham recebido o merecido reconhecimento. Sobreviveram em número bem reduzido, não conseguiram garantir o direito à terra e até hoje não a têm. Obrigados a trabalhar como peões nas fazendas que se foram formando na região, tiveram de abandonar muitas de suas tradições. Somam-se a todas essas perdas, a perda de referenciais culturais e o esfacelamento da sociedade grupal.

A partir de então, os Kinikinau foram dados como desaldeados, diluídos entre os Terena e extintos. Muitos Kinikinau passaram a identificar-se como Terena, com o objetivo de garantir um lugar para fixar residência. Quando nasciam os filhos, os pais registravam como Terena. Outros persistiam na busca de um lugar, vagando pela região de Miranda. Quando nasciam os filhos, a FUNAI encarregava-se de identificá-los e registrá-los como Terena, deliberadamente, conforme relato dos colaboradores desta pesquisa. Esse foi mais um fator de enfraquecimento e perda dos elementos da cultura que os identificavam como Kinikinau.

Importantes obras bibliográficas sobre o povo indígena dão os Kinikinau como etnia e/ou língua extintos: Mason (1963), Ribeiro (1968), Oliveira (1976), Tovar (1984) entre outros. O nome dos Kinikinau não consta em pesquisas censitárias e em publicações, como a “Lista de povos Indígenas no Brasil Contemporâneo” do Banco de Dados do Programa Povos Indígenas do Brasil – CDI/Instituto Socioambiental, nov/94^{viii}

Os Kinikinau são agricultores. Todas as famílias possuem uma roça, ainda que num espaço muito pequeno, e também gado de que cuidam com especial zelo. Nas buscas bibliográficas dos antecedentes históricos dos Kinikinau, não foi encontrada nenhuma evidência de que esses índios tivessem, em algum tempo de sua existência, se dedicado à produção de cerâmicas ornamentais, porém, no desejo obstinado de vencer a invisibilidade e de se fazer ver como indígena de Mato Grosso do Sul, em 2004, um pequeno grupo de mulheres criou a Associação das Mulheres Ceramistas na aldeia. Elas têm participado de feiras em cidades do Estado e isso tem motivado outras pessoas a participar da associação. Alguns homens, entusiasmados com o sucesso das mulheres, estão também praticando a produção artística artesanal. Já são encontrados trabalhos com madeira, como bancos, gamelas; com penas, cocares e adornos; pintura em couro e a produção de adornos com sementes, como colares, brincos e pulseiras. Também na escola as crianças estão sendo estimuladas a produzir artesanato, atualmente. Como a escola é um espaço democrático dentro da aldeia, Kinikinau, Terena, Kadiwéu e branco juntam-se e produzem trabalhos nos quais fica visível a simbiose dos traços, cores e formas.

No início deste trabalho de pesquisa, a produção artesanal estava se iniciando na aldeia. A cerâmica era muito rudimentar. Eram peças muito pesadas, não tinham acabamento, a tinta não se fixava e acabava borrando toda a pintura do objeto. Muito da produção era perdida, por falta de conhecimento técnico na manipulação da argila. Com perseverança e com a metodologia do erro e acerto, a cerâmica vem sendo aperfeiçoada e assumindo uma característica Kinikinau, no fazer das ceramistas.

A tecelagem já não é, todavia, mais uma habilidade das índias Kinikinau. Essa prática cultural que tanto impressionou os historiadores no passado, como tantas outras atividades culturais, deixou de ser realizada. Apenas a Dona Zeferina tece as fibras do algodão que é plantado em volta da casa, uma das marcas da tradição que ainda pode ser percebida. Ela tece redes e pequenas toalhas, mas, como não consegue vender essas peças, não tem motivação para se dedicar a uma produção continuada. Ela se dedica mais à tecelagem da lã de carneiro, pois dá melhor retorno financeiro. Produz baixeiros^{ix}, que são vendidos para os peões da aldeia e da região.

A vida social na aldeia São João assemelha-se à vida social das fazendas e assentamentos da região, da vida social rural, com influências urbanas. As festas e comemorações da aldeia acompanham o calendário das tradições urbanas, como a festa junina, por exemplo, com a dança da quadrilha. A grande festa é a do Dia do Índio, pois envolve toda a população da aldeia e conta com a colaboração dos fazendeiros da região, que oferecem a carne. Comerciantes da cidade de Bonito levam refrigerantes, refrescos, sorvetes, doces e biscoitos para vender na aldeia, o que mostra a

interferência da cultura dominante nas aldeias indígenas. Antes do almoço comunitário, são realizadas as atividades culturais preparadas pelos professores: danças típicas das etnias que compõem a população da aldeia, exposições de pinturas, desenhos, trabalhos manuais e artesanato produzidos pelos alunos e também o artesanato em geral, produzido pelos adultos. Comparecem a essa festa pessoas de outras aldeias, das fazendas vizinhas, do assentamento da região, das cidades mais próximas e também de Campo Grande. Pessoas que mantêm algum vínculo de parentesco, amizade ou de trabalho com habitantes da aldeia

Analisando a situação dos Kinikinau em relação aos Guaicuru, desde o passado remoto no Chaco paraguaio até os dias atuais, verifica-se que, de certa forma, pouca coisa mudou na história desse povo. A ambigüidade continua. Apesar da proximidade física das moradias, há um enorme fosso social, político e ideológico que separa esses dois grupos naquele local. Na Aldeia São João impera uma palavra de ordem entre os Kinikinau: evitar qualquer atrito com os Kadiwéu. Existe um clima tenso.

Os Kinikinau de hoje parecem ter outra compreensão tradicional, mas sabem também que são numericamente fracos e não têm força política para lutar. Suportam as condições que lhes são impostas porque não têm outra opção. Não têm para onde ir. Mas sofrem e se revoltam. Algumas famílias já se mudaram para a cidade e há conseguido manter-se, outras foram e tiveram de voltar para a aldeia; outras pediram ajuda aos Terena. Há, atualmente, um movimento pela aquisição da terra a que têm direito, que está recebendo respaldo de parte dos Terena. Alguns membros da FUNAI tentam dissuadi-los ou desencorajá-los, prometendo resolver pequenos problemas da aldeia.

Empenhados no projeto dos Kinikinau, de resgate dos valores culturais étnicos e reaprendizagem de possíveis técnicas artesanais, os professores da escola da aldeia (que não são indígenas) tentam ajudá-los, pedem aos alunos tarefas que envolvem a participação dos pais ou avós, no intuito de que os mais velhos repassem às crianças e jovens a sua herança cultural.

A escola é o espaço mais democrático da aldeia. Nela estudam os filhos dos Kinikinau, dos Terena, dos Kadiwéu e até algumas crianças de outras etnias e de sua própria identidade. Eles sabem que têm direito à liberdade, ao seu território dos habitantes da região. Os conflitos entre as crianças são os mesmos que existem em qualquer escola, porém, os professores percebem a diferença nas atitudes dos alunos das diferentes etnias. Os trabalhos em grupo são sempre incentivados, especialmente nas séries mais avançadas. Nos trabalhos de artes fica muito evidenciada a simbiose cultural, em particular na pintura. Nos grandes painéis que produzem, os alunos imprimem, cada um, a sua marca cultural: nos traços, nas cores, nas formas, e o resultado fica bastante interessante.

4. A língua, os falantes e a ameaça de extinção

A língua kinikinau pertence à família Aruak. Essa classificação é feita por Mason (1963, p. 214), por Loukotka (1968, p. 144) e por Tovar (1984, p. 129).

De acordo com Aikhenvald (2001), Aruak é a família linguística que tem maior número de línguas na América do Sul. No Brasil, as línguas da família Aruak concentram-se nas regiões Norte e Centro Oeste. São elas: apurinã, baniwa, mehinaku, palikur, pareci, piapoko, tariana, wapishana, waurá, yawalapiti, terena e kinikinau.

A língua kinikinau encontra-se em estágio muito avançado de extinção, contando com 11 falantes ativos e alguns falantes passivos ou semi-falantes^x.

Segundo Day (1985) a morte não é o fim natural das línguas. O natural é que todas as línguas ativas mudem, porque seus falantes fazem parte de uma sociedade que está em constantes mudanças. Usando um exemplo do autor, o português antigo é quase irreconhecível para os falantes do português de hoje, assim como acontece com todas as línguas em uso. Há línguas que se transformam em outras línguas, como é o caso do latim, que se transformou em francês, espanhol, italiano, português e outras línguas românicas.

Duas línguas podem coexistir harmonicamente, com os grupos sociais tornando-se bilíngues. O povo Kinikinau pode promover o reaprendizado da língua e tornar-se um povo bilíngue, falando sua língua tradicional e o português.

De acordo com dados levantados em campo, não há falante monolíngue em kinikinau. Todos falam o português. Das 11 pessoas entrevistadas, apontadas como falantes da língua ancestral, 4 afirmaram ser falantes ativas, isto é, usam a língua muito frequentemente, e 7 responderam que não falam no dia-a-dia. Apenas 4 falantes parecem fazer uso da língua kinikinau cotidianamente. São da mesma família e moram próximos uns dos outros. Os demais só falam eventualmente, porque em casa não há quem fale ou entenda, isto é, não têm interlocutores. De 25 a 49 anos, foram 30 entrevistados, dos quais apenas 3 se declararam falantes não muito proficientes, 7 responderam que entendem e 20 disseram que não falam nem entendem.

Existem falantes^{xi} de Kinikinau fora da aldeia, que não foram entrevistados. Seriam mais 4 falantes. Esse número não é preciso, pois foi fornecido pelos informantes e apenas um foi conferido pessoalmente.

O que está claro até o momento, na interpretação dos dados coletados, é que como já foi mencionado anteriormente, terena e kinikinau são línguas muito parecidas, são dialetos Chané, mas têm diferenças fonéticas, lexicais e gramaticais que o espírito de ressurgência do grupo torna de grande relevância para a confirmação da identidade.

Desde os primeiros contatos, no Chaco paraguaio e, posteriormente, no Brasil, viajantes e missionários perceberam a semelhança lingüística entre os povos Chané, sugerindo que a diferença não passava do campo da fonética. Souza (2008), em sua tese de doutoramento, concluiu, no entanto, distinguir-se o Kinikinau do Terena em aspectos gramaticais muito mais relevantes, como na sintaxe, por exemplo. Se os Kinikinau falaram, um dia, a mesma língua dos Terena, como supuseram Taunay (1930) e outros estudiosos mais contemporâneos, o contato com o kadiwéu e com o português, bem como o diferente percurso histórico, encarregaram-se de torná-las diferentes em outros aspectos que não apenas o fonético (SOUZA, 2008).

5. Considerações finais

Uma característica forte dos Chané sempre foi a prática da agricultura, fato registrado por viajantes, missionários e pesquisadores desde as mais remotas anotações sobre esses povos. A atividade agrícola detém o homem em um determinado território, onde ele fixa sua residência, constitui família e forma o grupo social. A perda do território tradicional, para o homem rural, em particular para o índio, implica muitas e grandes perdas.

No Chaco paraguaio, os Kinikinau foram estimados em cerca de três mil índios. Na passagem para o território brasileiro, os mais antigos dados censitários registrados apontam dois aldeamentos, sendo um com 800 e outro com 200 Kinikinau, o que leva a concluir que houve uma separação significativa, pois apenas um terço dos Kinikinau fez opção pela migração. A passagem para o lado brasileiro da fronteira, implicou, além das perdas culturais, também contatos com outros tantos povos de costumes e línguas diferentes. Os estudos sociolinguísticos mostram que todo contato linguístico gera conflitos e influências, especialmente quando há uma língua majoritária, dominante.

Essas aldeias kinikinau tiveram ainda a interferência de missionários, com o frei Mariano de Bagnaia, que, além da função religiosa, exercia o cargo político de Diretor dos índios da região de Miranda, de 1859 até 1864 (SGANZERLA, 1992, p.190). Entre outras interferências, o missionário exigia que os índios vestissem roupas, que ele próprio providenciava, para frequentar a igreja e também a escola. O frei construiu escola para o ensino formal e também criou oficinas de artes e ofícios, onde os alunos estudavam, entre outras coisas, música. Essas situações em geral são autoritárias e as perdas culturais do mais fraco são inevitáveis.

Outra situação que levou a grandes perdas e interferências foi a Guerra do Paraguai. Além de perder novamente o território tradicional, os Kinikinau foram expostos a intensa situação de contato com a língua dominante, tendo de conviver muito próximos à população não indígena na Serra de Maracaju. Depois da Guerra houve a luta pela retomada das terras, que resultou na quase dizimação do povo e a dispersão dos poucos que sobreviveram. Dos poucos sobreviventes, alguns se empregaram como peões de fazenda e outros ficaram vagando sem terra, sem teto e sem rumo nas imediações do Município de Miranda, até serem levados para a aldeia São João, por um líder Kadiwéu.

Os Kinikinau, portanto, tiveram um percurso histórico marcado por constantes problemas de territorialidade, com perdas e interferências. Analisando a trajetória desse povo, do Chaco paraguaio até a aldeia São João e, mais recentemente, a migração de algumas famílias para as imediações de Miranda (Assentamento Mãe Terra), constata-se que, embora ainda existam indígenas que falam a língua Kinikinau, esta está para ser extinta.

BIBLIOGRAFIA

AIKHENVALD, Alexandra Y. (2001). The Arawak language family. In: BLAKE, B. J. & BURRIDGE, K.(eds) **Historical Linguistics 2001**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company 65 - 106

AGUIRRE, D. Juan Francisco. Etnografia Del Chaco. **Boletín del Instituto Histórico Argentino**, 19. Buenos Aires, 1898

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco de. Extracto da descrição geográfica da província de Mato Grosso em 1797. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, de 31 de janeiro de 1800, p.156-96

AZARA, Felix. **Descripcion y historia del Paraguay y del Rio de La Plata**. Buenos Aires: Edições Bajel, 1990 [1809].

BAUMAN, James J. **A guide to issues in indian language retention**. Washington, D.C., 1980.

BOAS, Franz. **Race, Language and Culture**. New York: The Free Press, a Division of Macmillan Publishing Co., Inc., 1966 [1940].

BRAGGIO, Sílvia L. B. O papel da pesquisa sociolinguística em projetos de educação, vitalização de língua e cultura: relatos sociolinguísticos iniciais dos Avá-Canoeiro de Minaçu. **Liames** 3, p. 113-34, 2001.

BRENZINGER, Matthias. Language Contact and Language Displacement. In: COULMAS, Florian (Ed). **The Handbook of Sociolinguistics**. Malden, USA: Blackwell Publishers, p. 257 – 270, 2002 [1997].

CAMPBELL, Lyle & BEREZNAK, Catherine. Defense strategies for endangered languages. In **Contact Linguistics**. An International Handbook of Contemporary Research. Volume 1. Berlin & New York: Walter de Gruyter, p. 659-666, 1996.

CRAIG, C. Grinevald. Language contact and language degeneration. In: COULMAS, Florian (Ed). **The Handbook of Sociolinguistics**. Malden, USA: Blackwell Publishers, p. 257 – 270, 2002 [1997].

DAY, Richard R. The ultimate inequality: linguistic genocide. In: WOLFSON, N. & MANES J. (eds) **Language of inequality**. NY: Mouton, 1985.

ELLIOTT, João Henrique. Itinerário das viagens exploradoras empreendidas pelo Sr. Barão de Antonina para descobrir uma via de comunicação entre o porto da Vila Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Matto Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, I trimestre de 1848.

FONSECA, João Severiano da. **Voyage autour du Brésil. Edition pour les Américanistes**. Rio de Janeiro: Librairie A. Lavignasse Filho & C., 1899.

GRENOBLE, Lenore A. & WHALEY, Lindsay J. (eds). **Endangered languages: language loss and community response**. Cambridge, p. Cambridge University Press, 1998.

GRINEVALD, Colette. Language endangerment in South América, p. a programmatic approach. In: GRENOBLE L. & WHALEY, L. J. (eds) **Endangered languages: language loss and community response**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 124 – 159, 1998.

HYMES, Dell. Towards Ethnography of Communication. **American Anthropologist**, vol. 66, 6, 2ª parte, 1964.

JARDIM, Ricardo José Gomes. Creação da Directoria dos Índios na província de Matto Grosso – officio dirigido ao Governo Imperial. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, I trimestre de 1847.

KRAUSS, Michael. The world's languages in crisis. **Language** n.68, 4-10, 1992.

LEVERGER, Augusto. Diário do reconhecimento do rio Paraguay – desde a cidade de Assumpção, até o rio Paraná, 1846. **Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil**, II trimestre de 1862.

MASON, J. Alden. The languages of South American indians. In: STEWARD, J. H. (Editor). **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office , p. 157 – 317, 1963.

METRAUX, Alfred. Ethnography of the Chaco. In: STEWARD, J. H. (Editor) **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, p. 197 – 370, 1946.

MICHAELIS. Moderno **Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Ltda, 1968.

RODRIGUES, Aryon D.. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas. **Delta**, n. 9, p. 83 – 103, 1993.

RODRIGUES, Aryon D.. **Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil**. São Paulo: Ciência e Cultura vol.57 número 2, 2005.

SANCHEZ LABRADOR. **El Paraguay católico con sus principales provincias convertidas a la Santa Fé y vasallaje del Rey de Espanha por la precicación de los misioneros celosos de la companhia de Jesús, en gran parte arruinada por los mamelucos del Brasil y restabelecidas por los mismos misioneros**. Buenos Aires: Hermanos, 1910.

SGANZERLA, Alfredo. **A história de Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do Pantanal**. Campo Grande, MS: FUCMT, 1992

SILVA, Aracy L. e GRUPIONI, Luís Donizete B.(Orgs.). **A temática indígena na escola, p. novos subsídios para professores de 1º. E 2º. graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil** . Trad.: Luís Joaquim de Oliveira e Castro. São Paulo: Editora da USP, 1981 [1810].

STEINEN, Karl von den. **Entre os aborígenes do Brasil Central**. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940.

SOUZA, Ilda. **Koenukunoe Emo'u – A língua dos índios Kinikinau**. Tese de doutorado.Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

STEWART, J. H. (Editor). **Handbook of South American Indians**. Washington: Government Printing Office, 1946 e 1963.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Entre nossos índios – Chanés, Terenas, Kinikinaus, Guanás, Laianas, Guatós, Guaycurus, Caingangs** São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1931.

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Dias de guerra e de sertão**. São Paulo: Editora Companhia Melhoramentos de São Paulo, 1920 [1927].

ⁱ As duas denominações “Chané” e “Guaná” aparecem na bibliografia, e alguns autores chegam a discuti-las. Xâne é auto-denominação e significa povo, gente. Guaná, é como os demais povos os chamavam. Segundo Sanchez Labrador (1910), Guaná é um demonstrativo ‘aquele’ em uma das línguas faladas no Chaco. O Missionário considerava essa denominação depreciativa e os chamava Chané ~ Chaná

ⁱⁱ Schmidel e Cabeza de Vaca (1535 e 1543) respectivamente, foram exploradores espanhóis que relataram sua passagem pelo Chaco paraguaio.

ⁱⁱⁱ Desses quatro subgrupos, a literatura aponta apenas o Terena como sobrevivente e os demais como extintos. Na aldeia São João há um índio Layana que é, falante da língua. Ele afirma que existem outros parentes em aldeias Terena.

^{iv} Historiador e poeta inglês, Southey escreveu seu História do Brasil entre os anos 1806 e 1819.

^v Son los Guaná pacíficos y dóciles, sufren con paciencia que los mbayá de lo oeste o guazús se introduzcan temporadas en sus países y que les roben lo mejor que hallan en sus labranzas y casas. No solo esto, sino que voluntariamente dejan su patria abandonada y van a mezclarse con los mbayá en todas partes, y ali chacarean sin más estipendio que los favores que reciben de las mujeres y el gusto de montar caballos que no tiene en su patria.

^{vi} A Guerra da Tríplice Aliança foi de 1864 a 1870.

^{vii} Segundo Taunay (1931), Pakalalá era um valente e inteligente jovem de pouco mais de 20 anos, que foi escolhido por seu povo como capitão. Até hoje, a escolha do capitão da aldeia é assim.

^{viii} Lista publicada no livro *A temática indígena na escola*, organizado por Silva e Grupioni (1995).

^{ix} Manta que se põe por baixo do arreio, da cangalha, da sela, da carona, com o forro diretamente em contato com o suor, protegendo o lombo do animal (Michaelis, 1998)

^x Craig (2002, p. 259 [1997]) e Campbell & Bereznak (1996) usam o termo semi-speakers, para se referir a falantes que não evidenciam competência no uso da língua materna, falando-a imperfeitamente (imperfect speaker)

^{xi} Segundo informação de pessoas entrevistadas, existem 4 falantes de Kinikinau na cidade de Bonito. Quanto aos Kinikinau que vivem em aldeias Terena não há informação sobre falantes.

^{xi} Para maiores informações, ver Souza (2008), tese de doutorado.